



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Artes e Letras

A Repercussão Mediática da Sentença do Processo Casa Pia

Joana Filipa Carvalho Azevedo da Costa Monteiro

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Jornalismo: Imprensa, rádio e televisão
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor João Carlos Correia

Covilhã, Junho 2011

Dedicatória

Antes de mais quero dedicar esta dissertação a todos aqueles que me acompanharam e me apoiaram ao longo da sua realização. Aos meus pais que tantos sacrifícios fizeram para me ajudarem a chegar a esta etapa, à minha irmã que sofreu as consequências de me ter a estudar e de lhe tirar algumas das regalias que poderia ter tido. Ao Alfredo pelo apoio incondicional nesta fase tão importante. Às minhas avós que se enchem de orgulho, e a todos os meus familiares que contribuíram para que pudesse terminar esta etapa. O meu muito obrigada.

Agradecimentos

Quero dedicar este espaço a todos os que tornaram possível a realização desta dissertação, agradeço sinceramente o apoio de todos.

Em primeiro lugar agradeço ao meu orientador, o Professor Doutor João Carlos Correia, pela forma como me orientou, pelas críticas construtivas e pela compreensão e disponibilidade que prestou durante este ano.

Agradeço ainda aos meus pais que depois de tanto sacrifício merecem ser referidos com todo carinho e admiração que sinto por eles. O meu muito obrigada incondicional por tudo o que fizeram por mim e por nunca me terem deixado desistir, por não me terem permitido deixar a meio algo que tanto desejava alcançar. Agradeço ainda à minha irmã com o desejo de que siga estas pisadas e nunca deixe de ter algum objectivo a atingir e pelo qual lutar.

Muito obrigada às minhas avós por todo o carinho e calma transmitida e por nunca terem permitido que me faltasse nada.

Agradeço também à minha família, tios/as, primos/as pelo apoio e força.

Não posso deixar de referir os meus amigos/as. Aqueles que se encontraram no mesmo barco este ano e pelo apoio mútuo que sentimos, aos que me aturaram a falar nesta dissertação e sempre me apoiaram e incentivaram. Ao João pelo apoio prestado nesta fase final, e pela motivação que me conferiu. À Tânia Silva por estar sempre presente e conferir ânimo nos momentos mais complicados e a todos os outros que sabem ter um lugar especial em cada parágrafo deste trabalho.

Last but not least, agradeço ao Alfredo, pelo companheirismo, pelo carinho, paciência, apoio, motivação e compreensão que me conferiu nestes meses de trabalho.

Resumo

Esta dissertação tem como tema “A Repercussão Mediática da sentença do processo Casa Pia” cujo principal objectivo é perceber a abordagem feita por dois jornais *online* na cobertura da leitura do acórdão da sentença do Processo Casa Pia. A base do nosso estudo centra-se na análise desta sentença por ser o culminar de anos de processo e pelo grande impacto social e atracção mediática em volta deste caso. Estabelecendo uma comparação entre um jornal mais popular e outro de referência tentamos perceber as formas de abordagem e os destaques conferidos, e ainda a utilização dada às potencialidades do *webjornalismo* na noticiabilidade conferida ao caso.

Palavras-chave

Jornalismo *online*, Casa Pia, sentença, acórdão, justiça, abusos sexuais.

Abstract

The here present master thesis entitled “Media Coverage of the Casa Pia Process Court Ruling” intends to understand the approaches directed by two online newspapers at the court ruling coverage of the Casa Pia Process. This study is based on the analysis of the court ruling as the highlight of the long lasting process and by its huge social impact and media coverage around it. Establishing a comparison between a popular journal and one of great reference we try to understand their approach methods and the main highlights taken by the media, as well as the uses given to the web journalism’s potential at the newsworthiness granted to the process.

Keywords

Online journalism, Casa Pia, court ruling, judgement, justice, sexual assault.

Índice

Lista de Figuras	xiii
Figura 1 - Gráfico 1 “Número de peças diárias nos dois jornais”;	xiii
Lista de Tabelas.....	xv
Introdução.....	1
Capítulo Primeiro.....	5
O EFEITO DOS MEDIA	5
Evolução da Imprensa Escrita.....	5
O Iluminismo	5
Espaço Público e Espaço Privado	6
A (de)formação da Opinião Pública: Substituição do Público pela Massa	7
Emergência dos Meios de Comunicação: a Imprensa do Século XIX	9
Objectividade e Sensacionalismo: a Imparcialidade e as Emoções	12
Capítulo Segundo.....	17
JORNALISMO ONLINE: CASO PORTUGUÊS.....	17
Internet: do Jornalismo Online ao Webjornalismo.....	17
Webjornalismo e os Jornais Portugueses.....	20
Internet e Processo Casa Pia.....	22
Pesquisa na Internet: Casa Pia, Carlos Cruz	23
Abordagem Noticiosa às Vítimas: Crianças e Crimes em Notícias	26
Capítulo Terceiro	30
CRIME: REPRESENTAÇÃO NA SOCIEDADE E NOS MEDIA	30
Processos Criminais Mediáticos: Imprensa e Justiça.....	30
Fait-Divers e Espectacularização: O Cerne do Sensacionalismo	33
Crime e Violência: O Poder do Desvio e a Sua Representação Social	35
Notícia: As Diferenças no Jornal Impresso e <i>Online</i>	38
Os Valores de Notícia	40
PESQUISA EMPIRICA.....	45
Breve descrição dos jornais seleccionados.....	47
Metodologia e Corpus do Trabalho.....	49
Análise Quantitativa: Análise de conteúdo	49
Resultados	50
Análise Qualitativa: Discurso na análise das notícias <i>online</i>	62
Estruturas textuais	62
Vocabulário utilizado e significado	74
Conclusão.....	86
Bibliografia	90
Webgrafia.....	94
Sites Online	96

Lista de Figuras

Figura 1 – Gráfico 1 Número de peças diárias nos dois jornais;

Figura 2 – Gráfico 2 Número de peças por género jornalístico;

Figura 3 – Gráfico 3 Vídeo, duração e personagens destacadas (Jornal de Notícias);

Figura 4 – Gráfico 4 Áudio, duração e personagens destacadas (Jornal de Notícias);

Figura 5 – Gráfico 5 Elementos multimédia;

Figura 6 – Gráfico 6 Destaque fotografias;

Figura 7 – Gráfico 7 Destaque das notícias: vítima, arguido, outro;

Figura 8 – Gráfico 8 Tipo de fontes;

Figura 9 – Gráfico 9 *Tags* das notícias;

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Número de peças diárias nos dois jornais *online*;

Tabela 2 - Número de peças por género jornalístico;

Tabela 3 - Vídeo, duração e personagens destacadas (Jornal de Notícias);

Tabela 4- Áudio, duração e personagens destacadas (Jornal de Notícias);

Tabela 5 - Elementos multimédia;

Tabela 6 - Destaque fotografias;

Tabela 7 - Destaque das notícias: vítima, arguido, outro;

Tabela 8 - Tipos de fontes;

Tabela 9 - *Tags* das notícias;

Tabela 10 - Leitores e comentários no jornal *online* Público;

Tabela 11 - Leitura e comentários no jornal *online* Jornal de Notícias;

Tabela 12: Análise dos títulos do jornal *online* Público;

Tabela 13: Análise dos títulos do jornal *online* Jornal Notícias;

Tabela 14: Análise das palavras de negatividade no jornal *online* Jornal de Notícias;

Tabela 15: Análise das palavras de negatividade no jornal *online* Público;

Tabela 16: Análise palavras de dramatização no jornal *online* Jornal de Notícias;

Tabela 17: Análise palavras de dramatização no jornal *online* jornal Público;

Tabela 18: Referência a pessoas de elite no jornal *online* Jornal de Notícias;

Tabela 19: Referência a pessoas de elite no jornal *online* Público;

Introdução

Numa sociedade que sofre constantes transformações e que se tem tornado cada vez mais exigente em relação à informação que recebe, o jornalista ultrapassa a cada passo novos desafios. Tais desafios passam pelas novas plataformas de informação e por uma especialização a nível de conteúdos informativos.

Sendo o jornalismo o elo de ligação entre o cidadão e o mundo, através do qual recebemos informações, às quais não teríamos acesso de outro modo, nas quais baseamos as nossas opiniões e visão do que sucede além das experiências pessoais, entendemos o peso que a informação e, por consequência, o jornalismo tem na esfera pública e enquanto instância de controle social.

O crime, por ser considerado um acto desviante e por configurar uma das matérias que mais tem preocupado a sociedade, é cada vez mais, o tema chave em torno do qual a comunicação e os media fazem questão de noticiar. “O crime revela-se como matéria muito apelativa no resgate da atenção do público, tendo em conta o potencial dramático e emotivo das suas histórias, através das quais se perscruta o lado mais sombrio e enigmático da natureza humana, acicatando os olhares mais voyeuristas, exacerbando sentimentos”¹.

Pelas suas características e por assinalar o desvio do que a sociedade deveria ser, as notícias sobre crime ocupam o lugar de preferência por parte do público. Este interesse é tanto maior, quanto mais emotivo, dramático e sensacionalista for o caso e a forma como é noticiado. Contornos como a dimensão do crime, os actores sociais envolvidos, a forma como aconteceu, quem são as vítimas e o estatuto social que os envolvidos ocupam na sociedade, são pormenores relevantes no que respeita à dimensão pública que essa informação atinge, e ao modo como os meios de comunicação a irão transmitir.

Ressalvar as características mencionadas anteriormente é relevante para o objectivo desta tese, que consiste em analisar a forma como a sentença do Processo Casa Pia foi abordado por dois jornais diários portugueses nas edições *online*. O facto de ser um processo que envolve figuras públicas, jovens adolescentes e contornos de abuso sexual e homossexualidade foram a receita perfeita para suscitar grande interesse mediático e envolver o público.

A escolha da análise de dois jornais na vertente *online*, justifica-se pelo facto de actualmente o jornalismo estar a sofrer uma mudança das plataformas de informação e de ser esta a forma como o público acede e recebe mais facilmente a mesma. Para a análise do caso referido optamos por analisar dois jornais distintos, um com um registo popular e outro considerado um jornal de referência: Jornal de Notícias e Público. O facto de serem dois jornais diários mas com um público-alvo e uma linguagem diferentes implica analisar as diferenças a nível da informação e forma de noticiar dos jornais de referência e dos jornais populares.

O principal objectivo deste trabalho, intitulado “A Repercussão Mediática da Sentença do Processo Casa Pia” consiste em perceber a forma como os jornais Público e Jornal de Notícias

¹Penedo, Cristina Carmona; *O crime nos Media, O que nos dizem as notícias quando nos falamos de crime*, Livros Horizonte, 2003, p.13

online levaram o caso ao leitor, de que forma trataram as variáveis implicadas, quais as diferenças nesse tratamento a nível dos dois jornais, se existirem, e a forma como a difusão dessa informação envolveu os receptores da mesma. O facto do estudo se centrar neste caso, justifica-se pelo mediatismo que atingiu na esfera pública. Apesar de se ter arrastado durante anos, foi entre os crimes julgados recentemente aquele que mais importância e destaque mereceu por parte dos media, nomeadamente pelos jornais que servem como material de análise específico para o nosso trabalho.

Considerados, *Jornal de Noticias* e *Público*, jornais de supostos registos diferentes e tendo em conta que o primeiro se baseia no escândalo e sensacionalismo e o segundo por um jornalismo de referência para um público com outro nível de cultura, iremos verificar no Capítulo Quarto do nosso trabalho os resultados obtidos relativamente ao tratamento feito pelos dois através da análise de conteúdos.

Sendo os meios de comunicação os mediadores sociais, através dos quais recebemos a informação, é importante perceber de que forma a abordagem ao Processo Casa Pia foi feita e como essa abordagem pode ter tido influência no julgamento dos envolvidos. Por serem os meios de comunicação os grandes mediadores sociais, importa ver que papel ocupam na sociedade e de que forma desenvolvem o espírito crítico dos receptores. No Capítulo Primeiro analisaremos o papel dos *mass media* na sociedade, como é que esse papel se incrementou e de que forma a sociedade apreende e se relaciona com a informação que lhe é transmitida pelos mesmos, de que forma crime e sensacionalismo estão correlacionados e quais as mudanças provocadas pela internet na difusão da informação.

O Segundo Capítulo baseia-se precisamente na análise destes dois géneros de imprensa na vertente *online* e na questão da evolução dos mesmos em Portugal. Neste capítulo relacionamos ainda o caso com a mediatização na vertente *online* e como esta contribuiu para a sua divulgação. Introduzimos ainda a forma como a criminalidade é tratada. Tendo em conta que o caso envolve menores, importa também estudar a forma como a violência contra menores é noticiada.

O Terceiro Capítulo relaciona-se mais directamente com a questão criminal e consiste na sua representação na sociedade e nos media. Estudamos ainda a forma como a imprensa e a justiça coabitam em casos como o que estamos a estudar, uma vez que são casos de elevado interesse e cobertura mediática. Desmistificar o valor sociológico do crime e a questão do sensacionalismo é algo que encontramos neste capítulo.

Por fim, o quarto e último capítulo desta dissertação é dedicado na íntegra à análise empírica. O nosso estudo recai sobre a leitura do acórdão da Sentença do Processo casa Pia. Este processo, um dos mais longos da justiça portuguesa, envolve figuras de elite que alegadamente praticaram crimes sexuais, esses crimes tem como alegadas vítimas jovens que estavam sobre a alçada de uma instituição denominada por Casa Pia. Este caso arrastou-se na justiça durante cerca de nove anos

Para esta investigação optamos pelo método da análise de conteúdos e pelo método de análise de discurso na vertente qualitativa. Esta análise incidiu sobre dois jornais nacionais

diários na vertente *online*, Jornal de Notícias e Público, com o objectivo de apurar como o caso foi seguido e noticiado durante os referentes dias de escolha de análise que correspondem ao período de 31 de Agosto de 2010 a 6 de Setembro do mesmo ano.

Capítulo Primeiro

O EFEITO DOS MEDIA

Evolução da Imprensa Escrita

O Iluminismo

O século XVIII ficou conhecido pelo “século das luzes” devido à corrente filosófica que marca um dos mais importantes períodos históricos da intelectualidade, o Iluminismo. Enquanto movimento cultural o Iluminismo conferia a intelectualidade do Homem como uma das suas armas mais poderosas e permitia, especialmente aos espíritos mais cultos, um novo olhar sobre as coisas e um espírito transcendente.

A máxima desta corrente filosófica reside na vontade de cultivar tudo o que possa esclarecer a humanidade face ao progresso e consciencialização das potencialidades do seu mundo. Os ideais iluministas defendiam que a racionalidade e o espírito esclarecedor, do qual o homem é dotado, deveria ser valorizado deixando de parte as crenças religiosas que bloqueavam a razão, a autenticidade e a capacidade de cada ser enquanto livre e racional. Se até então, o Homem tinha a sua liberdade intelectual condicionada, com o Iluminismo existe uma crise de consciência e uma sede de mudança.

A crítica consiste em ter uma opinião sobre determinado facto, implica fazer uma escolha de acordo com uma análise racional acerca de determinada situação. Essa escolha só será racional e justa se feita livremente, sem imposições ou limitações de qualquer espécie.

Assim, os homens do século XVIII orientados pelos ideais deste movimento passam, enquanto cidadãos, a ter outra atitude face ao poder de expressão e de troca de opiniões. O Iluminismo começa a ser difundido através de jornais, publicações periódicas e locais onde a população se reunia que funcionam também como difusores do movimento iluminista. Os conhecimentos e as opiniões passam a ser partilhados, os cidadãos começam a falar acerca dos assuntos comuns, privados e essencialmente existe um diálogo sobre o estado das coisas e dos bens da comunidade (estado, igreja, economia e justiça). Podemos considerar que é através do Iluminismo que surge a opinião pública e a “sua institucionalização como um campo autónomo de legitimidade”².

Como referido anteriormente, a crítica foi um dos valores estabelecidos por este movimento. Uma das formas de crítica contra o estado das coisas foram os jornais e os periódicos. Assim, aliando a imprensa periódica à emergência da esfera pública, os jornais ocupam especial importância neste contexto.

²Figueiredo, Ana; *Comunidade e Crime: O Discurso dos Media*, Dissertação de Mestrado em Jornalismo Imprensa, Rádio e Televisão, Covilhã, 2010, p. 11

Surgem os jornais de cariz crítico, considerados por Habermas, os impulsionadores para um novo espaço para o debate público. Não obstante, a institucionalização da esfera pública política surgiu essencialmente de duas facções, a aristocracia dotada de poder público e a burguesia iluminada mas privada de poder. Duas classes antagónicas inseridas num conflito que originou uma nova esfera onde “um público politizado e iluminado, constituído por cidadãos livres que, no âmbito do espaço público, impuseram a si próprios a missão de estabelecer os limites da autoridade do Estado segundo a exigência de uma responsabilidade colectiva”³. O espaço público idealizado, onde os cidadãos participavam da vida política e eram livres de expor o seu pensamento e as suas opiniões

Espaço Público e Espaço Privado

Para o filósofo alemão Jürgen Habermas, a esfera pública é um espaço de livre acesso onde os cidadãos se encontram para debater assuntos fulcrais acerca da vida comum. Este modelo de esfera pública aproxima-se do ideal iluminista do século XVIII. O autor defende que a esfera pública é uma espécie de mediadora entre o Estado e a sociedade, através da qual os cidadãos que nela participam se organizam como portadores da opinião pública. De modo a que esta opinião seja formada é necessário existir uma base dominada pela razão, autonomia e liberdade de expressão. Tais direitos devem ser garantidos a todos os cidadãos.

A esfera pública, no seu conceito mais primordial, surge por volta do século XVIII quando a burguesia, assente no propósito iluminista, lutava contra o absolutismo e defendia a separação entre estado e sociedade. A esfera pública burguesa era então caracterizada pelo livre debate de opiniões, discussões públicas e ideais. Consideramos, deste modo, a esfera pública como espaços sociais de debates de interesses colectivos e públicos. Em geral, “a esfera pública refere-se a uma instância que providencia uma arena mais ou menos aberta, livre e autónoma como fórum para o debate público e político. (...) Esta instância situa-se entre a “base e o “topo” da sociedade civil, ou seja, entre o alicerce da sociedade, que é a vida particular e familiar, e o “cume” dessa mesma sociedade, isto é, a vida social e política”⁴.

Segundo João Carlos Correia, entendemos por esfera pública “um domínio da vida social onde a opinião pública pode formar-se. Uma porção da esfera pública surge sempre que é constituída uma situação conversacional na qual pessoas privadas se juntam para formar um público.”⁵ O autor define ainda que uma “nova esfera pública surge como uma forma emergente de sociabilidade que, no limite, aspira a modelar o agir político.”⁶ Assim como no ideal iluminista, também João Carlos Correia, descreve a esfera pública como “forma de mediação caracterizada pelos ideais de universalidade, igualdade e liberdade essencial no que respeita à

³Idem, p.2 apud Esteves, João Pissarra; *A Ética da Comunicação e os Media Modernos-Legitimidade e poderes nas sociedades complexas*, Lisboa, Edição Calouste Gulenjian, 1998, p.201

⁴Lopes, Rita; *“Representação da Violência Quotidiana e do Crime nos Media Regionais”*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, Covilhã, 2006, p. 5-6

⁵Correia, João Carlos; *“Novo Jornalismo, CMC e esfera pública”*, in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-cmc-esfera-publica.pdf>, ed. Universidade da Beira Interior, s/d, p.2, consultado a 10/11/2010

⁶Ibidem

abertura aos participantes e ao conteúdo dos temas em debate”⁷.

Falar em esfera pública implica fazer referência ao público e ao privado, à vida pessoal e colectiva. A esfera privada funciona como oposto e complemento da esfera pública. A primeira é um sector importante da vida em sociedade onde um indivíduo goza de determinado grau de autoridade. O melhor exemplo da esfera privada são a família e o lar. A esfera privada ligada ao lar está baseada nas relações de parentesco dentro da qual existe o chefe de família, normalmente o homem, que exerce poder sobre os restantes elementos. Dentro desta esfera privada o poder encontra-se nas mãos deste chefe e não são permitidas intervenções governamentais ou de outras instituições.

Estes dois conceitos são bastante antigos. A noção de que as cidades possuem uma esfera pública que pertence a uma colectividade e é usada pela mesma, e de uma esfera privada que responde aos interesses de pessoas específicas definiu-se na democracia grega. Para os antigos gregos a *Ágora* era o espaço que inserido na *Pólis*, representava o espírito público almejado pela população exercendo a cidadania. Para a filósofa política, Hannah Arendt, “a *polis* era o espaço de acção política, através da pluralidade de opiniões, era a esfera comum aos cidadãos livres (*koiné*), rigorosamente separada da esfera do *oikos* que é particular a cada indivíduo (*idia*)”⁸. Segundo a autora, *Pólis* e família diferenciavam-se pelo facto da primeira apenas conhecer a igualdade, enquanto que no seio familiar existia uma severa desigualdade.

No espaço privado o chefe de família era detentor do poder de comandar e nenhuma lei interferia com o que acontecia naquela esfera. A força despótica do chefe de família, onde era usada a força e a intimidação não tinha lugar na *Ágora*. No espaço público comum a força dava lugar às palavras e à persuasão. O acto de pensar deve ser um acto partilhado, deste modo, o homem enquanto ser pensante e social deve participar numa vida pública.

A (de)formação da Opinião Pública: Substituição do Público pela Massa

Os meios de comunicação têm um papel fulcral na formação da opinião pública. Não obstante existem os meios que educam por um lado e aqueles que manipulam a sociedade por outro. No entanto, neste momento, interessa-nos um meio de comunicação específico: a imprensa.

Com a massificação da sociedade e com a necessidade de haver informação e troca de ideias entre os membros da mesma, a imprensa surge como a mediadora entre o Estado e os seus subordinados. É inquestionável a noção de que a imprensa influencia a opinião de quem a consome e que a mesma serve como factor de relação entre os diversos membros da sociedade. A imprensa é ainda quem torna públicos factos aos quais, de outro modo, a população não teria conhecimento, vigia os poderes e ocupa o estatuto de quarto poder na sociedade.

João Carlos Correia explica que o conceito de *massa* surge com o pensamento oitocentista que reflecte “um ponto de vista crítico em relação às novas condições sociais e políticas que

⁷Correia, João Carlos; *Comunicação e Cidadania - os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralista*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p.6

⁸Lopes, Rita; *op.cit.*, p.7 *apud* Arendt, Hannah; *A condição Humana*, Lisboa, Relógios D’Água Editores, 2001, p.43

emergem na sequência de fenómenos como a industrialização e a urbanização”⁹. Com a sociedade de massas, a industrialização e urbanização, a noção de opinião pública e a razão crítica, tão vangloriada com o Iluminismo, vão “saindo de cena” e dão lugar à modernidade e alienação por parte da sociedade.

Uma sociedade que perde a capacidade crítica perde a opinião e a independência, passam a seres alienados com vidas mecânicas e passivas. Com a perda das características iluministas assistimos a “formas de sociabilidade profundamente apáticas e submissas, dispostas a interiorizarem a autoridade das instituições e propensas à escassez de interacção entre os seus membros. A hegemonia destas formas de sociabilidade implica, por seu turno, a concomitante falência da opinião pública enquanto instância crítica”¹⁰.

Neste sentido, importa seguir o pensamento do autor relativamente à diferenciação de *público* e de *massa*. A noção de público esteve de acordo com o que tínhamos vindo a falar até então, mas perde o sentido neste momento, uma vez que, *público* e *massa* são “dois modelos abstractos de sociabilidade que se excluem mutuamente. O público admite o exercício dialógico da razão por parte dos indivíduos que o integram; a massa caracteriza-se por uma mera contiguidade dos actantes geralmente passivos”¹¹.

A partir desta designação entendemos que o *público* é um aglomerado de pessoas que seguem os mesmos estímulos. Baseiam-se na comunicação que recebem através dos media, formam uma opinião pública, ou seja, um modo de agir, com espírito crítico, de pensar e sentir de um público. Em contraposto, a *massa* é constituída por indivíduos que recebem opiniões formadas através dos *mass media*.

Na sociedade de massa há uma banalização das coisas, tudo é produzido em massa, as pessoas consomem os mesmos produtos e ficam satisfeitas com aquilo que é posto à sua disposição. Não há diversidade social, todos têm acesso aos mesmos bens de consumo partilham os mesmos receios e encontram-se face aos mesmos meios de transmissão, ou seja, a imprensa que consomem e que serve de impulsionadora para o consumismo.

Entre os sociólogos que reflectiram sobre esta problemática, encontra-se Gustave Le Bon que introduz o modelo da sugestão hipnótica. A sociedade vive fascinada pelo meio que lhe impõe a massificação. Le Bon relativamente à imprensa e opinião considera que a primeira é um meio de destruição da segunda, defende ainda que a imprensa “noutros tempos orientadora de opinião, foi, tal como os governos, obrigada a apagar-se perante o domínio das multidões”¹². Por multidão entendemos uma reunião de pessoas que não possuem um conjunto de normas, são pessoas anónimas mas com objectivos, interesses e emoções comuns. Numa multidão todos são iguais, não se manifestam diferenças individuais, no entanto existe uma proximidade física temporária.

A imprensa de modo a participar do consumismo e com o objectivo de vender faz chegar

⁹Correia, João Carlos; *op. cit.*, p.52

¹⁰*Idem*, p.51

¹¹*Idem*, pp. 51-52

¹²Serra, João Paulo; *Manual de Teoria da Comunicação*; Labcom, 2007, p.147 *apud* Cf. Le Bon, Livro II, Capítulo IV, pp. 149-150

ao público o que ele quer receber. A informação que gerava opinião pública e crítica é então substituída pelos *fait-divers*, melodramas, crónicas divertidas e propaganda. Os leitores deixam de querer ser informados, para serem divertidos. “Auscultar a opinião passou a ser a preocupação principal da imprensa e dos governos; o que interessa saber é qual será o efeito de determinado acontecimento, determinado projecto legislativo ou discurso, e isto não é fácil pois não há nada de tão móvel e variável como o pensamento das multidões”¹³.

Emergência dos Meios de Comunicação: a Imprensa do Século XIX

Os meios de comunicação ocupam um papel preponderante na sociedade contemporânea, são os grandes mediadores sociais através dos quais a esfera pública recebe toda a informação. No entanto, nem sempre foi a informação a essência dos jornais. Durante o século XVII e XVIII a propaganda e o debate público de questões políticas eram a base do trabalho dos jornais da época, perspectiva que se foi alterando durante o século XIX, com especial desenvolvimento na segunda metade, onde houve uma grande expansão do primeiro meio de comunicação social, a imprensa.

Com a expansão dos jornais a informação passa a ser o objecto do jornalismo e a propaganda desocupa o lugar de destaque que tinha junto da população. Nelson Traquina defende que os valores do jornalismo ganharam forma nesta época, e que o objectivo de facultar informação e não propaganda faz com que um “novo paradigma será a luz que viu nascer valores que ainda hoje são identificados com o jornalismo: as notícias, a procura da verdade, a independência, a objectividade e uma noção de serviço público- uma constelação de ideias que dão forma a uma nova visão do «pólo intelectual» do campo jornalístico”¹⁴.

Estrutura-se assim a imprensa que começa a delinear-se no contexto social, as pessoas começam a receber informação e a lidar com a emergência dos jornalistas. O jornalismo enquanto actividade profissional leva ao desenvolvimento do conceito de notícia, como a conhecemos, e a informação passa a funcionar como uma mercadoria. Nesta altura a informação passa a estar acessível e a ser produzida para atingir todo o público, perde o carácter elitista e de opinião e começa a valorizar a informação e os factos.

A emergência da imprensa e de um jornalismo que se afasta da opinião e dos partidos políticos, acontece na chamada fase industrial onde encontra a conjuntura perfeita para se tornar auto-suficiente. Leonor O'Boyle, relativamente ao sistema económico afirma que este “foi determinante na evolução do jornalismo, na medida em que um certo tipo de imprensa só pode emergir num certo estágio da sociedade industrial. O desenvolvimento da imprensa está relacionado com a industrialização da sociedade e com o desenvolvimento de uma nova forma de financiamento: a publicidade”¹⁵.

A mercantilização da actividade jornalística foi acompanhada pela, cada vez maior, presença publicitária. Pagarem por anúncios nas páginas dos jornais demonstra que o jornal passa a ser visto e a funcionar como uma mercadoria, atinge um público mais alargado e alcança

¹³*Idem*, p. 148 *apud Ibidem* pp. 151-152

¹⁴ Traquina, Nelson; *Jornalismo*, Quimera, Abril, 2002, p.20

¹⁵*Idem*, p.21 *apud* Leonor O'Boyle

toda a sociedade. Assistimos nesta fase a uma mudança dos conteúdos produzidos, da própria selecção dos temas noticiados e dos conteúdos linguísticos. A imprensa passa de um modelo de produção artesanal para um modelo de gestão empresarial. “A partir do momento em que a publicidade comercial se tornou objecto de exploração sistemática por parte da imprensa, os jornais e a actividade jornalística em geral sofreram uma mutação radical, conducente à imposição das lógicas mercantil e empresarial. Isso é visível, em primeiro lugar, ao nível das estruturas materiais da imprensa, quando os jornais passam a organizar-se segundo o modelo empresarial, com vista a atingir prioritariamente fins lucrativos. São estas novas exigências que moldam a imprensa com a estrutura que hoje lhe conhecemos: forte centralização e concentração económica, permanente renovação tecnológica como condição fundamental da competitividade das empresas, organização interna fortemente especializada e hierarquizada (com as redacções a verem reduzidos os seus poderes de direcção)”¹⁶.

Quando falamos do efeito da imprensa enquanto mercadoria, não podemos esquecer que para tornarmos a imprensa num meio de comunicação de massas também o contexto social tem de sofrer uma alteração. No século XIX, ainda no rescaldo da Revolução Industrial, sucede o aumento populacional nas cidades, tudo passa a acontecer pela massa e para a massa. Os jornais, enquanto meios de comunicação de massas, encontram na liberdade de expressão a chave para alimentar o público sedento de notícias. Traquina lembra que não foram apenas “os novos lucros do capitalismo, como a nova e poderosa maquinaria e os novos e ansiosos leitores ávidos de notícias variadas alimentaram a expansão da imprensa. Outro ingrediente fundamental, mesmo essencial para o crescimento de um campo jornalístico cada vez mais autónomo e credível é a liberdade”¹⁷. Esta liberdade de imprensa é possível graças à auto-suficiência atingida pelos jornais, que devido ao poder da publicidade se libertam do poder político e assumem um jornalismo de informação e pela vigência da democracia. Lutam contra o poder e contra a censura, assumem o papel de quarto poder e a missão de proteger a esfera pública do abuso político e, conseqüentemente, o dever de fornecer informações aos cidadãos melhorando o carácter social.

Como referido, a mercantilização foi favorecida pelo novo conceito de publicidade e anunciantes e o preço dos jornais baixou tornando-se acessível às grandes massas de forma a atingir todas as classes. Surge neste contexto o jornalismo denominado por *penny press*, “nome que vem do facto de, perante o preço estabelecido ou comum de seis centavos, o preço desta nova imprensa tenha sido reduzido para um centavo. Com o objectivo de aumentar a circulação, atingindo pessoas que normalmente não compravam um jornal por razões económicas, o novo preço desses jornais tornava-os acessíveis a um novo leque de leitores”¹⁸.

O jornalismo informativo, produto industrial a partir do século XIX, pelas razões descritas anteriormente, estabeleceu uma forte presença na sociedade de massas e com o grande público.

¹⁶Esteves, João Pissarra; *A ética da comunicação e os media modernos: legitimidade e poder nas sociedades complexas*, Lisboa, Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1998, p.230

¹⁷Traquina, Nelson; *op.cit.*, pp.25-26

¹⁸*Idem*, p.35

Com o aumento das tiragens e o baixo custo da imprensa, cria-se um novo conceito de audiência para a qual os jornalistas se começam a dirigir de forma mais objectiva, independente e neutra em função de um público politicamente menos homogéneo.

Com esta nova audiência e com a massificação da imprensa, a *penny press* além de preferir um jornalismo de opinião em função de um jornalismo de informação, almeja também substituir os assuntos que outrora faziam parte da agenda, acontece a procura por notícias com maior carga emotiva, de interesse humano. Surge assim o sensacionalismo. Este incentivo de trazer ao público informação nova, inédita e que especule o novo e o fora do vulgar, que envolva características como a morte, os sinistros, a corrupção, o entretenimento, assuntos relacionados com tribunais e casos policiais, informação que lide com sentimentos e emoções humanas, apela ao leitor e atrai a sua atenção. Os jornalistas começam a desenvolver uma linguagem mais descritiva, as capas dos jornais tornam-se mais cuidadas e começam a surgir as notícias de primeira página e a noção de que o jornal se vende pela sua aparência.

Fidelizar, alcançar as massas e despoletar o interesse num público com um baixo nível de alfabetização eram barreiras que facilmente seriam superadas pelo jornalismo sensacionalista que funcionava como factor de sociabilidade. De modo a facilitar a leitura, além do uso da linguagem coloquial, surge a técnica da pirâmide invertida e do *lead*, onde aparece a informação chave, e nos primeiros parágrafos da notícia, o que prende o leitor e lhe facilita a apreensão de informação. O jornalismo sensacionalista é, para o público de massas, uma diversão, seja pelo lado positivo ou negativo, é uma forma de viverem alienados esquecendo o seu quotidiano de modo a refugiarem-se nos dramas de outrem.

Com o panorama que o jornalismo ocupava no dia-a-dia da sociedade, e com o objectivo de levar informação e entretenimento aos leitores, surge a necessidade de correr atrás de notícias de interesse. Emerge neste contexto a figura do repórter de modo a “responder à procura, a própria empresa jornalística teve de crescer, empregando mais pessoas para a produção de notícias”¹⁹. Apesar de inicialmente o repórter ser visto como alguém que se limitava a retirar notas dos acontecimentos, a sua figura começou a ganhar prestígio e foi com ele que se começa a delinear a noção de especialização. “Independência, neutralidade, objectividade e profissionalismo”²⁰ desenvolvem-se nesta altura devido à técnica objectiva e neutra para relatarem os factos o que impulsiona a criação de novos formatos como a reportagem e o repórter “correspondente de guerra” e “correspondente especial”, factores que conferem uma maior atracção para o público porque assistem a uma imprensa mais diversificada, mais sedutora com manchetes e chamadas de primeira página favorecidas pelos contextos de guerra.

A noção de jornalismo, como a conhecemos actualmente, teve lugar na época da *penny press*, que criou a noção de notícia, de *lead* e de resposta às questões chave (quem? O que? Onde? Como? Porque?), no primeiro parágrafo da notícia. Com o desenvolvimento dos conteúdos, adverte também o profissional e incute neste uma nova forma de encarar a profissão, a

¹⁹*Idem*, p.41

²⁰Figueiredo, Ana; *op.cit.*, p.20 *apud* Coelho, Pedro; *A TV de proximidade e os novos desafios do espaço público*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 9-10

diversidade da informação surge neste contexto, no entanto, a valorização do sensacionalismo passa a ser fundamental para os jornais e os seus profissionais.

Apesar de alguns autores defenderem que o sensacionalismo é o oposto do que o jornalismo deve ser, ressalvando que a função da informação consiste em educar e formar civicamente o público vigiando os poderes, a classe jornalística defende que o sensacionalismo é um poder de massas que aproxima os cidadãos favorecendo o diálogo entre os receptores da informação. Este consegue envolver o leitor, causa interesse para a leitura e envolve a emoção. O sensacionalismo cumpre também uma função educativa, porque envolve o público numa comunidade e na defesa de interesses comuns.

Objectividade e Sensacionalismo: a Imparcialidade e as Emoções

Foi no século XIX com a massificação da imprensa, que o jornalismo se estruturou enquanto profissão e poder e começa a ressaltar valores como a informação. Deixa de lado o jornalismo de opinião e passa a exercer um jornalismo mais diversificado e informativo. Neste contexto surge outro conceito base do jornalismo, a objectividade.

É durante este século que a objectividade se desenvolve devido à emergência da imprensa informativa, que prima pela separação entre factos e opiniões. Nesta altura, a influência partidária deixa de exercer domínio nas páginas dos jornais, o jornalista adopta a posição de observador imparcial e desligado dos acontecimentos. As notícias tornam-se igualmente imparciais, são dadas sem medo, não estão envolvidos quaisquer interesses partidários ou de algum político, sendo a imprensa partidária substituída pela imprensa de cariz informativo, designada como a “voz do povo” e com vista a fins comerciais.

A informação objectiva foi a opção jornalística dos meios de comunicação de modo a atingir todo o público e não apenas as elites, deixam assim de parte a discussão e a opinião. Deste modo, a objectividade trata-se de “um recurso estratégico para legitimar o jornalismo perante o público. Por meio desse discurso, o jornalismo reivindica a capacidade de identificar as ocorrências da realidade e reproduzi-las por meio de notícias. O público, em geral, confia nesse pressuposto, e “assina” um contrato com os veículos onde a principal moeda legitimadora do jornalismo é a credibilidade. As pessoas- leitores, telespectadores ou ouvintes- precisam acreditar que as informações que recebem dos meios de comunicação de massa são críveis e marcadas de verdade, puras de interesses que não o de informar. Ao se colocar em risco a credibilidade, questiona-se toda a instituição”²¹.

Gaye Tuchman defende que a objectividade serve como forma de contornar “prazos, os possíveis processos de difamação e as repressões dos superiores”²², para a classe jornalística “o termo «objectividade» funciona como um baluarte entre eles e os críticos. Atacados devido a uma controversa apresentação de «factos», os jornalistas invocam a sua objectividade quase do

²¹Brixius, Leandro José; *Objectividade Jornalística: Um estudo a partir das rotinas de produção das editoras de política de Zero Hora e Correio do Povo*, Unisinos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, s/d, in http://bdtd.unisinos.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=95, p.16, consultado a 27/12/2010

²²Tuchman, Gaye; “A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas” in Traquina, Nelson (org); *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Veja, Lisboa, Comunicação e Linguagens, Vega, 1993, Tuchman, Gaye; *op. cit.*, p.74

mesmo modo que um camponês mediterrânico põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos”²³.

Por objectividade entendemos a qualidade do que é objectivo, externo à consciência, um resultado de uma observação imparcial que não depende das preferências individuais do jornalista. O jornalista devido às limitações da sua profissão e ao factor tempo “tem de tomar decisões imediatas relativamente à validade, fiabilidade e «verdade» a fim de conhecer os problemas impostos pela natureza da sua tarefa- o processamento de informação que dá pelo nome de notícia”²⁴.

Uma notícia é o relato objectivo de um acontecimento real, trata-se de um texto jornalístico que tem como objectivo informar. Esta notícia é composta por factos, e quando o jornalista os transmite torna-se o responsável pela exactidão desses mesmos factos, uma vez que será avaliado tanto pela redacção como pelos leitores atentos. Ao escrever uma notícia, o repórter tem o peso da sua profissão e do seu nome, mas também uma equipa que pode ser prejudicada caso os factos causem prejuízo para algum leitor, é precisamente para fugir a este perigo que defendem que, “se todos os repórteres reunirem e estruturarem os «factos» de um modo descomprometido, imparcial e impessoal, os prazos serão respeitados e os processos de difamação evitados”²⁵.

O conceito de objectividade não permite ao jornalista que qualquer tipo de opinião, sentimento ou emoção seja transmitido na notícia, ou mesmo perceptível ao leitor. O jornalista não pode tomar partido de nenhum acontecimento ou actor que esteja envolvido no acontecimento.

Porém acreditar que a notícia é o espelho da realidade e da descrição dos acontecimentos como eles são não passa de um “mito”. O ideal de jornalismo não se baseia, portanto, na noção de objectividade mas antes nos valores da profissão, “para atingir o “jornalismo ideal”, o jornalista deve orientar-se sempre pelos valores de rigor, da independência, do compromisso com a realidade, da honestidade, da intenção de verdade”²⁶.

Ainda no século XIX, e com a objectividade entendida como técnica ideal na descrição de um facto, torna-se necessário referir o carácter capitalista dos jornais. Estes que passam a ter como objectivo primordial as vendas e os lucros querem chegar a um maior número de leitores atingindo todas as classes. Os jornais passam a ver os cidadãos como meros consumidores. Podemos então afirmar que uma das grandes motivações da objectividade foi o carácter comercial, uma forma dos diários de massa atingirem um público heterogéneo.

A imprensa popular implementa na sociedade produtos mais baratos, acessíveis e com variedade a nível de temas. Grande parte destes jornais adoptam uma postura política neutral e ainda parecem indiferentes a assuntos relevantes da esfera pública. “A “objectividade” entendida como um relato factual parece conviver com uma despolitização que se faz

²³*Idem*, p.75

²⁴*Idem*, p.76

²⁵*Idem*, p.78

²⁶Figueiredo, Ana; *op. cit.*, p.23

acompanhar da crise da imprensa partidária”²⁷.

Falar em objectividade implica inserir a questão do sensacionalismo. “Prefere-se cada vez mais a informação objectiva à discussão e à opinião, as notícias sensacionais aos editoriais reflectidos. Na necessidade de encontrar um público mais largo, o jornal procura manter uma atitude imparcialmente objectiva, dirigindo-se assim a todos, e não a um grupo de leitores ideologicamente afins, necessariamente muito mais restritos”²⁸.

Definir, o que é ou não, sensacionalismo jornalístico é complicado, no entanto existe uma característica que é comum à informação sensacionalista, trata-se do espectáculo mediático usado como notícia. O sensacionalismo é a divulgação dos factos como acontecimentos extraordinários, são notícias que causam emoção e escândalo, produz sensação e impacto. A produção de notícias sensacionalistas aumenta os lucros e a audiência, sensacionalismo gera sensacionalismo porque é este género de informação que o público gosta e quer receber.

O interesse do público é valorizado em detrimento da importância do acontecimento. A preferência pela informação sensacionalista leva os jornais a tornarem-se mais populares, os leitores pretendem receber notícias de casos dramáticos, bizarros, conflituosos e engraçados. O sensacionalismo funciona como uma espécie de alienação das suas vidas e assumem um carácter de entretenimento. Informação e entretenimento passam a confundir-se. O sensacionalismo dirige-se ao interesse popular imediato apelando aos sentimentos e emoções facilmente despertadas no público como a tristeza, o medo, o alívio, a alegria e solidariedade. “A abundância de *fait-divers* nos telejornais e na imprensa, o sensacionalismo noticioso mais variegado, o sucesso da imprensa de coração. Revelam que para lá do interesse público há uma curiosidade informativa insaciável que da informação espera mais diversão que formação”²⁹.

O sensacionalismo é uma produção do discurso da informação redireccionado para a intensificação e o exagero. Ele destaca elementos de uma forma mais abusiva que o jornalismo considerado sério ou de referência. Esta prática jornalística está associada ao chamado jornalismo popular. Devido às suas características o sensacionalismo e os meios de comunicação apontados como tal recebem automaticamente uma conotação negativa, “não há outro significado usado de forma comum que não seja: jornalismo de baixa qualidade”³⁰.

A prática sensacionalista associada ao exagero e exploração de factos, valoriza casos que envolvam o lado negativo da sociedade. A criminalidade, a corrupção, os abusos sexuais, os maus tratos, assassinatos, tragédias naturais e humanas são acontecimentos base do sensacionalismo. Estas notícias pegam nas questões sociais e atribuem-lhe um forte poder de sentimentalismo, criam sentimentos de penalização e de descontentamento. Acontecimentos com estas características criam ligação dos leitores com o caso noticiado, o público exerce uma

²⁷Correia, João Carlos; *O Admirável Mundo das Notícias*, Teorias e Métodos, LabCom Books, 2011, p.141

²⁸Tengarrinha, José; *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.ª edição, Lisboa, Caminho, 1989, p. 219.

²⁹Fidalgo, António; “O consumo de informação. Interesse e Curiosidade”, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2006, in <http://www.bocc.uff.br/pag/fidalgo-antonio-interesse-curiosidade-informacao.pdf>, p.1, onslutado a 14/12/2010

³⁰Seligman, Laura; Cozer, Karis; “Jornais Populares de qualidade: Ética e sensacionalismo em um novo padrão do jornalismo de interior catarinense”, s/d, in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-jornais-seligman.pdf>, p.4

familiarização com o assunto e pretende estar a par do desenvolvimento do mesmo. No entanto, esta questão do sensacionalismo e *fait-divers* será abordado mais pormenorizadamente no terceiro capítulo.

Capítulo Segundo

JORNALISMO ONLINE: CASO PORTUGUÊS

Internet: do Jornalismo Online ao Webjornalismo

Este segundo capítulo tem como base o jornalismo *online* e o *webjornalismo*. Consideramos importante falar nesta nova plataforma jornalística uma vez que a pesquisa empírica se baseia na análise de dois jornais na vertente *online*, o Público e o Jornal de Notícias.

Falar em *webjornalismo* implica falar em Internet, na sua importância, e das transformações que esta nova tecnologia provoca no jornalismo. Se quando a Internet surgiu, ao serviço dos militares e da Guerra Fria, poucos tinham conhecimento da sua existência, em meados dos anos 90 do século XX com o desenvolvimento da *WorldWideWeb* a Internet passa a estar acessível para a sociedade em geral e actualmente ninguém vive sem o acesso às páginas *online*.

Actualmente e, cada vez mais, as pessoas sentem necessidade de se verem integradas nesta nova era de informação devido a todas as facilidades oferecidas por este meio. A Internet permite a interacção com outras pessoas e o acesso a novas plataformas, através de um simples *click* oferece a oportunidade de sabermos o que queremos saber. Ser leigo neste meio confere uma sensação de marginalização social, de “à parte” global. “O volume de informações disponíveis reunidas em todas as mídias é imensurável. Paralelamente, a evolução das tecnologias é exponencial. Sendo assim as pessoas sentem-se na obrigação de estarem bem informadas, dominarem as novas ferramentas tecnológicas, fazerem inserções no contexto social e viverem entre o real e o virtual”³¹.

Real e virtual executam um processo de osmose, o virtual faz parte do quotidiano impondo um ritmo alucinante, a velocidade com que tudo acontece na Internet é algo que supera qualquer tecnologia de informação anterior. Por este motivo existe quem tema que a Internet seja uma ameaça para os restantes meios de comunicação, uma vez que é o único meio capaz de tornar possível a convergência dos media, ou seja, a sua integração num único suporte.

Vivemos na era da Informação, ter acesso à mesma é fulcral para nos mantermos actualizados sobre o que acontece no mundo, e nada mais simples como a *web* para adquirirmos esse conhecimento de forma instantânea e interactiva. A informação é um bem essencial para qualquer sociedade, e a Internet é o meio mais eficiente e barato através do qual recebemos e distribuimos essa mesma informação. A denominação de *era da Informação* reside no facto de,

³¹Padilha, Sônia; *A Internet, o Jornalismo e as Inquietações*, Universidade da Beira Interior, Universidade Metodista de São Paulo, s/d in <http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-padilha-internet.pdf>, s/p, consultado a: 8/02/2011

“tecnologicamente terem surgido instrumentos que nos permitem operacionalizar com eficiência redes de relação e troca de informação e, conseqüentemente, conceder uma maior importância à informação”³².

Por este motivo devemos encarar que a comunicação mudou, a forma de aceder e difundir informação foi alterada, o mundo está tecnologicamente avançado e, conseqüentemente, o jornalismo também tem de mudar para não perder frente a esta nova tecnologia.

Foi a partir da década de 90 que a Internet começou a ser utilizada para fins jornalísticos, desde então que a principal questão recai sobre o facto da mesma, enquanto suporte jornalístico, poder pôr fim ao jornal impresso. Numa primeira passagem dos jornais para o *online* nada foi alterado, as notícias eram transpostas do jornal tradicional para a sua página na Internet, sem qualquer mudança, e não havia uma equipa a trabalhar no âmbito do jornal *online*. Posteriormente o texto começou a ser trabalhado e produzido de uma forma mais cuidada e que melhor se aperfeiçoasse ao novo conteúdo, é nesta fase que os jornais se apercebem da rentabilidade e do acesso massificado por parte da população cibernética que não dispensa as notícias em tempo real e de última hora. Actualmente são produzidos conteúdos noticiosos especificamente desenvolvidos para a *web* e com especificidade que o conteúdo tradicional não permite. Os jornais têm equipas destinadas a trabalhar no formato *online*, no qual se denota um esforço para facilitar a navegação dos *web-leitores* e onde a convergência nas notícias online com links de texto, áudio, vídeo, imagens e infografias já se vai fazendo surgir.

Se na perspectiva de alguns a Internet é vista como uma ameaça, outros consideram que a mesma tem de ser vista como um desafio para o jornalismo tradicional e, essencialmente para os jornais em papel. Os meios de comunicação tradicionais não serão substituídos pelos novos meios desde que saibam tirar proveito e se aperfeiçoar aos segundos.

O *webjornalismo* caracteriza-se pelo recurso a características impossíveis de alcançar pelo meio tradicional, como interactividade, hipertextualidade, multimedialidade, hipermédia e glocalidade. A interactividade é a possibilidade do receptor interagir com o jornal, pode tornar-se fonte de informação e mesmo noticiar. Existe interacção entre jornalista e leitor. O hipertexto fornece a possibilidade de se estabelecerem ligações para outros *sites* ou dentro do mesmo. O hipermédia permite a união num único suporte de conteúdos escritos, sons e imagens. Relativamente à glocalidade, como o nome indica, é o fabrico local a alcance mundial; a instantaneidade possibilita serem transmitidas notícias no momento em que são finalizadas e em directo. Quanto à personalização refere-se à possibilidade do leitor interagir sobre a forma e o conteúdo do jornal e consumir apenas o que quer.

João Canavilhas, como forma de distinção entre o jornalismo tradicional e o jornalismo digital apresenta quatro factores, sendo eles a “a distribuição (o acesso), a personalização (o papel activo do utilizador), periodicidade (fim da lógica de “uma edição, um produto”) e por fim a informação útil (prática e objectiva)”³³. O autor refere ainda que “para o jornalista, a

³²Cardoso Gustavo; Espanha Rita; *Comunicação e Jornalismo na Era da Informação*, Campo das Letras, 2006, p. 8

³³Amaral, Inês Albuquerque; *A interactividade na esfera do Ciberjornalismo*, Instituto Superior Miguel Torga,

introdução de diferentes elementos multimédia altera todo o processo de produção noticiosa, para o leitor é a forma de ler que muda radicalmente. Perante um obstáculo evidente, o hábito de uma prática de uma leitura linear, o jornalista tem de encontrar a melhor forma de levar o leitor a quebrar as regras de recepção que lhe foram impostas pelos meios existentes. O grande desafio feito ao webjornalismo é a procura de uma "linguagem amiga" que imponha a webnotícia, uma notícia mais adaptada às exigências de um público que exige maior rigor e objectividade"³⁴.

Passamos a utilizar a nomenclatura *webjornalismo*, em vez de jornalismo *online* pela distinção realizada por João Canavilhas, e uma vez que fazemos referência às potencialidades da Internet em função do jornalismo. Segundo o autor, cada novo meio de comunicação cria "novas rotinas" e "novas linguagens jornalísticas" que se adaptam às características de cada meio. Com a Internet apesar de haver uma passagem dos meios tradicionais para a *web*, não se denotou "qualquer alteração na linguagem". O autor acrescenta que aquilo a que chamamos jornalismo *online* não é mais do que a transposição dos meios antecedentes. João Canavilhas considera que "o jornalismo na web pode ser muito mais do que o actual jornalismo *on-line*. Com base na convergência entre texto, som e imagem em movimento, o webjornalismo pode explorar todas as potencialidades que a internet oferece, oferecendo um produto completamente novo: a webnotícia"³⁵. A *webnotícia* é um produto que implica diversidade e que congrega texto, som, imagem e imagem em movimento. A nível textual a *webnotícia* usa um texto curto, directo, colorido, interactivo e hipertextual.

Baseado no modelo comunicacional de "muitos para muitos" onde a máxima "nós escrevemos, vocês lêem"³⁶ já não faz sentido. Se num jornal tradicional o leitor que não concorda com o que lê pouco pode fazer, num jornal *online* este factor muda completamente. O leitor que tem acesso a determinada notícia, ou conteúdo, e com o qual não concorda, quer acrescentar algo ou, simplesmente, dar a sua opinião, não encontra grandes limitações. "No webjournal a relação pode ser imediata. A própria natureza do meio permite que o *web-leitor* interaja no imediato. Para que tal seja possível o jornalista deve assinar a peça com o seu endereço electrónico. Dependendo do tema, as notícias devem incluir um "faça o seu comentário" de forma a poder funcionar como um fórum"³⁷. O que mais apraz ao *web-leitor* é a oportunidade de ser, simultaneamente, produtor e consumidor de informação, tornando-se parte activa da sociedade mediática.

O *webjornalismo* tem ainda outra característica fundamental, não conhece limites de tempo nem de espaço. As notícias estão em permanente actualização, não conhecem limitações e podem ser publicadas a partir da redacção, de casa ou de outra parte, usufruindo do carácter imediato e instantâneo que só a Internet permite. Para tal é necessário apenas acesso à rede

s/d,

in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/amaral-ines-interactividade-esfera-ciberjornalismo.pdf>, p.136, consultado a 5/01/2011

³⁴Canavilhas, João; *Webjornalismo Considerações gerais sobre o jornalismo na web*, Universidade da Beira Interior, s/d,

in <http://www.bocc.uff.br/pag/canavilhas-joao-webjournal.pdf>, p.2 consultado a 6/1/2011

³⁵*Idem*, p.1

³⁶*Idem*, p.2

³⁷*Ibidem*

seja através de um computador, ou actualmente de um telemóvel.

Webjornalismo e os Jornais Portugueses

Após considerarmos que o uso do termo *webjornalismo* seria mais apropriado tendo em conta a realidade actual do jornalismo na *web*, vamos tentar perceber se essa realidade se encontra vigente nos jornais portugueses, que será comprovada na análise empírica. Começaremos com uma pequena abordagem relativa ao surgimento dos jornais *online* portugueses e nas fases pelas quais os mesmos passaram para chegar ao ponto onde se encontram actualmente.

Com pouco mais de 15 anos de presença em Portugal, o jornalismo na *web* tem evoluído mas não com a significância pretendida. Hélder Bastos³⁸ define três fases para o jornalismo na *web* portuguesa, a *fase da implementação (1995-1998)*, a *fase da expansão ou “boom” (1999-2000)* e a *fase da depressão/estagnação*, aquela em que nos encontramos actualmente. Numa primeira fase esta nova ferramenta colocada à disposição do jornalismo era vista com desconfiança e passou primeiramente pela experimentação dominada pelo “modelo *shovelware*”, isto é, os jornais abrem os respectivos *sites* para neles postarem os conteúdos produzidos para a versão em papel.

O ano de 1995 marcou a ligação dos meios de comunicação generalista com a Internet. O Jornal de Notícias foi o primeiro a inaugurar o seu *site* na Internet, em Julho desse mesmo ano, onde disponibilizava uma actualização diária das notícias, tal como na sua edição impressa, não sendo no entanto uma versão integral. Posteriormente foi integrada a secção “*Últimas Notícias*” e fóruns de discussão. Em Setembro é a vez do Público disponibilizar edições diárias na *web*. Também este, numa primeira fase, colocava *online* as mesmas notícias que em papel, apercebendo-se rapidamente das potencialidades do suporte em causa e desenvolvendo a secção do “*Última Hora*”, onde acompanhavam o que de importante se passava em Portugal e no mundo. Relativamente ao Correio da Manhã inicia esta caminhada em 1998. Nesta primeira fase não havia jornalistas dedicados exclusivamente às edições *online*, dominava o *shovelware* e Portugal estava muito aquém da produção noticiosa *online* dos restantes países.

Nos anos posteriores à experimentação os jornais passaram a investir nas suas edições *online*, a criar novos postos de trabalho e novos cargos. No caso do jornal o Público, jornal de interesse no nosso estudo, a secção intitulada de “*Última Hora*” levou o jornal à criação de uma redacção exclusivamente dedicada à mesma. Em Dezembro de 2002, trabalhavam cerca de 25 jornalistas e produtores de conteúdos. A vertente *online*, durante esta segunda fase, do “*boom*”, foi de tal forma optimista que possibilitou a constituição do www.publico.pt, onde prestam serviços próprios e notícias, criando ainda *dossiers* sobre diversos assuntos, onde convergem textos produzidos pela redacção *online* e pela redacção geral.

Nesta fase de expansão, o acesso a todo o tipo de conteúdo disponibilizado pelo portal do jornal *Público.pt* era gratuita. No entanto, em Abril de 2005 e ainda actualmente, o acesso a

³⁸Bastos. Hélder; *Da implementação à estagnação, os primeiros quinze anos de ciberjornalismo em Portugal*, Conferência “15 anos de Jornalismo online em Portugal”, UBI, 2010, in <http://www.slideshare.net/bactoc/15-anos-de-ciberjornalismo-em-portugal-3359834>, consultado a 10/2/2011

determinados conteúdos só é permitido a assinantes, o que invalida pagar uma assinatura mensal ou anual. A necessidade de adquirir receitas de modo a compensar os custos que os recursos humanos e técnicos do *online* vieram acrescentar ao jornal, foi a explicação dada pelos responsáveis, afirmando ainda que o facto de terem disponibilizado conteúdos *online* levou à perda de assinaturas oriundas do estrangeiro.

Com a fase do entusiasmo concedido pela *web*, surgem os primeiros jornais generalistas exclusivamente *online*. São feitos investimentos, alargam as redacções, há um êxtase eufórico à volta da economia gerada pela Internet. Esta passa a ser encarada como uma nova possibilidade de negócios.

No entanto, o entusiasmo foi de pouca duração e entramos na fase, descrita por Hélder Bastos, como a fase da depressão. Inicia-se o alerta para a saturação do mercado, projectos encerram e a aposta dos portais *online* recai sobre a contratação de estagiários que se limitam a copiar informação de outras fontes de informação. João Canavilhas, relativamente ao caso português, e recorrendo à sistematização feita por *Jonh Pavlik*, afirma que o jornalismo que se faz na *web* ainda se encontra no segundo momento. “Na maior parte dos casos, aquilo a que se chama jornalismo *online* é a disponibilização de notícias de última hora. Jornais exclusivamente *online*, como o Diário Digital ou o Portugal Diário, estão longe de ter entrado na fase do webjornalismo”³⁹.

Falar neste novo jornalismo implica ter presente que a Internet não só cria novas formas de jornalismo, como tem de criar novos jornalistas e com outras apetências. Segundo Pavlik, são três as mudanças no papel do jornalista, “o jornalista tem de ser mais do que um contador de factos, o papel do jornalista como intérprete dos acontecimentos será expandido e em parte modificado e os jornalistas *online* terão um papel central na ligação entre as comunidades”⁴⁰.

Recolher informação e contar histórias é rotina diária dos jornalistas, mas com a Internet e com os seus novos desafios o profissional tem de se adaptar ao novo meio e adquirir uma capacidade além da de transformar acontecimentos em notícias. A Internet em conjunto com as suas características de interactividade e multimédia cria uma nova forma para as histórias serem contadas. Contar histórias na *web* permite a cominar texto, fotografias, infografias, vídeos e áudios. Outra das características das notícias escritas para a Internet são a profundidade, a continuidade e a intemporalidade. Para criar estas apetências o jornalista tem de, às suas capacidades tradicionais, juntar capacidades multimédia. “Todos os meios serão multimeios, a verdadeira especialidade dos futuros profissionais da informação será a capacidade de trabalhar em todos eles, seleccionando e interpretando informação com a suficiente criatividade para dispor agradavelmente essa informação”⁴¹.

³⁹Canavilhas, João; *Os Jornalistas online em Portugal*, Universidade da Beira Interior, s/d, in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-jornalistas-online.pdf>, pp.2-3, consultado a 10/2/2010

⁴⁰Aroso, Inês; *A Internet e o novo papel do jornalista*, p.1 *apud* Pavlik, Jonh V; *Journalism and new media*. New York: Columbia University Press, 2011, in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/aroso-ines-internet-jornalista.pdf>, consultado a 12/2/2010

⁴¹Aroso, Inês; *op. cit.*, p.1 *apud* Pérez, Arturo Merayo; *Periodistas para el siglo de la información: claves para formar los nuevos comunicadores*, Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt>, 2000, consultado a 2/5/2011

As frequentes actualizações são outra das ferramentas que o novo meio oferece. Através da Internet o jornalista pode actualizar constantemente a notícia e captar de forma instantânea a atenção e procura do cibernauta. “A tecnologia permite mesmo que a notícia *online* seja um produto em constante desenvolvimento e mutação: o jornalista do *online* detêm as ferramentas para, logo que esteja na posse de informação com o valor de notícia, a disponibilizar na rede sob a forma de apenas um título e a ir desenvolvendo e actualizando permanentemente”⁴².

É de salientar que o novo meio é a forma mais rápida de se aceder à informação, especialmente quando falamos de tragédias ou casos mediáticos. Em Portugal temos o exemplo do caso Casa Pia, um caso que despertou ânsia de informação na população e que os meios na sua forma *online* souberam aproveitar disponibilizando informação sempre que possível.

Internet e Processo Casa Pia

O Processo Casa Pia envolve práticas pedófilas a jovens, pobres e órfãos menores, desta instituição. O caso, tornado público a 23 de Setembro de 2002 pela jornalista Felícia Cabrita, começa, desde então a captar total atenção por parte dos meios de comunicação. Desde o início do processo e no decorrer dos sete anos posteriores, este caso foi um dos mais mediatizados pelos media portugueses, primeiro por envolver práticas pedófilas em jovens que se encontram sobre a alçada duma instituição gerida pelo Estado, e depois por envolver alegadamente, diplomatas, médicos, advogados, profissionais da comunicação, incluindo pessoas de nacionalidade estrangeira.

Se este caso encheu páginas de jornais, fez parte das principais notícias dos telejornais e ocupou horas nas emissões de rádios, também a Internet foi uma ponte de informação sobre o caso. *Sites* de informação como a TSF.pt viram a sua página ser fonte de acesso fora do vulgar. As práticas pedófilas condenáveis, aliado ao envolvimento de figuras públicas criou um choque colectivo.

Durante os sete anos de processo a figura mais mediatizada foi o, até então, apresentador. Também ele recorreu a este novo meio como forma de se fazer ouvir e acompanhar por parte dos cibernautas. Através de uma página pessoal, “Provas da Verdade”⁴³, o arguido que veio a ser considerado em tribunal culpado e condenado a sete anos de prisão, já conta com mais de 1.000.000 de visitas. Dentro deste *site* existem varias hiperligações para temas relacionados com o processo, uma categoria de “últimas” com destaque a vermelho, informações sobre as actualizações do site e ainda links para acesso a outras páginas.

Carlos Cruz rendeu-se às potencialidades da Internet para divulgar a sua inocência. O comunicador faz igualmente parte das redes sociais, onde existe uma página com o nome “Processo Carlos Cruz”⁴⁴ que conta com 392 *likes*, e um perfil com o mesmo nome que, até à data⁴⁵, tem 1344 amigos. Carlos Cruz serve-se ainda de outra ferramenta oferecida pela *web*, a *Newsletter*, onde organiza uma base de dados de endereços de e-mail e no qual quem quiser

⁴²Silva, António Lopes da; *op. cit.*, p.58

⁴³Que pode ser consultada em <http://www.processocarloscruz.com/>, consultado a 2/3/2011

⁴⁴<http://www.facebook.com/#!/pages/Processo-Carlos-Cruz-p%C3%A1gina/180387458671344>

⁴⁵Os dados referidos constam do dia 21 de Março de 2011

colaborar basta introduzir o seu e-mail, a 06 de Janeiro de 2011, Carlos Cruz afirmava estar a atingir os 600.00. 00.

Com este *site* Carlos Cruz, acusado de seis crimes de abuso sexual de menores, o mais conhecido dos sete réus levados a julgamento, pretende chegar ao público considerando o julgamento público como “tanto ou mais importante que o julgamento do tribunal”⁴⁶. O principal objectivo é fornecer todos os elementos às pessoas e, deste modo, permitir que pensem livremente. Carlos Cruz, numa notícia divulgada pela Revista Digital de Justiça e Sociedade, *In Verbis*, intitulada de “A verdade de Carlos Cruz, versão digital”, compara o processo Casa Pia a processos semelhantes em outros países e acrescenta que “em todos há sempre uma figura popular mediaticamente conhecida na comunidade. Eu fui preso na melhor fase da minha carreira. A ideia é que as pessoas pensem que, se prenderam aquele, se o mantêm preso, então ele é culpado. E se ele é culpado, então todos os outros são culpados. O meu nome era importante para credibilizar a investigação”⁴⁷.

O apresentador, apesar de 15 meses preso preventivamente, declara, ainda hoje inocência. A sentença lida a 3 de Setembro de 2010, depois de dois anos de investigação e cinco anos de julgamento, continua a considera-lo culpado. O *site* “Provas da Verdade” substitui a escrita de um segundo livro e chega a uma comunidade muito superior.

Pesquisa na Internet: Casa Pia, Carlos Cruz

O Processo Casa Pia, caso no qual se baseia a nossa análise empírica presente no Capítulo Quarto, foi ao longo de sete anos mediatizado pelos meios de comunicação nacionais, pela Internet e mesmo pelos meios de comunicação estrangeiros. No entanto, este caso, apesar de envolver diversas figuras, mais e menos conceituadas, mediatizou mais Carlos Cruz, do que os restantes acusados e do que as alegadas vítimas.

O envolvimento do comunicador foi de tal forma supermediatizado, com todos os meios a publicarem diariamente notícias e informação acerca do arguido e da relação com as supostas vítimas, que podemos utilizar o conceito de Ignacio Ramonet de “curto-circuito mediático”⁴⁸. Este conceito surge associado à mediatização feita em volta da morte da Princesa Diana, e do facto de uma figura das revistas cor-de-rosa ter atingido o “status de personalidade digna da imprensa séria e de referência”⁴⁹. No presente caso temos uma figura da comunicação que já tinha adquirido este status o que leva a um choque colectivo maior por parte do público, que não esperava ver envolvido uma pessoa cujo rosto é conhecido e familiar num caso destes e como alegado pedófilo. A figura conhecida dos telespectadores, o qual os entretinha e fazia parte dos ecrãs como mediador de informação, passa a objecto principal de informação, curto-circuito que atingiu todos os meios de comunicação e Internet, imprensa popular e de referência.

Por este motivo há quem se refira ao Processo Casa Pia, como o Processo Carlos Cruz. O

⁴⁶<http://www.inverbis.net/actualidade/a-verdade-carloscruz-versaodigital.html>

⁴⁷*Ibidem*

⁴⁸Ramonet, Ignacio; *Tiranía da Comunicação*, Campo das Letras, 1999, versão digital, 2002 in http://jornalismouninove.com.br/livros/ignacio_ramonet_tiranía_da_comunicacao.pdf, p.5, consultado a 2/4/2011

⁴⁹*Ibidem*

certo é que o arguido tornou-se, no último ano, o mais pesquisado na Internet. Através dos dados facultados pelo Zeitgeist 2010⁵⁰, o ex-apresentador de televisão, na categoria de nomes mais emergentes, ocupa o primeiro lugar. Esta procura pode estar associada ao facto do comunicador ter lançado uma página na rede onde coloca informação sobre todo o processo Casa Pia de forma ordenada e de fácil navegação. O *site* que ocupa a posição 55 mil a nível mundial, é visitado diariamente por cerca de 1500 a 2000 pessoas.

Podemos ainda ter acesso às pesquisas feitas na Internet, através da ferramenta Insights for Search, permitida pelo Google. No ano de 2010, com especial incidência em Setembro, numa comparação de procura entre Carlos Cruz e Casa Pia, é notória a liderança do primeiro⁵¹. Acrescentamos ainda, e como forma de apurar o tamanho mediaticismo que envolveu Carlos Cruz no ano do julgamento, a variável “vítimas casa pia” e concluímos que o interesse por parte dos internautas foi praticamente nulo⁵².

Perante tais factos concluímos que a alegada acção pedófila da qual Carlos Cruz é acusado, supera o tempo de antena dado aos alegados jovens que sofreram estes abusos. O nome sonante do ex-apresentador conferiu tamanha importância para a média que ninguém conseguiu parar o efeito bola de neve. Neste caso, podemos afirmar que nos encontramos perante um “mimetismo mediático”⁵³, algo que leva os média a seguir as pisadas uns dos outros, numa ânsia tremenda de cobrir acontecimentos relacionados com determinado assunto devido à importância que os restantes meios de comunicação lhe atribuem, especialmente os de referência. A Internet, segundo o autor, agrava esta situação de mimetismo mediático. “A Internet- constata o professor Daniel Bougnoux- não é um poder editorial, mas um instrumento de contágio mimético (...) A mídia, sujeita à concorrência, é levada, quase apesar dela, a esta super oferta. Mas todo mundo é responsável, inclusive nós, leitores ou telespectadores, que corroboramos com nossa presença e com a ambiguidade da nossa curiosidade esta execução programada”⁵⁴.

O público, bombardeado com a quantidade de informação facultada pelos meios de comunicação, acaba por sentir-se parte integrante dos acontecimentos, existe uma relação de proximidade e vontade de acompanhar os factos que surgem. Factos e informações facilmente acessíveis através da Internet. O caso, que ainda hoje, pode ser acompanhado nas páginas da web, é apresentado de diversas formas, diferentes pontos de vista e perspectivas distintas.

Num julgamento que envolve 920 testemunhas, 32 vítimas, 7 suspeitos e ainda os alegados suspeitos que foram aparecendo e desaparecendo do contexto noticioso, a cobertura jornalística do processo Casa Pia é um dos exemplos mais fortes de circuito-mediático. A forma como as notícias e imagens são transmitidas, a perseguição constante das vítimas e dos suspeitos, a invasão da privacidade na ânsia de obter declarações e o tratamento informativo da dor, tanto dos casapianos, como dos alegados pedófilos, foram factos aproveitados nesta história que

⁵⁰<http://www.google.com/intl/en/press/zeitgeist2010/regions/pt.html>, consultado a 1/5/2011

⁵¹<http://www.google.com/insights/search/#q=Carlos%20Cruz%2CCasa%20Pia&geo=PT&date=1%2F2010%2012m&cmpt=q>, consultado a 1/5/2011

⁵²<http://www.google.com/insights/search/#q=vitimas%20casa%20pia%2C%20casa%20pia%2Ccarlos%20cruz%2Cpedofilia&geo=PT&cmpt=q>, consultado a 1/5/2011

⁵³Ramonet, Ignacio; *op. cit.*, p.8

⁵⁴*Ibidem*

deixou o país em estado de choque.

A sociedade assistiu a este caso em primeira fila e foi a grande privilegiada no acesso à informação pormenorizada facultada pelos meios de informação e pelas páginas da Internet. Neste sentido o acesso à informação e interesse público devem ser avaliados. É certo que o interesse público se refere à informação que os cidadãos tem direito a receber, certo é que o caso Casa Pia faz parte do interesse público, no entanto invadir as emoções dos envolvidos, especialmente das vítimas e arguidos, não fará certamente parte desse interesse.

Acontece que, envolver o público apelando às emoções faz parte do processo de superinformação, e se anteriormente o apelo às emoções estava relacionado à imprensa sensacionalista, actualmente com a concorrência jornalística e com a Internet, os próprios jornais ditos de referência recorrem a esta “arma”. Se a emoção que se sente ao ler uma notícia é verdadeira, então a notícia é verdadeira. Ignacio Ramonet, depois de desenvolver esta teoria, deu credibilidade à ideia de que não importa a informação, pois essa é sempre “simplificável, redutível, capaz de converter-se em espectáculo de massa e decompor-se num certo número de segmentos- emoções. Isto se baseia na ideia, hoje tão na moda, de que existiria uma “inteligência emocional”. A existência desta, “inteligência emocional”, justificaria que, não importa qual informação, (...) ela pode sempre ser condensada e esquematizada”⁵⁵.

Baseados na emoção, na angústia das vítimas e transmitindo isso ao consumidor da informação, o jornalista é capaz de criar o efeito bola de neve e vontade de saber sempre mais. Neste sentido, e tendo acesso à Internet, o cibernauta tem nesta ferramenta as bases para pesquisar e procurar o que realmente lhe interessa em função desse caso. A *web* dá ao utilizador uma sensação de liberdade e de actividade na busca das notícias que lhe interessam e no que quer saber dentro do caso em questão, o utilizador tem ao seu alcance a satisfação no que respeita ao que quer consumir no imediato. É uma forma de se sentir autónomo em relação aos meios massificados que impõe a informação.

No entanto, varias são as críticas feitas à forma como a informação relacionada com este processo foi tratada pelos meios de comunicação e, automaticamente, pela *web*. A cobertura jornalística do caso Casa Pia foi classificada como um atentado à dignidade dos suspeitos alegadamente envolvidos e, sobretudo, das próprias vítimas. O Código Deontológico do jornalista que define que:

2.“O jornalista deve combater a censura e o sensacionalismo e considerar a acusação sem provas como graves faltas profissionais”;

4.“o jornalista deve utilizar meios leais para obter informações, imagens ou documentos e proibir-se de abusar da boa-fé de quem quer que seja”;

7.“o jornalista deve salvaguardar a presunção da inocência dos arguidos até a sentença transitar em julgado. O jornalista não deve identificar, directa ou indirectamente, as vítimas de crimes sexuais e os delinquentes menores de idade, assim como deve proibir-se de humilhar as

⁵⁵*Idem*, p.9

peças ou perturbar a sua dor”⁵⁶.

Abordagem Noticiosa às Vítimas: Crianças e Crimes em Notícias

“Uma avalanche de testemunhos, repetidos até à exaustão em cada espaço noticioso, chega aos portugueses todos os dias através das televisões, com alguns jornais a seguirem-lhes o rasto (e vice-versa), numa espiral cujo fim não está à vista. Nomes de pessoas suspeitas de envolvimento no caso começaram a surgir nos media e são mostrados filmes e fotografias indecorosas, envolvendo crianças susceptíveis de ser identificadas. Dir-se-ia que o horror se transferiu da Casa Pia para os ecrãs da televisão e, em alguns casos, para as páginas dos jornais. A agressão de que são vítimas, desde há 20 anos, crianças indefesas repete-se agora como alimento de audiências”⁵⁷.

O excerto da notícia escrita em Dezembro de 2002 prevê o que poderá ser o futuro da cobertura jornalística relativa ao caso em questão, que desrespeita algumas das bases jornalísticas. A necessidade de noticiar, de competir e de vigiar, aliada ao poder económico levou ao sensacionalismo e ao atropelo de alguns dos critérios éticos da profissão.

Notícias relacionadas ao processo tornam-se ainda mais sensíveis uma vez que envolve casos de pedofilia a jovens e crianças em risco e com carências sociais. Assim sendo, apesar do jornalismo ser uma profissão assente no valor da procura da verdade, e da liberdade de imprensa ser um direito conseguido democraticamente, não permite que determinadas barreiras sejam ultrapassadas. Sabemos ainda que notícias que envolvam crianças, essencialmente menores em risco, são autênticas minas de emoção e conseqüentemente favoráveis a uma maior procura dos leitores pelos jornais que destaquem esses elementos. Deste modo, o jornalista em relação a acontecimentos que envolvam crianças e jovens devem ser ainda mais cautelosos na forma como tratam a informação, protegendo qualquer facto passível de colocar em risco a segurança do jovem ou expor o mesmo de forma directa.

Segundo Manuel Pinto⁵⁸, professor da Universidade do Minho, liberdade de informação, direito à informação e respeito pelos direitos humanos são factores essenciais quando se trata da representação de crimes que envolvem menores. Esta problemática tem de ser ainda mais considerada uma vez que a Internet expõe de forma abusiva crianças com carências sociais. Neste contexto, é ainda, interessante denotar que os crimes sexuais contra menores cresceram em Portugal a partir do ano de 2002. Mas avançamos a questão, será que esses crimes aumentaram, ou sempre existiram mas não chegavam a ser conhecidos pela sociedade? É certo que os meios de comunicação, em relação a temas sensíveis como abuso sexual de menores, pedofilia, maus tratos e todos os assuntos que envolvam crianças tem de ser capazes de levar as regras éticas e o profissionalismo, aliado ao dever de informar e aos direitos humanos de uma

⁵⁶O Sindicato dos Jornalistas, Código Deontológico dos Jornalistas 1993 in <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=24&idselect=369&idCanal=369&p=368> consultado a 9-03-2011

⁵⁷Serrano, Estrela; “*O lugar do jornalismo*”, Diário de Notícias, edição 2 de Dezembro, 2002

⁵⁸Pinto, Manuel;

In

http://jpn.icicom.up.pt/2007/05/03/informar_com_respeito_pelos_direitos_das_crianças_e_jovens_em_risco.html, consultado a 4/3/2011

forma mais cuidadosa. Denunciar a tortura que estes jovens passam e alertar a sociedade para proteger e estar atenta a sinais que possam denunciar que uma criança esteja a ser vítima de qualquer tipo de abuso, é um dever do jornalista.

Um relatório divulgado pela Procuradoria-Geral da República adianta que entre os anos de 2002 e 2007 foram contabilizados cerca de 1.400 casos por ano. A Internet, além dos seus pontos muito positivos, apresenta o lado negativo no que concerne à facilidade de pedófilos se aproximarem de crianças através de redes sociais, essencialmente, uma vez que são pontos de acesso fáceis e de aliciamento de crianças e jovens. “A exploração sexual de crianças e jovens através da internet é dos maiores flagelos do nosso tempo, é das indústrias criminosas mais rentáveis, correspondendo a um dos maiores desafios de sempre, às polícias, magistrados e tribunais”⁵⁹.

O facto das crianças serem alvos fáceis e das notícias sobre elas serem fonte de lucro, espectacularização e sensacionalismo para os meios de informação e especialmente pela sua fragilidade, de modo a controlar e zelar pelos seus direitos, é exigido um maior cuidado por parte de Estados, Justiça e, cada vez mais, se regista um aumento na “produção de textos de cariz supranacional que apontam para uma nova representação da condição social das crianças e na qual se evidencia a necessidade de melhor garantir a protecção dos seus direitos”⁶⁰.

O jornalismo, se respeitar e se regir pelos deveres do profissionalismo é algo positivo para os menores. Os media de informação trouxeram à superfície preocupações que passavam um pouco ao lado da sociedade. “No que diz respeito ao enquadramento da cobertura jornalística das problemáticas da infância em Risco Social, nestes normativos estabeleceram-se medidas que visam assegurar o equilíbrio entre o exercício ao direito à liberdade de informação e o direito à intimidade e reserva da vida privada da criança. O papel dos media é posto em evidência através de uma série de preocupações até então pouco debatidas (os direitos de participação, consentimento e audição das crianças; protecção da identidade, difusão de informação no campo da prevenção), ficando também definidas as linhas de orientação pelas quais se devem guiar à luz de princípios fundamentais de liberdade, igualdade, legalidade e privacidade, sem discriminação”⁶¹.

Como referimos anteriormente, as notícias sobre crianças são fonte de emoção e interesse por parte da comunidade o que leva, em muitos casos o jornalismo a seguir o rumo menos correcto e violar os direitos daqueles que se tornam objectos noticiosos. Deste modo, os regulamentos que tem sido feitos são o espelho da preocupação que existe devido às constantes violações dos direitos infantis presentes em varias notícias especialmente que envolvem jovens em risco social.

Consideramos risco social, “matérias que referem situações em que se verifica uma ameaça ou violação dos direitos essenciais da criança ou jovem colocando em causa a sua segurança, educação, formação ou desenvolvimento. Incluem-se aqui como subtemas:

⁵⁹in http://www.lawrei.eu/MRA_Alliance/?p=1708, consultado a 4/3/2011

⁶⁰Ponte, Cristina (org); *Crianças e Jovens em Notícias*, Carvalho, Maria João Ionete de; *Cobertura jornalística da infância em risco social: principais instrumentos reguladores*, p.47

⁶¹*Ibidem*

Negligências, Maus Tratos, Abandono; Violência sexual; Pobreza, Tráfico; Vítimas de guerra ou catástrofe naturais; Criança objecto de disputa; Criança institucionalizada; Trabalho infantil; Adaptação; Funcionamento do sistema de protecção”⁶².

No caso que fará parte da análise empírica, as vítimas do processo foram muitas vezes encaradas como mentirosas, foram postos em causa os seus depoimentos, viram expostas conversas e pormenores escabrosos nas páginas de jornais, telejornais e Internet, por outro lado, os jovens que ainda se encontravam ao abrigo da instituição foram protegidos e não estiveram ao acesso dos jornalistas. Este caso, foi ainda o impulsionador da procura abusiva de notícias que envolvam crianças em risco de abuso sexual, este género de notícias começa a ter mais impacto e denota-se um acréscimo da informação noticiada acerca destes temas.

⁶² *Idem*, p. 33

Capítulo Terceiro

CRIME: REPRESENTAÇÃO NA SOCIEDADE E NOS MEDIA

Processos Criminais Mediáticos: Imprensa e Justiça

O caso em análise foi alvo, em Portugal, de uma forte atenção mediática por todos os factores que envolve e que já referimos anteriormente. A exacerbação mediática deste processo constitui um exemplo de “drama público” e “julgamento mediático”⁶³. “O conceito de drama público refere-se às narrativas construídas nos media que têm potencial para uma envolvência colectiva, podendo conduzir a situações de alguma desproporção, exagero e alarme, idênticas ao pânico moral”⁶⁴.

Em casos como o que estamos a analisar, o elemento dramático encontra-se presente e é bastante valorizado pelos meios de comunicação. O drama em casos criminais e que envolvam justiça apelam à “consciência colectiva”⁶⁵. De forma sucinta podemos dizer que esta consciência é uma força colectiva que faz com que o indivíduo, inserido numa sociedade, adote as crenças, os sentimentos e as regras da mesma. A sociedade exerce influência sobre a pessoa individual e faz com que se oriente pelos valores comuns e de acordo com as normas sociais onde está inserido. A consciência colectiva representa a moral de uma sociedade, orienta as acções e julga os actos de cada um enquanto ser individual, controla a conduta e reprova a imoralidade e o acto criminal, essencialmente.

Emile Durkheim foi um dos sociólogos que tratou da temática criminal, o sociólogo qualificava o crime como sendo um “facto social”, definido pelo autor como “todos os fenómenos que ocorrem na sociedade, por pouco que apresentem, com uma certa generalidade, algum interesse social.”⁶⁶ O crime era considerado, pelo mesmo, como algo característico a todas as sociedades. “O crime não se observa só na maior parte das sociedades desta ou daquela espécie, mas em todas as sociedades de todos os tipos. Não há nenhuma em que não haja criminalidade. Muda de forma, os actos assim qualificados não são os mesmos em todo o lado; mas sempre e em toda a parte existiram homens que se conduziam de modo a incorrer na

⁶³Machado, Helena; Santos, Filipe; *Justiça e a imprensa- construção de dramas públicos e projecção de julgamentos mediáticos*, s/d, in http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/352/334, p.2801, consultado a 15/4/2011

⁶⁴*Ibidem*, apud Cohen, Stanley; *Folk Devils and Moral Panics*, London, Routledge, 2002; Garland, David; “On the Concept of Moral Panic”, *Crime, Media, Culture*, 2008, pp9-30

⁶⁵Durkheim, Emile; *A divisão do Trabalho Social*, Volume II, 2ª edição, Lisboa, Editorial Presença, s/d, s/p

⁶⁶Durkheim, Emile, *As regras do método sociológico*, 9ª Edição, Queluz, Editorial Presença, s/d, p.37

repressão penal”⁶⁷. A criminalidade é considerada pelo autor um aspecto normal da sociedade, representa que a sociedade se encontra saudável. Durkheim classifica o crime “entre os fenómenos de sociologia normal, não é só dizer que é um fenómeno inevitável, ainda que lastimável, devido à incorrigível maldade dos homens; é afirmar que é um factor de saúde pública, uma parte integrante de qualquer sociedade sã. (...) Em primeiro lugar, o crime é normal porque uma sociedade isenta dele é completamente impossível”⁶⁸.

Concordamos com o sociólogo e com a noção do crime ser um acto comum a todas as sociedades, facto que concede às mesmas sentimentos de medo, insegurança e desordem social. No entanto, apesar do crime ser algo socialmente inato, a mediatização do mesmo tem sido cada vez mais intensa. Na actualidade, os cidadãos não se sentem tão seguros, há uma noção de aumento criminal e de perda de credibilidade nos órgãos que deveriam proteger e reger a ordem social. Tribunais e forças de segurança pública não satisfazem a população. “A maioria dos portugueses está pouco ou nada satisfeita com a democracia, tem má opinião dos políticos e acha que a Justiça em Portugal discrimina ricos e pobres”⁶⁹. Quem o comprova é o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde 51% os inquiridos afirma estar insatisfeito com a democracia, sendo a Justiça o principal motivo desse desagrado. “A Justiça é uma das razões para esse desagrado, já que mais de dois em cada três inquiridos acham que os cidadãos recebem tratamentos distintos dos tribunais, consoante a sua condição socioeconómica”⁷⁰.

O Processo Casa Pia, um dos mais longos da justiça portuguesa, descredibilizou ainda mais a confiança dos portugueses nas instituições que devem defender os seus direitos e impor a ordem social comprovando, mais uma vez, que existe um fosso social eminente entre ricos e pobres e que, acima de tudo, a justiça portuguesa ainda tem muito que batalhar para atingir independência relativamente ao que envolve a mediatização, a política e o dinheiro. “A Justiça não está bem. E o grande problema é que, quando a doença chega à Justiça, o país está ainda pior. É também por isso, ou principalmente por isso, que o Processo Casa Pia é tão incómodo. Porque veio mostrar que a Justiça não está bem”⁷¹.

A mediatização em volta deste caso e o interesse social que atingiu é algo característico de processos que envolvam drama social. Os media servem como mediadores entre a justiça e as audiências, envolvem os leitores e criam nos mesmos uma ligação com os casos despoletando o interesse do público e essencialmente dos meios de comunicação.

Nos últimos anos, apesar do Processo Casa Pia ter sido o mais longo, e ainda hoje causar interesse mediático, temos ainda o caso Apito Dourado ou Madeleine McCann como exemplos da interferência dos meios de comunicação na Justiça. Os meios jornalísticos em situações como estas expõem as várias partes envolvidas que acabam, antes de mais, por ser condenadas ou defendidas em praça pública. No entanto, este julgamento público e a massificação noticiosa

⁶⁷*Idem*, p.95

⁶⁸*Idem*, pp.96-97

⁶⁹Resende, Isabel;

estudo encomendado pela Associação para o Desenvolvimento Económico (SEDES), Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, in <http://www.soj.pt/comunicacaosocial/jornais/200.pdf>

⁷⁰*ibidem*

⁷¹ Cruz, Carlos; *Preso 374*, Dafundo, Oficina do Livro, s/d, p.19

destes casos torna-se drástica quando influência as decisões de juízes e magistrados. “Não consigo ser imune às notícias que aparecem nos jornais”⁷², afirma o Dr. Rui Teixeira numa notícia divulgada pelo Correio da Manhã. “Há mesmo tendência de os *media* substituírem a justiça penal (...) Ora este procedimento de substituição não só pode prejudicar a isenção e a independência dos juízes no seu trabalho como, sobretudo, assenta na ilusão de que existe acesso à verdade e portanto à justiça prescindindo de toda a mediação processual”⁷³.

A questão das notícias influenciarem o trabalho dos juízes pode tornar-se falaciosa, uma vez que não podemos generalizar os dados. O certo é que os meios de comunicação pressionam a justiça e influenciam a opinião pública. Alguém que seja um suposto criminoso e que tenha cometido algum crime, neste caso, os alegados pedófilos, é automaticamente julgado. Esse julgamento é feito antecipadamente mesmo sem a sentença ter considerado a pessoa em questão como sendo “culpado” desfazendo a presumida inocência o que pode ser passível de influenciar o juiz e as suas decisões.

Os julgamentos mediáticos abrangem casos que envolvam os valores de noticiabilidade e entretenimento. “Um julgamento mediático é definido como um evento noticioso regional ou nacional no qual os *media* cooptam o sistema de justiça criminal como fonte privilegiada de drama e entretenimento. (...) Envolvem aqueles crimes que atraem cobertura intensa quer imediatamente após a sua descoberta ou no momento de uma detenção. (...) Apesar do seu pequeno número, os julgamentos mediáticos têm sido citados como centrais para a construção social da realidade do crime e da justiça. Actuam como um palco público gigantesco para a disseminação de conhecimento acerca da realidade do crime e da justiça pois comparam e avaliam explicitamente construções da realidade concorrentes perante uma audiência de cidadãos vulgares”⁷⁴.

Episódios como o Processo Casa Pia favorecem as chamadas de primeiras páginas e capas de jornais. O tema do crime passa diariamente das páginas internas dos jornais para as capas sensacionalistas, os alegados criminosos são julgados automaticamente e as vítimas são expostas e descritas com todos os pormenores dos momentos dramáticos pelos quais possam ter passado, tudo contribui para aumentar audiências e apelar ao lado emocional e de revolta da sociedade.

A lentidão dos processos judiciais em Portugal faz parte do conhecimento de todos os portugueses, e se na maioria dos casos a opinião pública tem conhecimento numa primeira fase e depois apenas no momento da sentença, no caso específico que estamos a tratar existiu um acompanhamento exaustivo por parte dos meios de comunicação e uma pressão sobre a justiça, juízes, vítimas e alegados culpados muito forte. No entanto, apesar de este ter sido um dos processos mediáticos mais longos do país, a juíza Ana Peres, em entrevista ao Correio da Manhã, relativamente à relação entre justiça e comunicação social considera-o como positivo. “Os

⁷²Cruz, Carlos; *op. cit.*, p.20, *apud* Correio da Manhã, entrevista ao Dr Rui Teixeira a 28.12.2003

⁷³*Ibidem*, Dr. Souto Moura, 1997

⁷⁴Surette, Ray; *Media, Crime, and Criminal Justice: Images and Realities*, Belmont, CA: Thomson/Wadsworth, 1998, pp.72-73,

jornalistas tiveram acesso aos elementos do processo sempre que foi possível fazê-lo”⁷⁵, adiantando ainda que a dificuldade maior que encontrou em relação ao interesse dos meios de comunicação pelo processo foi o facto de “ter consciência de que prestar um mero esclarecimento poderia prejudicar o normal funcionamento do processo”⁷⁶.

Os meios de comunicação são a ponte entre a opinião pública e os julgamentos, eles fazem chegar a público aquilo que os juízes tentam manter em segredo. Existe uma grande tensão entre estes dois lados, isto porque, os jornalistas tentam de todas as formas obter acesso à informação, enquanto que, a justiça faz o que pode para manter esse acesso restrito numa defesa constante da invasão mediática. O próprio *timing* da Justiça e da Comunicação Social é incompatível. Se o primeiro necessita de tempo para reflectir, avaliar e provar, o segundo é imediato e instantâneo. Acontece que os media são relevantes nestes processos importantes, uma vez que traduzem de forma clara e acessível as terminologias judiciais que nem sempre são da compreensão de toda a sociedade, contribui ainda para vigiar a corrupção e exigir transparência deste sistema tão relevante para as sociedades.

A contrapartida da mediatização de casos tão falados, como o caso Casa Pia, passa pela procura desmedida de novidades o que leva a um exagero de informação fazendo da justiça um espectáculo e expondo o seu lado mais emocional facultando informação sensacionalista e *faits-divers*.

Fait-Divers e Espectacularização: O Cerne do Sensacionalismo

Podemos definir *faits-divers* como “pequenas notícias de temática muito diversificada que relatam aspectos curiosos do quotidiano. Incluem-se nesta categoria os roubos, os acidentes, as coincidências, os casos de polícia, e, regra geral, todo o facto suficientemente curioso, ou pela sua originalidade ou pelas coincidências que envolve, susceptível de gerar uma notícia”⁷⁷.

Um *fait-diver* não se trata de uma notícia com todas as características que a mesma deve ter, trata-se antes, como descreve Anabela Gradim, de uma “pequena notícia de interesse humano exemplar que apela ao lado voyeur e um pouco mórbido de todos os leitores. O *faits-divers* é assim o pequeno facto curioso que funciona como uma unidade fechada e praticamente se basta a si próprio. O interesse destas pequenas notícias encontra-se muito mais ligado ao seu aspecto exemplar e arquetípico, que propriamente ao facto de terem ocorrido ao Sr. B às tantas horas de determinado dia. O que caracteriza assim os *faits-divers* é a originalidade, enquanto a sua inserção no jornal serve fundamentalmente para distrair e desanuviar os leitores”⁷⁸.

Este género é característica da preferência da classe popular especialmente por se tratar de dramas e histórias com personagens que não elas mesmas, mas que representam pessoas reais

⁷⁵Peres, Ana; *Juíza da Casa Pia avalia mediatismo*, Correio da Manhã in <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/portugal/juiza-da-casa-pia-avalia-mediatismo> consultado a 22/3/2011

⁷⁶*Ibidem*

⁷⁷Gradim, Anabela; *Manual de Jornalismo*, Universidade da Beira Interior, 2000, in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/gradim-anabela-manual-jornalismo-3.html#b57>, p.94 consultado a 23/3/2011

⁷⁸*Ibidem*

e problemas sociais que podiam ser os seus. Os *fait-divers* realçam, na maioria das vezes desvios sociais, casos condenáveis, que não devem ser aceites pela sociedade. Acidentes, violações, raptos, maus tratos, pedofilia e catástrofes, dando também visibilidade à vida de celebridades, os seus casamentos, separações e escândalos são acontecimentos potencialmente exploráveis para um jornalista que pretende escrever um *fait-diver* podendo fazer desse acontecimento um “acontecimento espectáculo”. A imprensa sensacionalista explorou desde sempre o poder dos *faits-divers* de forma a divertir as massas, emocionar ou causar sensações.

O sentido “popularucho” é, desde sempre, atribuído a estas notícias consideradas de pouca importância e datadas de antes do aparecimento da imprensa e como inspiração a diversos romances. Falar em *fait-divers* implica fazer a sua associação à imprensa sensacionalista, o seu objectivo é precisamente ser algo menos global e mais ao alcance das pessoas. As notícias de interesse humano apelam aos sentimentos, narram dramas e histórias de vida que comovem aqueles a quem a informação é destinada, prendem o leitor a assuntos que se tornam espectaculares pela forma como o jornalista os faz chegar ao público, as notícias de interesse humano concedem ao jornalista um grau de liberdade mais abrangente na selecção e tratamento do facto. “O *fait divers*, como informação auto-suficiente, traz em sua estrutura imanente uma carga suficiente de interesse humano, curiosidade, fantasia, impacto, raridade, humor, espetáculo, para causar uma ténue sensação de algo vivido no crime, no sexo e na morte. Consequentemente, provoca impressões, efeitos e imagens (que estão comprimidas nas formas de valorização gráfica, visual, espacial e discursiva do facto-sensação). A intenção de produzir o *efeito de sensacionalismo* no *fait divers* visa atrair o leitor pelo olhar na manchete que anuncia um acontecimento produzido, jornalística ou discursivamente, para ser consumido ou reconhecido como espetacular, perigoso, extravagante, insólito, por isso, atraente”⁷⁹.

A espectacularização tem sido cada vez mais valorizada pelos meios de comunicação devido a valores-notícia como o inesperado, a personificação, negatividade, dramatização e conflito. João Canavilhas considera que a informação espectáculo “é consequência do domínio da observação sobre a explicação. A televisão procura prender o espectador, dando prioridade ao insólito, ao excepcional e ao chocante.”⁸⁰ Mas não é apenas na televisão que a espectacularização se faz sentir, todos os meios estão veiculados com o espectáculo, uma vez que o sensacionalismo é o que vende e o que caracteriza o mediatismo actual.

A sociedade de massas é caracterizada pela massificação de conteúdos de forma a atingir um público mais heterogéneo, diversificado e que, ao contrário do que se possa pensar, não atinge apenas as classes mais baixas, isto porque, *fait-divers* e sensacionalismo atingem todas as camadas e interessam a toda a gente. Actualmente, os meios de comunicação oferecem às audiências o que, além de mais barato, atinge um maior número de público. “Verifica-se, assim, nos *media*, um incremento substancial no volume de horas destinadas à função de

⁷⁹Sobrinho, Danilo Agrimani; *Espreme que sai sangue*, São Paulo, Summus, 1995, p. 26 *apud* Auclair, Georges; *Le Mana Quotidien: Structures et Fonctions de la Chronique des Fait Divers*, Paris, Anthoropos, 1970

⁸⁰Canavilhas, João; *O domínio da informação-espetáculo na televisão*; Universidade da Beira Interior, s/d in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-televisao-espectaculo.html>, s/p, consultado a 26/5/2011

entretenimento; aumenta o espaço ocupado pelo desporto; escasseia a atenção dada a novos programas de informação sobretudo quando impliquem pesquisa e investigação; constata-se uma presença mais substancial de *reality shows* e telenovelas; dilui-se, de modo acentuado, a separação tradicional entre informação e espectáculo; privilegia-se o espectáculo do quotidiano; proliferam as histórias de vida da "gente vulgar". Há uma maior tendência para a escolha de formatos que exigem as convenções narrativas inerentes ao espectáculo, assim como para a escolha de temas que implicam uma certa personalização e jogam com a intensidade das emoções”⁸¹.

As emoções são a fonte mais primária do ser humano e o jornalismo sabe aproveitar esta característica humana de forma a prender o público, neste sentido, não existem temas mais emocionais do que o crime. “As histórias do crime são excertos do pulsar diário do mundo em que vivemos, a que os *media* estão particularmente atentos, por exprimirem a ruptura, a descontinuidade, o desvio, emergentes da cadência previsível e rotineira do quotidiano”⁸².

Crime e Violência: O Poder do Desvio e a Sua Representação Social

O crime e a violência são dois temas que possuem alguns dos valores de notícia mais valorizados pelos meios de comunicação e dos quais falaremos mais à frente neste trabalho. O facto de possuírem características como morte, dramatização, proximidade e inesperado, faz do crime um dos principais temas e aquele pela qual toda a população se interessa, por fazer parte de uma questão social relevante e de interesse para o público. Cristina Penedo considera que “o crime constitui um tópico noticioso que transporta para o espaço público temas vitais relacionados com as formas de sociabilidade. As narrativas sobre a ordem, segurança, autoridade, valores, moral, configuram-se como matérias particularmente sensíveis à produção de conhecimento social.”⁸³ A autora, relativamente a esta temática, considera o crime “em simultâneo tema de grande carga dramática e emotiva, mobilizador da atenção do público e que, pelo seu potencial e noticiabilidade, se afirma como observatório do funcionamento dos média”⁸⁴.

Ao incrementar as palavras “drama” e “emoção” associadas ao valor conferido ao crime e violência atribuímos uma carga sensacionalista a estes temas. António Fidalgo encontra-se no mesmo nível e considera que “o sensacionalismo da informação funciona, por sua vez, como o correlato da novelização. Não há uma boa novela onde não entre o inesperado, o súbito surgir de elementos que alteram o normal desenrolar das coisas. Aliás o que faz de um facto um acontecimento de interesse jornalístico, isto é, o que torna um facto notável, são factores que o demarcam do decurso trivial dos acontecimentos, factores como o excesso, a falha e a

⁸¹Correia, João Carlos; *Os administradores de ilusões: espectáculo, subjectividade e ideologia na cultura mediática contemporânea*, s/d, p.11-12

⁸²Penedo, Cristina; *O crime nos media: o que nos dizem as notícias quando nos falam de crime*, Livros Horizonte, Lisboa, 2003, p.31

⁸³*Idem*, p.30

⁸⁴*Ibidem*

inversão”⁸⁵. Mais uma vez salientam-se os valores de noticiabilidade dos quais o crime é portador, daí a violência ser cada vez mais valorizada pelos meios de comunicação. “O assassinato, o suicídio, o estupro, a vingança, a briga, as situações conflituantes, as diversas formas de agressão sexual, tortura e intimidação ganham destaque e merecem ser noticiadas no jornal a sensação”⁸⁶.

Esta noticiabilidade, ao contrário do que se quer fazer parecer, não se encontra presente apenas nos meios de comunicação sensacionalistas, também nos jornais de referência a violência e o crime exercem grande presença. Os meios de comunicação fazem chegar a realidade, exagerada ou não, ao leitor exercendo além do poder de informação ainda o poder de formar os leitores e “a sociedade, no que se refere à consciencialização, aprovação dos valores morais e formação da opinião pública, ou seja, os meios de comunicação de massa servem para reafirmar as normas sociais, expondo os desvios destas normas ao público”⁸⁷.

Os meios de comunicação adoptam actualmente uma posição moralista relativamente à sociedade, uma vez que tornam público os desvios mediando um julgamento social acerca do certo e do errado, do que se deve ou não fazer, do que é ou não condenável. O facto de vivermos em sociedade confere aos *média* a responsabilidade de alertar o público acerca dos problemas que o rodeiam, por este motivo a violência e o crime terem cada vez mais destaque noticioso. “As histórias do crime são excertos do pulsar diário do mundo em que vivemos, a que os media estão particularmente atentos por exprimirem a ruptura, a descontinuidade, o desvio, emergentes da cadência previsível e rotineira do quotidiano. Estas narrativas sobre o desvio dignas de registo e notoriedade ganham sentido ao serem contadas e converterem-se, assim, em experiências socialmente partilhada. O que deixa antever a pertinência do tema e o seu tratamento mediático, na percepção que temos da realidade que nos cerca e dos perigos e ameaças que a perturbam”⁸⁸.

O desvio associa-se à criminologia uma vez que se trata da violação de uma norma social. “As normas sociais são prescrições de comportamento. O conceito de norma social corresponde às expectativas sociais acerca do que é um comportamento adequado ou correto. A interacção entre os indivíduos não obedece ao acaso; é nas normas sociais que se encontra a base necessária à interacção e à acção social humana geral. Todos os grupos humanos seguem normas definidas, que são sempre reforçadas por sanções de vária ordem, de sentido positivo ou negativo, indo desde a recompensa até à desaprovação informal e à punição formal. O conceito de norma social tem sido vastamente utilizado na Sociologia, que assume que o que dá coerência e significado aos comportamentos humanos é a sua referência a um sistema de normas colectivas. Esse significado surge tanto aos olhos do próprio indivíduo como dos outros com quem ele age e do colectivo em geral. Obviamente, a pluralidade de modelos culturais existente no mundo limita a coerência e a significância dos comportamentos aos contextos para os quais elas

⁸⁵Fidalgo, António; *O consumo de informação, Interesse e Curiosidade*, Universidade da Beira Interior, 1996, in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-interesse-curiosidade-informacao.pdf>, p.4 consultado a 27/5/2011

⁸⁶Sobrinho, Agrimani Danilo; *op. cit.*, p.57

⁸⁷Figueiredo, Ana; *op. cit.*, p.77

⁸⁸Penedo, Cristina; *op.cit.*, p.30

são válidas. O conceito de norma social é um conceito central nas correntes sociológicas que dão relevo às questões da ordem social”⁸⁹.

Cristina Ponte realça que desvio e norma se encontram associados, uma vez que “o desvio tem sempre como referente a norma. Isto significa que a definição do desvio está indissociavelmente ligada a um quadro normativo e a um conjunto de expectativas de um determinado grupo social, resultando de uma intensa rede de interações sociais, onde um determinado comportamento desencadeia uma reacção”⁹⁰. O crime encontra-se indissociavelmente associado ao desvio e ao que a sociedade deve condenar uma vez que vai contra os valores socialmente partilhados, motivo pelo qual o seu interesse para os meios de comunicação se torna acrescido, uma vez que os mesmos se configuram como “instâncias de controlo informal na medida em que trazem para o espaço público o crime e os seus personagens, dando-lhes visibilidade. São-no também porque, ao reescreverem o crime, ao transformarem uma ocorrência num acontecimento, avançam com definições sobre a transgressão, as suas causas, os seus actores, os problemas sociais que lhe estão associados e esboçam os limites do normativo, concorrendo desse modo para uma representação social do fenómeno”⁹¹.

Sociologicamente o crime sempre foi considerado um fenómeno relevante no quadro social e o desvio consistiu na elaboração de algumas teorias. A sociedade encara o criminoso individualmente, as notícias que se referem a actos desviantes cometidos, e falamos de crime e actos de violência, referem-se normalmente ao criminoso como alguém que fez o que, contra quem e como, por outro lado, em muitos casos não mencionam o que pode estar por trás desse acto e o contexto social do criminoso, especialmente em notícias sensacionalistas essas questões são deixadas um pouco à margem do conhecimento do leitor. Podemos, deste modo, considerar que existe uma limitação social em relação à compreensão do crime. O público que recebe uma informação sobre um crime automaticamente culpa e julga o criminoso mas são raras as vezes em que os leitores se perguntam o que poderá estar por detrás daquele acto e em que é que a própria comunidade ou sociedade pode ter contribuído para aquele acontecimento. Apesar do crime ser algo ao qual não se pode fugir ele acontece com maior ou menor frequência em determinados contextos.

Neste trabalho já referimos o pensamento do sociólogo Émile Durkheim e voltamos a referir o mesmo para fazer uma breve referência à teoria funcionalista que tem como base o conceito de anomia, basicamente este conceito refere-se à “ausência de normas” e confere ao crime um carácter regulador, uma vez que desafia os limites autoritários da colectividade e demonstra a sua insatisfação perante as normas impostas, e se existe essa insatisfação então o controlo social, as leis vigentes e as normas pelas quais se regem devem ser revistas e readaptadas. Deste modo, e sucintamente, podemos considerar que o facto de existir um aumento criminal implica que o sistema social se encontra com defeito. Isto implica que “o

⁸⁹Definição consultada na Infopédia, Enciclopédia e Dicionários Porto Editora in <http://www.infopedia.pt/%5Enormas-sociais>, consultado a 15/5/2011

⁹⁰ Ponte, Cristina; *op.cit.*, p.31

⁹¹ *Ibidem*

reconhecimento da autonomia da *vida colectiva* e das *representações sociais*, enquanto entidades eminentemente sociais que não podem ser consideradas a partir da experiência individual e que, por isso, reclamam a especificidade de métodos e se assumem como um novo campo de estudo. O todo não se reconstrói pelas partes, o que neste plano significa que o fenómeno social não depende da natureza personalizada de cada indivíduo. (...) As representações sociais (...) traduzem formas de agir e pensar no colectivo que se impõe ao indivíduo de forma apriorística. São vitais à sua relação com o mundo, mas transcendem-no, na medida em que emanam do colectivo”⁹².

Os meios de comunicação funcionam como os mediadores sociais, transmitem a informação que necessitamos receber, por um lado, e a informação excedente por outro. A mediatização de determinados temas, como crime, apesar de ser relevante para o conhecimento social tem de ser consciência dos meios de massa as repercussões que as informações e a espectacularização pode representar. Uma vez que os media contribuem para a construção da realidade social tem de haver um cuidado acrescido nas representações que fazem do crime e da forma como o mesmo é noticiado, uma vez que podem colocar em causa a segurança de alegados criminosos, sem acusações formais, ou de minorias quando associam os crimes a imigrantes ou referem raças.

Associamos, como referenciamos algumas vezes ao longo do nosso trabalho, o crime ao sensacionalismo, assumimos ainda que a realidade mediática pode não corresponder à verdadeira realidade, mas temos de salientar que “a imprensa sensacionalista é normalmente a imprensa mais moralizadora, pois condena os desvios sociais à norma e é nas temáticas de crime que se encontram mais reforçados os valores sociais, culturais e morais de uma sociedade”⁹³.

Notícia: As Diferenças no Jornal Impresso e Online

A notícia é um relato objectivo de um acontecimento real, trata-se então de um texto jornalístico cujo objectivo primário é informar. Anabela Gradim, no Manual de Jornalismo, define notícia como sendo “em principio, tudo aquilo que um jornal publica; mas em sentido técnico, enquanto género, a definição de notícia é mais restrita. Refere-se a textos eminentemente informativos, relativamente curtos, claros, directos, concisos e elaborados segundo regras de codificação bem determinadas: titulo, *lead*, subtítulos, construção por blocos e em forma de pirâmide invertida”⁹⁴. A autora descreve ainda a técnica de pirâmide invertida como sendo a mais frequente na produção noticiosa e explica que “a seguir ao *lead*, todas as informações são dadas por ordem decrescente de importância, de forma que, à medida que se vai descendo no corpo da notícia, os factos relatados se vão tornando cada vez menos essenciais”⁹⁵. Isto significa que a informação mais importante vem no topo e a restante informação nos parágrafos seguintes. O importante é o leitor apreender automaticamente a resposta às questões base: O que? Quem? Onde? Como? Quando? Porque? As informações menos relevantes surgem no corpo de

⁹²Ponte, Cristina, *op.cit.*, pp.31-32

⁹³Figueiredo, Ana; *op. cit.*, p 79

⁹⁴Gradim, Anabela; *op. cit.*, p.57

⁹⁵*Idem* p.69

texto numa construção por blocos: *lead*, dados secundários e final da notícia.

Se até ao surgimento do webjornalismo falar em jornalismo implicava falar em pirâmide invertida, na notícia produzida para a *web* deixou de fazer sentido. João Canavilhas explica que “o espaço disponível num webjornal deixa de ser finito, anulando a necessidade de escrever condicionado pela possibilidade do editor poder efectuar cortes no texto para o encaixar num determinado espaço. Por outro lado, o hipertexto permite ao utilizador definir os percursos de leitura em função dos seus interesses pessoais pelo que a redacção da notícia deve ter em conta esse factor”⁹⁶. O autor, seguindo a linha de pensamento de Ramón Salaverría⁹⁷, assume a técnica da pirâmide invertida como limitada, e que impede usufruir de todas as características do hipertexto⁹⁸. “Usar a técnica da pirâmide invertida na *web* é cercear o webjornalismo de uma das suas potencialidades mais interessantes: a adopção de uma arquitectura noticiosa aberta e de livre navegação. (...) Em lugar de uma notícia fechada entre quatro margens de uma página, o jornalista pode oferecer novos horizontes imediatos de leitura através de ligações entre pequenos textos e outros elementos multimédia organizados em camadas de informação”⁹⁹.

Darnton relativamente a este novo paradigma de publicações de notícias na *web* afirma a necessidade de uma arquitectura reformuladora propondo uma “estrutura piramidal por camadas”¹⁰⁰. Esta nova arquitectura resulta em “seis camadas de informação: uma primeira com o resumo do assunto; uma segunda com versões alargadas de alguns dos elementos dominantes, mas organizadas como elementos autónomos; um terceiro nível de informação com mais documentação de vários tipos sobre o assunto em análise; um quarto nível de enquadramento, com referências a outras investigações no campo de investigação; um quinto nível pedagógico, com propostas para discussão do tema nas aulas; por fim, a sexta e última camada com as reacções dos leitores e suas discussões com o autor”¹⁰¹.

Deste modo a lógica da pirâmide invertida não se justifica porque a estrutura das *ciber-notícias* é diferente das notícias num jornal impresso, assim também a construção deve estar de acordo com as potencialidades do meio. Dentro de uma *webnotícia* o leitor encontra a possibilidade de seguir os *links* e de se informar sobre o que pretende e seguir o caminho que mais lhe interessa, indo até ao limite da informação que lhe é disponibilizada ou escolhendo o que pretende consumir. Insere-se neste sentido o conceito de pirâmide deitada. Tal como no jornal impresso e com a estrutura da pirâmide invertida é oferecido ao leitor a possibilidade do mesmo deixar de ler o texto com compreensão dos pontos essenciais do mesmo a diferença é que

⁹⁶Canavilhas, João; *Da pirâmide invertida à pirâmide deitada*, Universidade da Beira Interior, s/d, in <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/files/others/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf>, p.1, consultado a 16/5/2011

⁹⁷Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra, especialista espanhol em Jornalismo Digital

⁹⁸“Hipertexto consiste nos tópicos e nas suas ligações, os tópicos podem ser parágrafos, frases, expressões ou simples palavras. Um hipertexto é como um livro impresso no qual o autor tem disponíveis um par de tesouras para cortar e colar pedaços de outros textos, de tamanho conveniente. A diferença é que um hipertexto electrónico não se dissolve num desordenado conjunto de anotações, o autor define a sua estrutura na forma como cria as ligações entre essas anotações”. Bolter, Jay; *Writing Space: The Computer, Hypertext, and the History of Writing*, Lawrence Erlbaum Associates, 1991

⁹⁹Canavilhas, João; *op.cit.*, p.7

¹⁰⁰*Ibidem* pp.7-8

¹⁰¹*Ibidem*

com o modelo defendido por João Canavilhas é “oferecida a possibilidade de seguir apenas um dos eixos da leitura ou navegar livremente dentro da notícia. Propõe-se uma pirâmide deitada com quatro níveis de leitura: A Unidade Base - o lead - responderá ao essencial: O quê, Quando, Quem e Onde. Este texto inicial pode ser uma notícia de última hora que, dependendo dos desenvolvimentos, pode evoluir ou não para um formato mais elaborado. O Nível de Explicação responde ao Por Quê e ao Como, completando a informação essencial sobre o acontecimento. No Nível de Contextualização é oferecida mais informação - em formato textual, vídeo, som ou infografia animada - sobre cada um dos W's. O Nível de Exploração, o último, liga a notícia ao arquivo da publicação ou a arquivos externos”¹⁰².

Podemos considerar que para um novo jornalismo são necessárias novas técnicas e novas estruturas, se no jornalismo tradicional o importante é obter as respostas essenciais nos primeiros parágrafos da notícia, uma vez que muitos dos leitores se restringem a apreender o que diz o título e o lead, numa notícia escrita para a Internet, tendo o leitor a possibilidade de ter acesso a determinados factos relacionados com a mesma e a possibilidade de seguir o rumo que lhe for mais conveniente captando o cerne da informação querendo ir até ao final do que lhe é disponibilizado, ou não, a pirâmide deitada acaba por ser a melhor técnica.

Os Valores de Notícia

“Toda a gente precisa de notícias. Na vida quotidiana as notícias contam-nos aquilo a que nós não assistimos directamente e dão como observáveis e significativos *happenings* que seriam remotos de outra forma”¹⁰³. Acontece que as notícias são relatos de acontecimentos com maior ou menor valor de noticiabilidade e esse valor é decidido em função dos valores de notícia pelos quais os meios de comunicação se regem, uma vez que o objectivo dos *mass media* é transmitir notícias que interessem ao público, e elas interessam mais ou menos segundo determinados critérios que iremos definir nas próximas linhas.

Segundo Gaye Tuchman, “o objectivo declarado de qualquer órgão de informação é fornecer relatos dos acontecimentos significativos e interessantes (...) O mundo da vida quotidiana - a fonte das notícias - é constituído por uma superabundância de acontecimentos (...) São esses acontecimentos que o órgão de informação deve seleccionar. A selecção implica, pelo menos o reconhecimento de que um acontecimento é acontecimento e não uma casual sucessão de coisas cuja forma e cujo tipo se subtraem ao registo”¹⁰⁴. A abundância dos acontecimentos cria a necessidade de imposições aos órgãos da comunicação social para limitarem a produção de notícias, Gaye Tuchman define algumas obrigações que devem ser cumpridas pelos mediadores sociais: “Devem tornar possível o reconhecimento de um facto desconhecido (inclusive os que são excepcionais) como acontecimento notável; devem elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenha em conta a pretensão de cada facto ocorrido a um tratamento

¹⁰² *Idem*, p.15

¹⁰³ Molotch, Harvey; Lester, Mrilyn; *As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos*, in Traquina, Nelson; *op.cit.*, p 34

¹⁰⁴ Lopes, Rita; *op.cit.*, p.67 *apud* Tuchman, Gaye; “*The Exception Proves the Rule: the study of routine news practice*” in Miller, Hirish; *The Strategies for Communication Research*, Beverly Hills, Sage, vol.6, p.45

idiossincrático; devem organizar, temporal e espacialmente, o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam afluir a ser trabalhados de uma forma planificada”¹⁰⁵.

Os critérios de selecção dependem dos objectivos do jornal e do tipo de jornalismo que o mesmo prática, a noticiabilidade é um conjunto de critérios e instrumentos negociada na redacção pelos elementos constituintes e em função dos acontecimentos daquele dia. “Ao produzirem notícias, os jornalistas tomam decisões acerca do que é noticiável, de acordo com os critérios algo imprecisos conhecidos por «valores-notícia». Com base nestes critérios, as «estórias» têm várias durações. Este processo concede um valor temporal à «estória». Os valores temporais tomam duas formas: eles dão uma sequência à «estória» e fixam uma duração particular. Uma tal valorização temporal está implícita durante todo o processo de produção.”¹⁰⁶

Nelson Traquina contribui para a questão dos valores-notícia e divide os mesmos em dois grupos: os *valores-notícia de selecção* e os *valores-notícia de construção*. Deste modo define os seguintes *valores-notícia de selecção* segundo o critério substantivo, que diz respeito à avaliação de determinado acontecimento relativamente à sua importância e interesse. São eles:

1. **Morte** - é um critério fulcral para os jornalistas uma vez que representa o lado negativo da sociedade e que diariamente é apresentado nas páginas dos jornais, corresponde ao negativismo da realidade jornalística;
2. **Notoriedade** - se indivíduos conhecidos, considerados celebridades, ou com importância hierárquica estiverem envolvidos em determinado acontecimento, mais valor o mesmo tem como notícia;
3. **Proximidade** - Seja essa proximidade geográfica ou cultural. Quanto mais próximo um acontecimento for mais possibilidade de selecção lhe é facultada. Dependendo do tipo de jornal e da zona de influência do mesmo algo pode ser ou não notícia;
4. **Relevância** - Refere-se à importância e impacto que determinado acontecimento pode ter na vida das pessoas, trata-se da responsabilidade de informar o público dos acontecimentos que possam influenciar as suas vidas;
5. **Novidade** - Quanto mais recente e novo for o acontecimento mais valor-notícia lhe é atribuído. Os factos e acontecimentos têm de trazer algo de novo e diferente para se falar no assunto;
6. **Tempo** - aparece de formas diferentes:
 - **Actualidade;**
 - **Efemeridade;**
 - **Ritmo;**
7. **Notabilidade** - Enquadra-se na qualidade de ser visível. “Este critério tem vários registos¹⁰⁷ e alerta-nos para a forma como o campo jornalístico está mais virado

¹⁰⁵*Ibidem*

¹⁰⁶Traquina, Nelson; *op. cit.*, 182

¹⁰⁷“Um dos registos de notabilidade é a **quantidade** de pessoas que estão envolvidas no acontecimento. Para os jornalistas quanto mais elevado for o número de pessoas envolvidas num acidente maior é a sua

para a cobertura de acontecimentos e não de problemáticas.”¹⁰⁸;

8. **Conflito/Controvérsia** - A presença de violência aplica maior valor-notícia. Para Traquina o uso da violência representa uma ruptura do que é normal. Este valor notícia esta directamente relacionado com a infracção, essencialmente violação e transgressão de regras.
9. **Novidade** - O essencial nos profissionais de jornalismo é procurar o que há de novo, deste modo tem de haver sempre algo novo para se poder falar.

Nelson Traquina efectua ainda uma subdivisão dentro dos valores-notícia de selecção sendo eles a:

1. **Disponibilidade:** Ou seja, a facilidade com que há a possibilidade de fazer a cobertura de um acontecimento, equilibrando as despesas requeridas e se o acontecimento o justifica;
2. **Equilíbrio:** Quando o jornalista pondera se vale a pena notícias porque já o noticiaram num curto espaço de tempo;
3. **Concordância:** Todos os meios tem concorrentes e todos eles procuram estar à frente do seu concorrente e ter o que eles não têm;
4. **Dia Noticioso:** Os acontecimentos concorrem uns com os outros, de repente pode acontecer um acontecimento que seja mais relevante e passar os restantes acontecimentos para segundo ou terceiro plano;
5. **Visibilidade:** Refere-se a elementos visuais fundamentais para a televisão, por exemplo.

Para finalizar a lista de valores-notícia de Nelson Traquina falta fazer referência aos valores-notícia de construção, que englobam os seguintes:

1. **Simplificação:** Quanto mais simples for o acontecimento sem portar ambiguidades e complexidades, mais hipóteses da notícia ser compreendida existem;
2. **Amplificação:** Quanto mais amplificado for o acontecimento, mais possibilidade de ser notada tem a notícia;
3. **Relevância:** Este é um valor-notícia em que o jornalista tem de fazer chegar ao leitor a importância da notícia, quanto mais sentido dá ao acontecimento mais pode vir a ser notada;
4. **Personalização:** quanto mais personalizada a noticia for mais facilita a identificação da mesma em termos de ser negativa ou positiva;
5. **Dramatização:** implica o reforço dos aspectos mais fortes, do lado mais emocional e apelativo;

notabilidade. Outro registo é a **inversão**, o contrário do normal, ou seja, como refere o cliché, “o homem que morde o cão e não o cão que morde o homem”. O **insólito** é outro registo da notabilidade. O estranho, o bizarro, surpreendente e anormal é sempre notícia e um excelente foco de atracção dos leitores. A falha é outro registo, ao qual pertencem os acidentes de viação, os acidentes nucleares e os foguetões que rebentam no céu. Por fim, outro registo é o **excesso/a escassez** e funciona em função de uma norma ou de um padrão. Por exemplo, as primeiras chuvas que caíram este inverno foram motivo de primeiras páginas e de abertura de telejornais, face ao imenso período de seca que se viveu no país, porque todos os dias há informações sobre o estado do tempo.” Lopes, Rita; *op.cit.*, p.73

¹⁰⁸*Ibidem*

6. Consonância: Quando um novo acontecimento se insere numa velha história, quando há novos elementos a acrescentar.

No entanto, Nelson Traquina não foi o único no que refere a estabelecer uma tipologia de valores-notícia, Mario Wolf também deu o seu contributo estabelecendo a seguinte tipologia:

1. **Frequência:** Associa-se ao espaço de tempo que o acontecimento precisa para adquirir significado;
2. **Amplitude do evento:** quanto maior o ruído provocado maior será a possibilidade de ser noticiado, isto significa que quanto mais alarido provocar maior possibilidade de interesse noticioso tem;
3. **Clareza (ou falta de ambiguidade):** Quanto mais claro o acontecimento for mais possibilidade de virar notícia tem;
4. **Significância:** Relaciona-se com a proximidade e com o impacto que pode causar no receptor da informação;
5. **Continuidade:** Assim que um acontecimento atinja manchetes e seja definido como notícia, irá continuar a ser durante algum tempo;
6. **Composição:** Relaciona-se com o equilíbrio da edição, as notícias são escolhidas de acordo a contribuir para um determinado equilíbrio;
7. **Referência a nações de elite:** as notícias conferem quanto mais interesse quanto mais referencias a pessoas de elite existirem, o mesmo se aplica às nações;
8. **Referencia a pessoas de elite:** quanto mais conhecido for o actor da notícia mais grau de noticiabilidade confere à notícia;
9. **Personalização:** Façam referência ao sujeito;
10. **Inesperado:** Aqueles que menos se espera que aconteçam ou portadores de raridade de acontecimento são os mais valorizados a ser noticiados;
11. **Negatividade (*bad news is good news*):** as notícias negativas são preferidas pelo público em relação às positivas.

A variedade dos valores-notícia é enumerada, eles dependem daquilo que o jornalista pretende noticiar e dos valores do meio de comunicação, no entanto não variam muito. Os meios de comunicação continuam a privilegiar as notícias que ressalvem coisas inesperadas, dramáticas ou criminosas. Na quarta e última parte da nossa dissertação estes valores servirão como auxílio para definirmos os elementos de análise como iremos comprovar no próximo capítulo.

Capítulo Quarto

PESQUISA EMPIRICA

A última parte da dissertação consiste na pesquisa empírica onde iremos proceder à análise prática da cobertura noticiosa da leitura da sentença do Processo Casa Pia. A nossa análise baseia-se no arquivo dos jornais Público e Jornal de Notícias, e o objectivo consiste em avaliar como foi noticiada a sentença nos dias que antecederam a leitura do acórdão, no próprio dia e nos dias posteriores ao mesmo. Deste modo recorreremos ao arquivo de ambos os jornais referentes aos dias que nos propomos analisar, ou seja, de 31 de Agosto de 2010 a 6 de Setembro 2010.

O nosso principal objectivo neste momento da dissertação passa por perceber que abordagem foi conferida ao caso, uma vez que é de conhecimento geral a mediatização feita em volta do mesmo ao longo de anos de processo. Pretendemos com esta análise perceber que linguagem foi utilizada, como é noticiado o caso nos meios *online* e se esses meios se servem de todas as funcionalidades para produzir notícias acerca de um caso que tanto impacto mediático causou.

Comparar a abordagem noticiosa do Público e do Jornal de Notícias é relevante na medida em que temos de um lado um jornal considerado de referência e de outro um jornal mais popular. Estes dois jornais *online* serão o nosso material para a análise quantitativa e qualitativa do discurso. Objectivamos desta forma perceber que abordagem foi dada à leitura do acórdão e que destaque noticioso tiveram as alegadas vítimas do processo e os alegados arguidos, quem se destacou nesta arena mediática e como ambos os jornais foram capazes de tratar um assunto que envolve características passíveis de sensacionalismo, jovens que sofreram alegados abusos sexuais enquanto menores e pessoas com um certo caris elitista.

O Processo Casa Pia a decorrer desde 2002 foi dado a conhecer pela jornalista de investigação Felícia Cabrita. O caso foi denunciado por uma alegada vítima que ficou conhecida por “Joel” e que afirmou à jornalista ter sido vítima de abusos sexuais enquanto jovem e ainda aluno da instituição Casa Pia. O caso ganha ainda mais relevo e pressão mediática quando se começam a ouvir nomes sonantes como Carlos Cruz, figura conhecida dos portugueses. O processo, ao longo de oito anos, fez correr muitas especulações, vários nomes foram falados mas no banco dos réus foram julgados sete arguidos dos quais Gertrudes Nunes foi absolvida.

As penas de prisão encontram-se entre os cinco e os dezoito anos de prisão. Carlos Silvino foi condenado a pena de prisão efectiva de 18 anos de prisão, condenado por 128 crimes e absolvido de 545. Miguel Abrantes foi condenado por dois crimes com uma pena de prisão de cinco anos e nove meses sendo absolvido de 49 crimes. Jorge Ritto, segundo a sentença, foi condenado a cumprir seis anos e oito meses sendo absolvido de oito crimes. Carlos Cruz, o mais falado dos sete arguidos, foi condenado em cúmulo jurídico a cumprir sete anos de prisão

condenado por três crimes e absolvido por outros tantos. O médico Ferreira Diniz está condenado por quatro crimes, absolvido de 14 e condenado a cumprir sete anos. No que diz respeito a Hugo Marçal foi condenado a seis anos e dois meses por três crimes e absolvido de 33. Gestrudes Nunes foi a única arguida a sair absolvida de 35 crimes de lenocínio.

Os crimes de que estão acusados envolvem abuso sexual de menores dependentes, abuso sexual de pessoa internada, abuso sexual de criança, lenocínio de menores e pornografia de menores. O ex-provedor da Casa Pia, Manuel Abrantes e o antigo motorista conhecido por Bibi, Carlos Silvino, são os únicos condenados por abusos sexual de pessoa internada uma vez que ambos trabalhavam na instituição, nestes casos o Código Penal aplica a o artigo 166 presente no capítulo V: “Dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”, Secção I: “Crimes contra a liberdade sexual”. O artigo 166 aplicado a “abuso sexual de pessoa internada” determina que:

“1- Quem, aproveitando-se das suas funções ou do lugar que, a qualquer titulo, exerce ou detém em:

(...)

c) Estabelecimento de educação ou correcção;

praticar acto sexual de relevo com pessoa que aí se encontre internada e que de qualquer modo lhe esteja confinada ou se encontre ao seu cuidado é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos”¹⁰⁹

Jorge Ritto, foi condenado por abuso sexual de crianças que segundo o Código Penal português Capítulo V: “Dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”, Secção II: “Crimes contra a autodeterminação sexual”, Secção II: “Crimes contra a autodeterminação sexual”, artigo 171º aplicado a “Abuso sexual de crianças” determina que:

1- Quem praticar acto sexual de relevo com ou em menor de 14 anos, ou o levar a pratica-lo com outra pessoa, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos.

2- Se o acto sexual de relevo consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos. (...)”

Por abuso sexual de menores dependentes a condenação recai sobre Carlos Silvino, Manuel Abrantes, Carlos Cruz, Ferreira Dinis e Hugo Marçal. Segundo a lei presente no Capítulo V: “Dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”, Secção II: “Crimes contra a autodeterminação sexual”, artigo 172º aplicado a “Abuso sexual de menores dependentes” determina que:

“1- Quem praticar ou levar a praticar acto descrito nos nºs 1 e 2 do artigo anterior, relativamente a menor entre 14 e 18 anos que lhe tenha sido confiado para educação ou assistência, é punido com pena de prisão de uma a oito anos.

(...)”

Por pornografia de menores temos acusado Carlos Silvino, Ferreira Diniz e Hugo Marçal.

A acusação não descaçou enquanto não viu julgados e condenados, o antigo motorista da Casa Pia Carlos Silvino, o ex-apresentador de televisão Carlos Cruz, o médico Ferreira Diniz, o embaixador Jorge Ritto, o advogado Hugo Marçal, o ex-provedor da Casa Pia Manuel Abrantes e a proprietária de uma casa em Elvas Gertrudes Nunes que alegadamente foram personagens de um processo de abuso sexual de menores internados na Casa Pia.

Carlos Silvino, como vimos anteriormente, é o arguido com maior número de abusos aos menores e o alegado elo de ligação entre os jovens e alguns dos arguidos. Carlos Cruz foi acusado por casapianos que admitem ter visto fotografias do mesmo com outros jovens em casa de um outro arguido. Hugo Marçal, advogado, é detido em 2003 saindo em liberdade sob compromisso de se apresentar semanalmente e sob o pagamento de 10 mil euros de caução, três meses depois volta a ser preso e novamente libertado em Outubro. Jorge Ritto começa a ser falado em Novembro de 2002 ao qual se junta Ferreira Diniz e Manuel Abrantes acusados de vários crimes. O julgamento arrastou-se assim por anos chegando ao fim em Setembro de 2010.

Este caso foi considerado um dos mais longos e mediáticos processos e envolve critérios chave para a produção noticiosa por ter incrementados alguns dos valores de notícia mais valorizados pelo jornalismo como continuidade, referência a pessoas de elite, significância, consonância e negatividade, que servem de base para os critérios de análise definidos. Deste modo analisaremos a forma como os dois jornais noticiaram a leitura da sentença, que valor lhe foi conferido e o que fizeram chegar aos seus *web-leitores*. Através desta análise poderemos ainda comprovar o que falamos no Segundo Capítulo referente ao *webjornalismo*, isto é, será possível entender qual o aproveitamento que os jornais fazem das potencialidades do Internet aplicadas ao jornalismo, se utilizam ou não fotografias, se as notícias são ou não acompanhadas por vídeo e áudio, que género de informação predomina, se existe recurso a infografias, que fontes predominam e se existe um leque de *web-leitores* relativamente elevado que recorra à procura de notícias *online* e que pode ser analisado através do número de vezes que a notícia foi lida.

Será interessante comparar estes dois jornais no âmbito *online* e analisar as diferenças noticiosas e de aproveitamento online entre os dois, e de que forma esses recursos foram postos ao serviço da cobertura mediática da leitura da Sentença do Acórdão do Processo Casa Pia.

Breve descrição dos jornais seleccionados

Antes de partirmos para a análise é relevante delinear o contexto em que se irá basear e as características dos jornais *online* seleccionados. Faremos deste modo uma breve abordagem ao surgimento dos dois jornais no conteúdo *online* e das funcionalidades que os mesmos possuem, do aproveitamento que fazem e da forma como funciona o arquivo de ambos tendo em conta que o mesmo foi ferramenta essencial para o nosso estudo.

O Jornal de Notícias é o jornal que representa o jornalismo mais popular. O jornalismo popular é aquele que mais proximidade estabelece com o leitor uma vez que abrange uma camada mais vasta. Este jornalismo trabalha para as classes mais populares e utiliza o recurso a

uma linguagem mais coloquial e informal. Uma vez que o público que lê o Jornal de Notícias tem um poder económico, social e cultural diferente do público que opta pelo jornalismo de referência as temáticas são abordadas de forma mais simples e valoriza assuntos mais próximos das necessidades dos leitores.

O Jornal de Notícias circula desde 1888 na sua edição em papel e foi o primeiro a possuir uma página na *web*. O Jornal de Notícias *online* começou por transferir as peças escritas em papel para o conteúdo *online* a 26 de Julho de 1995, no mesmo ano criaram a secção de “*Últimas Notícias*”, actualmente denominada e destacada na barra principal como “*Últimas*” que confere ao *web-leitor* uma hiperligação para uma página no interior do jornal com o destaque para as notícias mais relevantes que vão acontecendo ao longo do dia. Na altura do surgimento do jornal em formato *online* os responsáveis pelo mesmo foram inserindo conteúdos apenas possíveis no formato *online* como o fórum de discussão para onde os leitores podiam enviar as notícias escritas por si, intitulado de “*As Suas Notícias*”, actualmente é possível encontrar uma hiperligação na barra superior onde temos o destaque para o “*Cidadão Repórter*” para onde continua a ser possível enviarem notícias e fotografias. O Jornal de Notícias actualmente possui hiperligações para vários temas deixando ao critério do leitor o que querem consultar e o que não querem consumir.

Relativamente aos elementos multimédia incorporados nas notícias, este jornal faz um bom aproveitamento desses recursos em comparação com o Público. Uma vez que para a nossa análise foi necessário recorrer aos arquivos referentes à data entre 31 de Agosto de 2010 e 6 de Setembro de 2010 deparamo-nos com uma boa organização por parte do jornal, há a possibilidade de pesquisa por datas e encontramos numa caixa de texto do lado esquerdo categoria discriminadas de forma a facilitar a consulta, as notícias em arquivo podem ser consultadas gratuitamente e através de um *click* no título da mesma acedemos directamente ao conteúdo da informação. O Jornal de Notícias implementa nas notícias conteúdos multimédia como áudio, vídeo, fotos e infografias. O único problema que o mesmo possui é o facto de não possibilitar o acesso às notícias arquivadas em mais de uma página.

A nossa pesquisa empírica possibilitou-nos perceber que os *web-jornais* portugueses ainda se encontram com algumas limitações e que não usufruem na totalidade dos recursos oferecidos pela Internet. No entanto o Jornal de Notícias em comparação com o Público encontra-se mais organizado e multimediático que o segundo.

O Público.pt é o segundo elemento essencial para a nossa análise empírica. O jornal fundado em 1990 representa o jornalismo de referência, baseia-se numa linguagem mais cuidada com temas mais elitistas e direcciona-se para um público mais culto e com outro nível de cultura.

O jornal Público inicia a sua caminhada na Internet em Setembro de 1995, dois meses após o Jornal de Notícias. Inicialmente o jornal facultava aos *web-leitores* uma cópia das notícias da edição em papel, posteriormente, passado cerca de quatro anos, começamos a ver no formato *online* modificações entre as quais a secção de “*Última Hora*” com notícias a serem publicadas ao longo do dia.

Actualmente, o jornal no seu formato *online* encontra-se apetrechado com várias das funcionalidades que um *webjournal* deve possuir, encontramos três barras na parte superior do jornal com a possibilidade de aceder a vídeos, infografias e multimédia e ainda hiperligações para os conteúdos que mais interessarem aos leitores. No entanto, no que respeita aos conteúdos multimédia inseridos nas notícias ainda tem um caminho a percorrer, isto porque basicamente quando entramos numa notícia verificamos que o único elemento que pode acompanhar o texto é uma foto. No entanto, relativamente ao recurso a fotos, o mesmo utiliza fotos repetidas em diferentes notícias e de arquivo.

Em forma de conclusão relativa aos dois jornais e às ferramentas que oferecem, consideramos que a nível de elementos multimédia inseridos no corpo da notícia o Jornal de Notícias se encontra mais valorizado, como comprovaremos ao longo da análise empírica.

Metodologia e Corpus do Trabalho

Os métodos de pesquisa da análise empírica visam uma abordagem quantitativa e qualitativa à forma linguística das peças sobre a leitura da sentença do acórdão do Processo Casa Pia. Esta investigação terá particular atenção aos títulos, às fontes e elementos multimédia que acompanhem as respectivas notícias. Recorremos à análise de conteúdo na sua vertente quantitativa, serão analisadas algumas variáveis como o número de peças de cada jornal *online*, o género de texto, os *tags* (sociedade, lusa, opinião, média ou outro), se as notícias são mais direccionadas para estratégia de defesa ou de acusação, se valorizam mais a posição das alegadas vítimas ou dos arguidos, entre outras categorias. Utilizamos ainda a análise do discurso na sua vertente qualitativa para interpretação e enquadramento das notícias, onde efectuamos um levantamento das estruturas textuais, dos tempos verbais, figuras de estilo e tendência do título.

O objectivo é perceber se o destaque dado ao Caso Casa Pia nesta altura, ou seja, na fase da leitura da sentença, explorou mais o lado dos condenados ou das vítimas. Assim colocamos as seguintes perguntas de investigação “A cobertura mediática da leitura da sentença reforçou mais as estratégias de defesa dos acusados?”, “Os alegados culpados foram valorizados no contexto noticioso em detrimento das alegadas vítimas?”, “A forma como os arguidos foram tratados pelos meios de comunicação contribuiu para a sua estratégia de defesa e recurso?”, “As alegadas vítimas saíram a perder com a cobertura mediática da dão ao caso?”

Análise Quantitativa: Análise de conteúdo

Em primeiro lugar fizemos o levantamento de todas as peças escritas sobre a leitura do acórdão da sentença do Processo Casa Pia nos dois jornais *online*, Jornal de Notícias e Público, entre o dia 31 de Agosto e 6 de Setembro de 2010. As diferenças encontradas residem essencialmente nos elementos multimédia que acompanham as notícias como iremos ter oportunidade de analisar.

Resultados

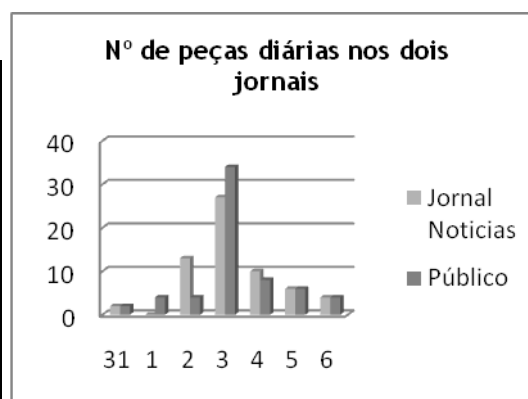
Entre os dias 31 de Agosto de 2010 e 5 de Setembro de 2010, conforme podemos analisar na Tabela 1, ambos os jornais apresentam duas referências ao caso no dia 31. No Público, a peça refere-se ao facto de terem triplicado o número de denúncias de abuso sexual de menores desde o início deste processo, a notícia é mais abrangente e não recai directamente sobre os factos do processo que viria a ser sentenciado dias depois. Em contrapartida o Jornal de Noticias noticiou o caso de forma mais sensacionalista ressaltando aspectos negativos como o facto de alegadamente alguns jovens terem tentado o suicídio após terem denunciado o facto de terem sido vítimas de abuso e da justiça permanecer morosa. No dia 1, apenas o jornal o Público publicou peças sobre o assunto.

Os dias 2,3 e 4 são os dias que mais destaque conferem ao assunto porque são os dias-chave e pelo qual os arguidos e alegadas vitimas esperaram durante todos estes anos, é o culminar do processo mais longo da justiça portuguesa.

Neste sentido o Jornal de Notícias apresenta um total de treze notícias *online* referentes à sentença Casa Pia no dia dois de Setembro, enquanto que o Público se fica pelas quatro peças. O dia três é o dia mais mediático com o Público a publicar trinta e quatro peças sobre o assunto e o Jornal de Notícias vinte e sete. No dia quatro do mesmo mês, e no rescaldo da leitura do acórdão, o Jornal de Notícias enuncia o caso em dez notícias e Público em oito. O dia 5 e 6 são equiparáveis com ambos os jornais a publicar seis notícias cada no dia cinco de Setembro e quatro cada no dia seis do referido mês.

Tabela 1: Número de peças diárias nos dois jornais *online*:

Dias	Jornal Noticias		Público		Total
	Quant.	%	Quant.	%	
31	2	3,2	2	3,2	4
1	0	0	4	6,5	4
2	13	21	4	6,5	17
3	27	43,5	34	54,8	61
4	10	16,1	8	12,9	18
5	6	9,7	6	9,7	12
6	4	6,5	4	6,5	8
Total	62		62		124



Relativamente aos géneros jornalísticos aplicados na informação do caso presentes na Tabela 2, eles variam entre “breve”, “notícia”, “reportagem”, “entrevista”, “opinião”, “elementos multimédia”. Na categoria “elementos multimédia” inserimos as notícias que estão acompanhadas de texto e de elementos multimédia, como áudio ou vídeo, ou aquelas que apenas são constituídas por estes elementos e acompanhadas de uma pequena descrição. Temos ainda a categoria “outro”.

Como podemos verificar as notícias breves dominam a tabela com o Jornal de Notícias a apresentar um total de vinte e três e o Público de treze. Consideramos breves as notícias até

três parágrafos, de salientar que a maioria das “breves” são as que tem como fonte a agência noticiosa Lusa ou aquelas que resumem o que vai acontecendo no Campus da Justiça. Os jornais mantêm o público informado e a par dos acontecimentos conferindo a noção de “actualização”, ou seja, as notícias são permanentemente actualizadas com pormenores e características do acontecimento constantes. As “breves” facilitam a aproximação com o público e permite aos web-leitores estarem permanentemente actualizados sobre os acontecimentos chave do caso em questão.

Em relação às “notícias” a percentagem varia em ambos os jornais, com o Público a facultar mais notícias aos web-leitores que o Jornal de Notícias. O primeiro apresenta um total de vinte e três e o segundo de dezasseis. As notícias são, no geral, e especialmente no dia três, complemento e baseadas nas “breves” apresentando mesmo no final a apreciação de que se encontram em actualização aguçando no leitor a vontade de saber mais e a certeza de que mais informação lhe será feita chegar.

Quanto ao género “reportagem” temos quatro reportagens presentes no Jornal de Notícias e seis presentes no Público. As reportagens, ao contrário das notícias, centram-se mais nas vítimas, realçam os seus aspectos psicológicos, focam como é ser vítima de violação e ver um processo ser arrastado durante tantos anos e como é o dia-a-dia das alegadas vítimas. Diferenciar uma reportagem de uma notícia nos jornais online em questão não é fácil, apenas por meio da análise da linguagem e da forma descritiva como expõe as ideias podemos ter essa percepção. No Jornal de Notícias a distinção não é tão fácil uma vez que o mesmo usa uma linguagem mais emocional em algumas notícias.

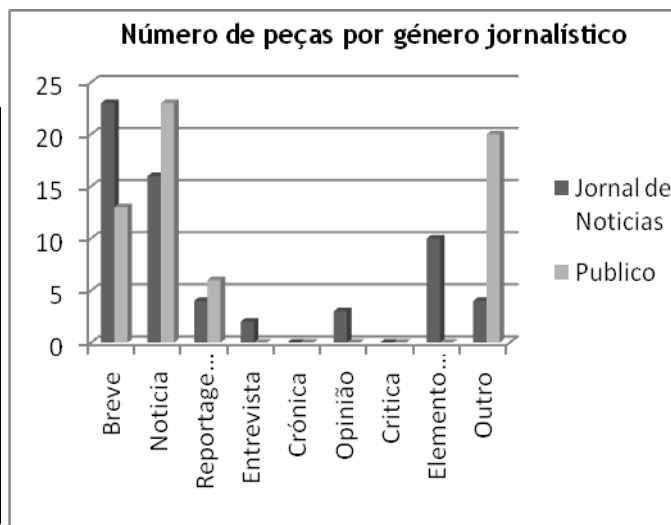
Quanto à “entrevista”, o único que publica duas entrevistas é o Jornal de Notícias, uma da alegada vítima Francisco Guerra com o título “Não esperava justiça tão pesada”. A segunda entrevista começa também com uma citação de um casapiano alegadamente vítima de abusos sexuais com o título “Não vou ter medo de os olhar na cara”. Esta última foi publicada no dia da leitura do acórdão e a primeira no dia 5 de Setembro.

Da mesma forma que nas entrevistas, também apenas o Jornal de Notícias insere na pesquisa de arquivos textos de opinião acerca do caso. Um artigo de opinião é um género jornalístico no qual o autor do texto não se debruça directamente sobre os factos, mas antes, propõe um debate de ideias onde expõe as suas e usa um certo grau de ironia, especialmente nas opiniões em questão. Como podemos perceber através dos títulos: “E tu? De que és inocente?”; “Foi longo, terrivelmente longo”; “A Justiça”.

No que concerne aos elementos multimédia, nos quais incluímos vídeo e áudio, o Jornal de Notícias é aquele que faz melhor uso das capacidades do jornalismo na Internet e do recurso tanto a fotos como vídeo e áudio, sendo que o Público não apresenta numa única notícia de arquivo qualquer áudio ou vídeo. Quanto aos protagonistas dos mesmos, temos tanto vítimas, como arguidos e advogados de defesa e acusação que iremos analisar na tabela seguinte.

Tabela 2: Número de peças por género jornalístico:

Género	Jornal Notícias		Publico		Total
	Quant.	%	Quant.	%	
Breve	23	37	13	21	36
Notícia	16	25,8	23	37,1	39
Reportagem	4	6,5	6	9,7	10
Entrevista	2	3,2	0	0	2
Opinião	3	4,8	0	0	3
Elemento Multimédia (áudio ou vídeo)	10	16,1	0	0	10
Outro	4	6,5	20	32,3	24
Total	62		62		124



Nos vídeos temos a presença de uma vítima e um arguido. A vítima é Francisco Guerra que num discurso visivelmente emocionado recorda alguns factos e os motivos que o levaram a sair do anonimato apenas após a leitura da sentença. Quanto ao arguido, falamos de Carlos Cruz.

Tabela 3: Vídeo, duração, personagens:

Vídeo	Duração
Arguido	2:17
Vítima	3.43
Advogado Defesa	-
Advogado Acusação	-

Os áudios abrangem um maior número de pessoas e variedade de posições em relação aos vídeos. O arguido Carlos Cruz presta depoimento num áudio de cerca de cinco minutos onde defende a sua posição de inocência e reage à sua condenação classificando a mesma de “injustiça”. As vítimas são Francisco Guerra, que como referido apenas aparece publicamente após a leitura do acórdão, e Bernardo Teixeira, o único jovem que sempre deu a cara ao longo do processo. O advogado de Carlos Cruz aparece num dos áudios a reforçar a inocência do seu cliente, em contrapartida Adelino Granja presta depoimento em dois dos áudios demonstrando a sua satisfação perante as condenações. Também a ex-provedora Catalina Pestana foi ouvida.

Tabela 4: Áudio, duração, personagens:

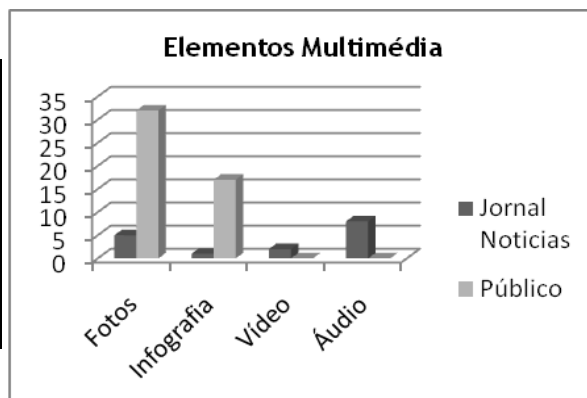
Áudio	Duração
Arguido	04:41
Vítima	00:17; 00:17
Advogado Defesa	02:28
Advogado Acusação	0: 55; 00:40
Outro	00:30

Na Tabela 5 optamos por discriminar os elementos multimédia e inserir na mesma tabela

fotos, infografia, vídeo e áudio, apesar dos dois últimos constarem das duas tabelas anteriores e apenas fazerem parte da análise relativa ao Jornal de Notícias. O Jornal de Notícias acompanha cinco notícias com cinco fotos, uma infografia onde representa imagens dos arguidos, de outras figuras do processo e os pontos-chave do mesmo. Quanto ao vídeo e áudio já referidos anteriormente temos dois vídeos e oito áudios.

Tabela 5: Elementos Multimédia:

Elemento Multimédia	Jornal de Notícias		Público		Total
	Quant.	%	Quant.	%	
Fotos	5	31,2	32	68,1	37
Infografia	1	6,3	17	36,2	18
Vídeo	2	12,5	0	0	2
Áudio	8	50	0	0	8
Total	16		47		63



Relativamente à tabela 6 optamos por discriminar o destaque dado pelas fotos em ambos os jornais. Certamente reparam que há uma incongruência no Jornal de Notícias quando numa referência anterior apenas constam cinco fotos e agora temos um total de sete representados, o motivo reside no facto de duas das fotos terem presente ao lado de Carlos Cruz dois dos seus advogados. O Jornal de Notícias destaca em três fotos os arguidos Carlos Cruz, em duas, e Ferreira Diniz em uma. Este jornal é mais coerente na forma como usa as fotos, a sua associação ao conteúdo da notícia é o mesmo, isto é, se uma notícia destaca os arguidos a foto presente é dos arguidos, se a notícia destaca a vítima a foto presente é da vítima.

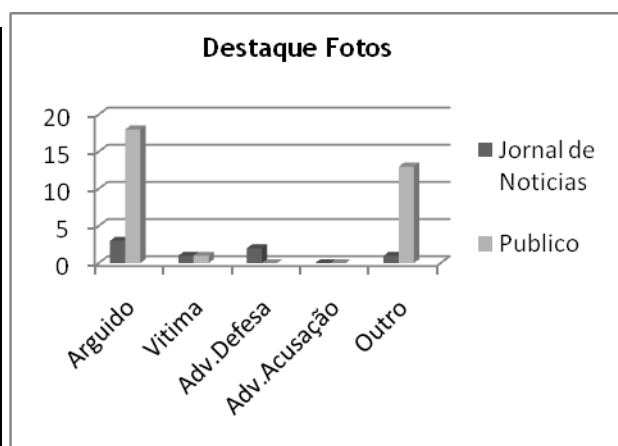
No jornal Público apesar de haver um grande número de fotos presentes nas notícias em detrimento dos restantes elementos multimédia, concluímos que as fotos se repetem várias vezes em diferentes notícias. O Público é o jornal que mais diversidade apresenta uma vez que representa os vários arguidos, especialmente quando fala nas sentenças às quais foram condenadas. No jornal o Público temos dezoito fotos onde nos aparecem os arguidos, o maior destaque vai para Carlos Cruz normalmente rodeado por jornalistas, Ferreira Diniz, Hugo Marçal, Manuel Abrantes e Jorge Ritto, no entanto estas fotos são algumas vezes repetidas.

O Público destaca um grande número de fotos onde aparecem outros elementos como o Campus de Justiça, placas com o destaque para o nome Casa Pia, o Tribunal da Boa hora, fotojornalistas à espera de captar o melhor momento e ainda Catalina Pestana e Pedro Namora num abraço após a leitura do acórdão da sentença. Estes elementos aparecem igualmente repetidos.

Apenas uma foto acompanha uma reportagem onde temos um jovem cuja cara não é visível e não é possível desmistificar onde a alegada vítima se encontra.

Tabela 6: Destaque fotos:

Fotos	Jornal de Noticias		Público		Total
	Quant.	%	Quant.	%	
Arguidos	3	42,9	18	56,3	21
Vítimas	1	14,3	1	3,1	2
Advogado Defesa	2	28,6	0	0	2
Advogado Acusação	0	0	0	0	0
Outro	1	14,3	13	40,6	14
Total	7		32		39



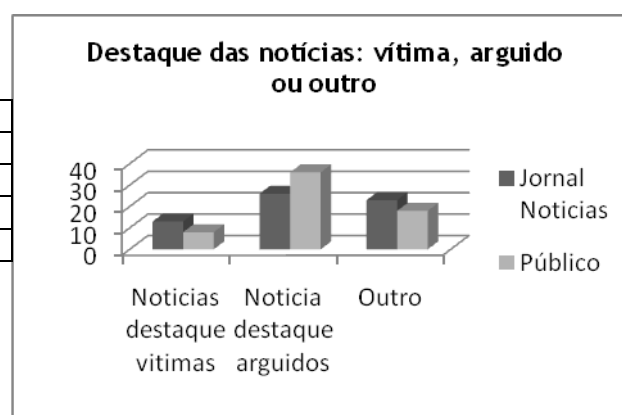
Achamos relevante analisar que destaque é dado nas notícias, se esse destaque é dado a arguidos ou a vítimas, de forma a perceber para que lado tendem as notícias. No Jornal Notícias as notícias que dão destaque a vítimas são treze, as notícias que dão destaque a arguidos são vinte e seis. Neste jornal, apesar de haver mais notícias com destaque dos arguidos o jornal opta mais por demonstrar uma tendência a favor das vítimas.

O Público em oito notícias confere destaque às vítimas e em trinta e seis confere destaque aos arguidos, com dezoito notícias a destacar outros que não directamente arguidos e vítimas. No entanto não há uma vitimização quando se fala em vítimas nem uma degradação no que respeita aos arguidos, o jornal limita-se a facultar mais informação sobre os arguidos, uma vez que são as personagens principais do julgamento

Na categoria “outros” estão inseridas notícias que falam no processo em geral, nas especulações que irão advir da leitura, de reportagens e assuntos que directa ou indirectamente se relacionem com o mesmo e de opiniões.

Tabela 7: Destaque das notícias vítima, arguido ou outro:

Destques	Jornal de Noticias		Público		Total
	Quant.	%	Quant.	%	
Notícias: destaque vítima	13	21	8	12,9	21
Notícias: destaque arguido	26	41,9	36	58,1	62
Outro	23	37,1	18	29,1	41
Total	62		62		124



Neste caso os jornalistas recorreram essencialmente a fontes oficiais e à agência noticiosa Lusa. Em ambos os jornais são onze as fontes oficiais que englobam bastonários, juizes

e outras entidades, como PSP e médicos. A Lusa é uma fonte mais recorrente no Jornal de Noticias onde são vinte e uma as notícias da qual a Lusa é fonte, no Público são oito.

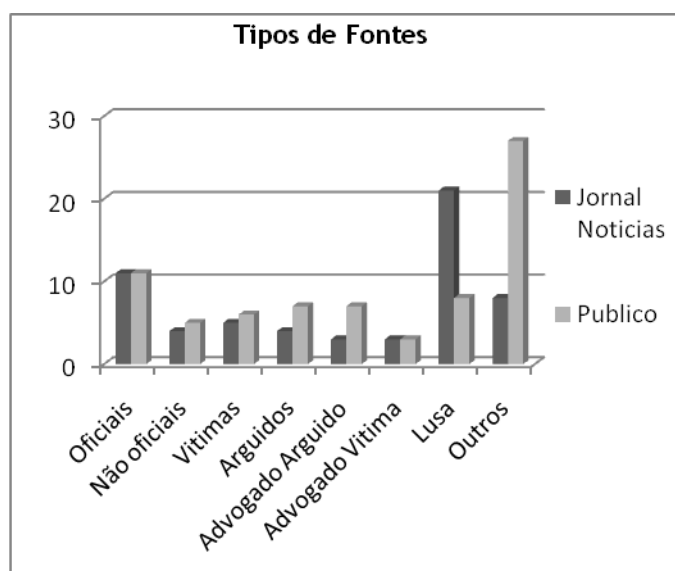
As fontes não oficiais referem-se a Catalina Pestana, a ex-bastonários e a Pedro Namora. O Jornal de Noticias recorre a quatro fontes oficiais e o Público a cinco. O Público apresenta uma fonte não oficial, um ex-funcionário que acompanhou a leitura da sentença, sendo o único jornal que recorre a uma fonte não oficial sem envolvimento no processo.

Os arguidos são fonte directa em quatro notícias no Jornal de Noticias, e sete no Público, com destaque para Carlos Cruz, Ferreira Dinis e Hugo Marçal. As vítimas são directamente Bernardo Teixeira e Francisco Guerra e a maioria com nomes fictícios.

O Público é aquele que mais recorre a outras fontes, sendo elas vinte e sete. Isto acontece porque existe uma categoria “Revistas de Imprensa” com destaque para quatro jornais, Correio da Manhã, Público, Jornal de Noticias e Diário de Noticias.

Tabela 8: Tipo de fontes

	Jornal Noticias		Público		Total
	Quant.	%	Quant.	%	
Oficiais	11	18,6	11	14,9	22
Não oficiais	4	6,8	5	6,8	9
Vítimas	5	8,5	6	8,1	11
Arguidos	4	6,8	7	9,5	11
Advogado Arguido	3		7	9,5	10
Advogado Vitima	3	6,8	3	4	6
Lusa	21	35,6	8	10,8	29
Outros	8	13,6	27	36,5	35
Total	59		74		133



Tendo em conta que nos jornais *online* as notícias se encontram por categorias e uma vez que nos arquivos encontramos os *tags* das notícias, decidimos analisar que *tags* são mais frequentemente utilizados.

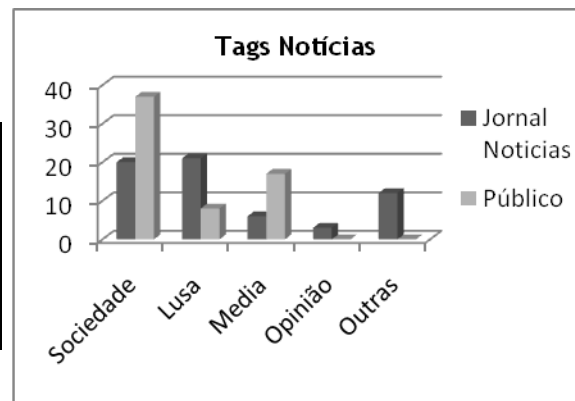
Encontramos então a categoria: *sociedade*, *Lusa*, *media*, *opinião* e *outras* uma vez que, no Jornal de Noticias existem notícias com mais de um *tag* inseridas na categoria “outras”.

O Jornal de Noticias é o mais abrangente, com vinte notícias com o *tag* *sociedade*, vinte e uma com o *tag* *Lusa*, seis referentes aos *media*, que envolvem as notícias de vídeo e áudio, três de *opinião* e doze *outras* que envolvem mais do que um *tag* e em muitos casos: “casa pia e *sociedade*” e “casa pia”.

O Público é mais restrito na categoria de *tags* sendo eles *sociedade*, *Lusa* e *media*. Nos *media* encontramos inseridos os referentes às “revistas de imprensa”, na *sociedade* a maioria das notícias, e na *lusa* aqueles que se referem às notícias que partem desta agência noticiosa.

Tabela 9: Tags notícias:

Tags	Jornal de Noticias		Público		Total
	Quant.	%	Quant.	%	
Sociedade	20	32,3	37	59,7	57
Lusa	21	33,9	8	12,9	29
Media	6	9,7	17	27,4	23
Opinião	3	4,8	0	0	3
Outras	12	19,4	0	0	12
Total	62		62		124



Tendo em conta que estamos a falar em notícias *online* achamos interessante efectuar uma tabela onde podemos ter percepção do número de leitores de cada notícia e do número de comentários por notícias como forma de percebermos a interacção que existe entre *web-leitores* e os jornais. Poderemos concluir que a maioria das notícias aparecem comentadas e que todas elas tem um grande número de leitores.

Descriminamos na tabela abaixo as notícias por titulo, os acessos referentes a cada notícia e o número de comentários por notícia do jornal o Público.

Tabela 10: Leitores e Comentários jornal *online* Público:

- Ministério Público só tomará medidas sobre julgamento da Casa Pia após conhecimento do acórdão: 6/9/2010; 4282; 76
- Pinto Monteiro valoriza "especialização" de magistrados para ocupar lugares no Ministério Público: 6/9/2010; 97; 0
- Revista de imprensa: destaques do "Correio da Manhã": 6/9/2010; 38, 0
- Revista de imprensa: destaques do "Diário de Notícias": 6/9/2010; 29; 0
- Passos Coelho crítica duração do processo Casa Pia para defender mudanças no papel do Estado: 5/9/2010; 219; 3
- "A justiça não ficou melhor nem pior depois da Casa Pia": 5/9/2010; 5885; 98
- Revista de imprensa: destaques do "Jornal de Notícias": 5/9/2010; 104; 0
- Revista de imprensa: destaques do "Correio da Manhã": 5/9/2010; 144; 0
- Revista de imprensa: destaque do "Diário de Notícias": 5/9/2010; 97; 0
- Revista de imprensa: destaques do "PÚBLICO": 5/9/2010; 74; 0

- Casa Pia: Ferreira Diniz pode ficar proibido de exercer medicina: 04.09.2010; 849;9
- Marinho Pinto critica referências de Carlos Cruz à justiça pré-25 de Abril: 04.09.2010; 6751; 30
- Disseram-lhes que mentiam. Mas o tribunal deu-lhes ontem razão: 04.09.2010; 6774;7
- Recursos vão manter arguidos em liberdade: 04.09.2010;21780;194
- Revista de imprensa: destaques do "Jornal de Notícias": 04.09.2010; 69;0
- Revista de imprensa: destaques do "Correio da Manhã": 04.09.2010; 68;0
- Revista de imprensa: destaques do "Diário de Notícias":04.09.2010;58;0
- Revista de imprensa: destaques do PÚBLICO:04.09.2010; 54;0
- Ferreira Diniz vai explicar em conferência de imprensa "factos concretos" que levaram à sua condenação:03.09.2010; 1141;4
- Recurso permite que condenados fiquem em liberdade:03.09.2010; 1491;4
- Sá Fernandes: "Sentença representa reino das trevas":03.09.2010; 3085;12
- Carlos Cruz diz-se "vítima de uma monstruosidade jurídica":03.09.2010; 20835;221
- Sentença foi o ponto final que as vítimas pediam:03.09.2010;4370;32
- Penas aplicadas são superiores ao mínimo pedido pelo Ministério Público:03.09.2010;4629;14
- Penas de prisão entre cinco anos e nove meses e 18 anos:03.09.2010; 5417;2
- Condenados vão pagar entre 15 e 25 mil euros de indemnizações às vítimas:03.09.2010;5417; 2
- Gertrudes Nunes absolvida no processo Casa Pia:03.09.2010;3342;9
- Hugo Marçal condenado a seis anos e dois meses de prisão efectiva:03.09.2010;4371;4
- Tribunal determina pena de sete anos de prisão efectiva para Ferreira Diniz:03.09.2010;2815;0
- Manuel Abrantes condenado a cinco anos e nove meses de prisão:03.09.2010;2743;2

- Carlos Cruz condenado a sete anos de prisão: 03.09.2010; 1131; 0
- Jorge Ritto sentenciado com seis anos e oito meses de prisão: 03.09.2010; 26990; 68
- Carlos Silvino condenado a 18 anos de prisão efectiva:03.09.2010; 2149; 0
- Todos os arguidos com crimes provados, sentença deverá ser conhecida nas próximas horas:03.09.2010;7180;3
- Hugo Marçal considera que já está condenado e anuncia que vai recorrer:03.09.2010;853;0
- Advogado de Carlos Cruz lembra que falta ouvir fundamentação dos crimes:03.09.2010;2203;0
- Carlos Cruz: "Sou igual àquilo que vocês conheceram e não deixarei de o ser":03.09.2010;5003;6
- Casa Pia: polícia alarga perímetro de segurança no exterior do tribunal:03.09.2010;1038219;19
- Pedro Namora defende que "recursos devem ser esperados na cadeia": 03.09.2010;368;0
- Provados crimes praticados pelos sete arguidos: 03.09.2010;917;20
- Juíza não vai ler acórdão na íntegra: 03.09.2010;53713;74
- Sessão da leitura da sentença começou às 10h45: 03.09.2010;3405;6
- Arguidos chegam ao Campus de Justiça rodeados por batalhão de jornalistas: 03.09.2010;286;0
- Casa Pia: Cronologia: 03.09.2010;1881;1
- Prostituição de menores é o último acto das longas noites do Parque: 03.09.2010;1574;3
- Cerca de 40 recursos podem comprometer decisão final: 03.09.2010;21070;21
- Segurança especial: 03.09.2010;2899; 0
- Leitura do acórdão marca o princípio do fim do processo da Casa Pia: 03.09.2010;134;1

- Revista de imprensa: destaques do "Jornal de Notícias": 03.09.2010;3986;12
- Revista de imprensa: destaques do "Correio da Manhã": 03.09.2010;48;0
- Revista de imprensa: destaques do "Diário de Notícias": 03.09.2010;60;0
- Revista de imprensa: destaques do PÚBLICO: 03.09.2010;33;0
- Casa Pia: um mega processo em números: 02.09.2010;46;7
- Carlos Cruz diz que não vai desistir: 02.09.2010;2730;1
- "Como contar à namorada que eu era uma das vítimas da Casa Pia?": 02.09.2010;1134;322
- Revista de imprensa: destaques do "Correio da Manhã": 02.09.2010;1858;34
- Livro de Hugo Marçal nas livrarias a partir de segunda-feira: 01.09.2010;43;0
- A perspectiva dos alunos da Casa Pia: 01.09.2010;2114;16
- O que mudou na Casa Pia oito anos após o escândalo: 01.09.2010;2720;0
- Revista de imprensa: destaques do "Correio da Manhã": 01.09.2010;2225;9
- Denúncias de abuso sexual de menores triplicaram desde início do caso Casa Pia: 31.08.2010;1671;9
- Revista de imprensa: destaques do PÚBLICO: 31.08.2010;41;0

Também o Jornal de Notícias oferece a possibilidade de vermos o número de leitores e de comentários em relação a cada notícia. Como apresentamos na tabela 11:

Tabela 11: Leitores e comentários do jornal *online* Jornal de Noticias

- "E tu? De que és inocente?": 2010-09-06, 3922, 0
- Casa Pia: Ministério Público só decide se recorre depois de "analisar pormenorizadamente" o acórdão - PGR: 2010-09-06; 78; 0
- Casa Pia: Ministério Público ainda não decidiu se recorre:2010-09-06; 3495; 24
- "Casa Pia" prioritário há quatro anos:2010-09-06; 2194; 8
- Prisão preventiva reduz penas a condenados do Casa Pia:2010-09-05; 8366; 13

- Francisco Guerra: "Senti muito medo":2010-09-05; 18436; 55
- Tem mais confiança na Justiça portuguesa após o julgamento Casa Pia?: 2010-09-05; 144;0
- Carlos Cruz mostra reconstituições na net: 2010-09-05; 1887;15
- Foi longo, terrivelmente longo:2010-09-05; 15; 0
- "Não esperava justiça tão pesada":2010-09-05; 208; 14
- Ordem dos Médicos reactiva processo disciplinar contra Ferreira Diniz: 2010-09-04; 7175; 154
- Ferreira Diniz diz ter sido acusado de uma coisa e condenado por outra: 2010-09-04; 15; 0
- Marinho Pinto considera "exagerada" referência de Carlos Cruz a tribunais plenários; 2010-09-04; 869; 0
- Casa Pia: Marinho Pinto considera "exagerada" referência de Carlos Cruz a tribunais plenários; 2010-09-04; 358; 0
- Casa Pia: "Ritmo" das decisões judiciais pode levar à prescrição do processo -- Marinho Pinto; 2010-09-04; 6903; 95
- A Justiça; 2010-09-04; 4550; 58
- Caso destacado nos sites internacionais e seguido no Twitter; 2010-09-04; 215; 1
- "Há todos os riscos de prescrição": 2010-09-04; 1; 0
- Condenados mas ninguém vai preso: 2010-09-04; 25; 12
- Juíza-presidente mandou calar advogado de Carlos Cruz e encerrou audiência: 2010-09-04; 20; 0
- Casa Pia: Ordem dos Médicos reativa processo disciplinar contra Ferreira Diniz que pode ser impedido de exercer: 2010-09-04; 626;0
- "Cabala" fez tremer PS: 2010-09-03; 633; 0
- Catalina Pestana: "Eles não são emocionalmente adultos": 2010-09-03; 15;0
- Carlos Cruz diz que não há provas e divulga vídeos: 2010-09-03; 2176; 2

- Casa Pia: Começou leitura do acórdão: 2010-09-03; 16;0
- Casa Pia: Factos criminais provados contra cinco arguidos: 2010-09-03; 419;24
- Casa Pia: Factos criminais provados contra os sete arguidos: 2010-09-03; 222;0
- "Não podemos descansar: o risco existe sempre": 2010-09-03; 269;0
- Casa Pia: Médico Ferreira Diniz condenado a 7 anos de prisão: 2010-09-03; 25;0
- Juizes afastam tese de manipulação das vítimas: 2010-09-03; 1637; 1
- Penas de prisão efectiva para seis arguidos: 2010-09-03; 3193;1
- Casa Pia: Cerca de quatro horas para ler acórdão: 2010-09-03; 3695; 42
- Adelino Granja "vencedor": 2010-09-03; 15; 0
- Vítima aparece pela primeira vez em público: 2010-09-03; 2295; 0
- Casa Pia: Interposição de recurso permite que condenados fiquem em liberdade: 2010-09-03; 15; 0
- Menos alunos e internos problemas mais graves Casa Pia optou por criar residências mais pequenas e fora de portas: 2010-09-03; 22925;0
- Alterações penais polémicas: 2010-09-03; 612; 0
- "Não vou ter medo de os olhar na cara": 2010-09-03; 22; 0
- Processo Casa Pia andarà mais três anos em tribunal: 2010-09-03; 1743; 3
- Quem é quem no caso Casa Pia: 2010-09-03; 3639; 8
- Vítima confessa ansiedade e nervosismo: 2010-09-03; 63; 0
- Áudio: "Para as vítimas a sentença é um lavar de alma": 2010-09-03; 12; 0
- Áudio: Arguidos indignados com penas continuam a alegar inocência: 2010-09-03; 8; 0
- Topo flash Casa Pia: 2010-09-03; 1489; 2
- "Há muito que este processo se chama 'processo Carlos Cruz'": 2010-09-03; 9;0
- Adelino Granja optimista: 2010-09-02; 10; 0

- Casa Pia: Decisão ouvida hoje, após quase seis anos de julgamento: 2010-09-02;20; 0
- Casa Pia: Decisão de hoje não será ponto final e caminho dos recursos será "longo": 2010-09-02; 9; 0
- O megaprocesso em números: 2010-09-02; 10; 0
- Casa Pia: Gertrudes Nunes absolvida: 2010-09-02; 20; 10
- Casa Pia: Jorge Ritto condenado a seis anos e oito meses de prisão efectiva: 2010-09-02; 19; 2
- Casa Pia: Manuel Abrantes condenado a cinco anos e nove mês de prisão efectiva: 2010-09-02; 1403; 0
- Casa Pia: Carlos Silvino condenado a 18 anos de prisão efectiva: 2010-09-02; 1203; 10
- Casa Pia: Carlos Cruz condenado a sete anos de prisão efectiva: 2010-09-02; 1403; 0
- Casa Pia: Hugo Marçal condenado a seis anos e dois meses de prisão efectiva: 2010-09-02; 11; 0
- Principais datas do processo: 2010-09-02; 10; 0
- Juízes: Acórdão da Casa Pia pode ajudar a credibilizar a Justiça - Noronha Nascimento e Bravo Serra: 2010-09-02;12; 0
- Casa Pia: Media mobilizam dezenas de jornalistas e "especiais" para leitura do acórdão: 2010-09-02; 125; 3
- Reforma penal de 2007 ficou marcada pela investigação Casa Pia e vai marcar eventuais penas: 2010-08-31; 1247; 4
- Vários jovens da Casa Pia tentaram suicídio após denúncia de abusos: 2010-08-31; 2453; 19

Análise Qualitativa: Discurso na análise das notícias *online*

Estruturas textuais

Como forma de iniciar esta análise começaremos por focar o que, numa notícia, chega primeiro ao leitor e aquele que é o ponto-chave que o leva a ler ou não a mesma, isto é, o título. O título num jornal online consegue obter mais importância que propriamente num jornal impresso uma vez que é o *link* do título que o leitor tem de aceder para entrar numa notícia. O título é o que cativa o leitor e aquilo que o leva a perceber se o conteúdo da notícia lhe interessa ou não, o

mesmo deve ser objectivo, apelativo e permitir uma compreensão imediata para o *web-leitor*, as suas funções base são atrair e resumir o conteúdo da informação.

O título pode ser emotivo, informativo ou apelativo, isto depende da intenção do jornalista, do conteúdo da notícia e do assunto que trata. Os títulos podem ainda ser antecedidos por um antetítulo e seguidos de um *superlead* onde o jornalista sintetiza alguns aspectos importantes que o texto contém como modo de chamar o leitor para a informação. Não podemos, neste contexto, deixar de referenciar o lead, o parágrafo mais importante de uma peça jornalística, podendo o mesmo dividir-se em lead directo e lead retardado. O lead directo é o que resume um acontecimento e no qual se encontram respostas para as questões: “Quem?”; “O que?”; “Onde?”; “Como?” e “Porque?”. Em relação ao lead retardado é aquele que permite ao leitor estimular a imaginação e o prepara para receber essas informações chave nos parágrafos seguintes.

No contexto da análise dos dois jornais em questão, devemos salientar que o Jornal de Notícias não possuem, de forma constante, a utilização do *lead* nas suas notícias *online*. Ao leitor é apresentado a hiperligação do título que por baixo inicia a notícia, após o leitor colocar no *link* e aceder à notícia na totalidade encontra automaticamente o corpo da notícia. É de salientar, no entanto, que no primeiro parágrafo o *web-leitor* recebe a informação mais relevante, característica do *lead*, uma *webnotícia* tem ainda como característica o facto do leitor poder parar de a ler a qualquer momento e mesmo assim ter a possibilidade de aprender a informação mais relevante.

Retomando a questão dos títulos, optamos por classificar os títulos segundo quatro tendências:

- **Emotiva:** quando o título pretende atingir a emoção do *web-leitor*
- **Informativa:** quando a base do título é informar os factos
- **Interpretativo:** quando “o autor interpreta as notícias”
- **Mista:** quando no mesmo título temos as três tendências.

Através da Tabela 12 onde temos discriminados os títulos referentes às notícias entre os dias 31 de Agosto de 2010 e 6 de Setembro de 2010, do jornal *online* Público, vemos que a predominância se encontra nos títulos informativos, sendo relativamente poucos aqueles que apelam à emoção do leitor. Destacamos o facto dos títulos de tendência “emotiva” serem aqueles que no geral partem de citações ou opiniões. “Sá Fernandes: “Sentença representa reino das trevas”. O jornal o Público utiliza uma citação do advogado de Carlos Cruz acompanhada do lead “Alguns dos arguidos e advogados de defesa do processo Casa Pia reagiram às sentenças proferidas para este caso com a certeza de que houve erros processuais e que haverá recursos.”, no corpo de texto temos os pontos de vista da parte dos arguidos em forma de citação, o jornalista usufruiu do depoimento do advogado de defesa como uso de título forte e apelativo que capta automaticamente a atenção do leitor da notícia. Outro dos títulos de cariz emotivo

baseia-se na declaração do arguido Carlos Cruz no dia da leitura do acórdão da sentença Casa Pia já depois de se saber condenado a sete anos de prisão. O arguido mais mediático deste processo é citado pelo jornal que apresenta o título “Carlos Cruz diz-se “vítima de monstruosidade jurídica”, acompanhado pela foto do arguido com a descrição “Carlos Cruz foi condenado a sete anos de prisão efectiva” e do antetítulo “Reacção à condenação”, acompanhada de um lead directo, “O antigo apresentador de televisão Carlos Cruz considerou que foi “vítima de uma monstruosidade jurídica”, em reacção à pena de sete anos de prisão efectiva a que foi condenado pelo colectivo de juizes no âmbito do processo Casa Pia. Numa outra notícia a chamada de título é feita com outra citação de Carlos Cruz, que mais uma vez consideramos “emotivo” tendo em conta a frase forte que usa e de cariz emocional, criando uma certa aproximação entre o *web-leitor* e o alegado culpado uma vez que é uma frase directa e marcante e não deixa quem a lê indiferente a querer saber o que a notícia contém e a quem se refere. “Carlos Cruz: Sou igual aquilo que vocês conheceram e não deixarei de o ser” é o título em questão, este título surge devido às declarações do arguido durante o intervalo do almoço da leitura do acórdão da sentença, aliás isso é salientado na notícia como antetítulo, “Declarações durante o intervalo de almoço”. A leitura do lead apela ainda mais às emoções de quem lê remetendo para a importância da família, “Durante o intervalo para almoço, depois de inicialmente ter remetido todas as declarações para uma conferência de imprensa esta tarde, Carlos Cruz acedeu a falar aos jornalistas e deixou uma mensagem à sua família, que não está presente no Campus da Justiça: “Adoro-vos. Sou igual àquilo que vocês conheceram e não deixarei de o ser”, disse o arguido, citado pela TVI.” A notícia é ainda acompanhada de uma foto onde aparece Carlos Cruz a dar entrevista aos jornalistas cuja legenda diz “O arguido disse preferir estar sozinho “nos momentos difíceis”.

Todos os títulos feitos em forma de citação pelo jornal Público mencionam no próprio título a fonte, aquele de quem parte a citação, o Público relativamente aos títulos emotivos associa os mesmos mais para o lado dos arguidos do que das alegadas vítimas. Relativamente às alegadas vítimas o Público faz apenas um título de tendência “emotiva”, um título de uma reportagem na qual é possível ler o depoimento de dois jovens alegados vítimas de abusos sexuais por parte dos arguidos. O título é emotivo uma vez que representa, de certa forma, a vergonha e o receio de se admitir vítima de abusos sexuais perante outras pessoas. “Como contar à namorada que eu era uma das vítimas da Casa Pia?”, a forma interrogativa demonstra a indignação e a confusão na cabeça do jovem perante a noção de realidade e um certo transtorno e vergonha por não saber como admitir e contar este facto impregnado na sua vida e patente do antetítulo “Como as vítimas e os arguidos viveram ao longo dos anos”. Relativamente ao lead temos a presença de um lead retardado que estimula a capacidade do leitor pensar no que poderá encontrar na reportagem. “Entre as vítimas, uns já se entregaram ao crime, outros às drogas. Os que teimam em ter uma vida normal parecem à mercê de um sopro. Para eles, a Justiça pode ser uma questão de sobrevivência.”. A acompanhar esta peça temos uma foto, supostamente do jovem, num local que não é perceptível a quem vê a imagem, o cenário é um barracão de madeira e a cara encontra-se cortada de modo a não ser fácil o seu reconhecimento.

Partindo para um campo mais elaborado podemos interpretar esta imagem como característica da solidão dos jovens vítimas de abuso sexual e o barracão como o simbolismo dos locais onde supostamente eram vítimas de violação.

É interessante perceber a forma como o Público aborda a tendência dos títulos “emotivos” e que são baseados em citações e não partem directamente da escrita do jornalista, ou então relacionados a reportagens. No entanto, como referido, a predominância recai sobre os títulos de tendência informativa e alguns direccionados para a tendência interpretativa.

Os títulos de tendência informativa relacionam-se com títulos mais directos sendo a intenção precisamente a de informar acerca do que o web-leitor pode encontrar na leitura da notícia, no geral estes títulos encontram-se associados à categoria que o Público contém que se baseia no facto de destacar as informações de outros jornais, as chamadas “revistas de imprensa”. Esta tendência encontra-se mais destacada no dia da leitura do acórdão da sentença do processo Casa Pia uma vez que as notícias eram constantemente actualizadas e a informação facultada aos leitores acontecia com um espaço curto de tempo entre umas e outras, daí o carácter informativo dos títulos.

O único título que consideramos de tendência “mista” é noticiado ao início da manhã do dia 31 de Agosto de 2010. “Denúncias de abuso sexual de menores triplicaram desde início do caso Casa Pia” e o lead “Os inquéritos relacionados com abusos sexuais de menores investigados pela PJ triplicaram desde 2002, quando rebentou o caso Casa Pia. Além da PJ, outras instituições criaram novas respostas para o problema.” Consideramos de tendência mista uma vez que envolve a tendência emocional, interpretativa e informativa, está a informar o leitor do facto das denúncias de abuso sexual terem aumentado, interpretativo porque o jornalista está a interpretar a notícia e emotivo por englobar abuso sexual e o facto de continuarem a aumentar nos mesmo contexto.

O Público prima, como referido, pelos títulos de carácter informativo dos quais, além da referência a “revistas de imprensa” características do público *online* temos os títulos com chamadas para os protagonistas da sentença onde nos é facultada a informação base da notícia.

Tabela 12: Análise dos títulos do jornal *online* Público:

Título	Tendência	Data
Ministério Público só tomará medidas sobre julgamento da Casa Pia após conhecimento do acórdão	Informativo	6 de Setembro 2010
Pinto Monteiro valoriza "especialização" de magistrados para ocupar lugares no Ministério Público	Informativo	6 de Setembro 2010
Revista de imprensa: destaques do "Correio da Manhã"	Informativo	6 de Setembro 2010

Revista de imprensa: destaques do "Diário de Notícias	Informativo	6 de Setembro 2010
Passos Coelho critica duração do processo Casa Pia para defender mudanças no papel do Estado	Interpretativo	5 de Setembro 2010
"A justiça não ficou melhor nem pior depois da Casa Pia"	Informativo-Interpretativo	5 de Setembro 2010
Revista de imprensa: destaques do "Jornal de Notícias"	Informativo	5 de Setembro 2010
Revista de imprensa: destaques do "Correio da Manhã"	Informativo	5 de Setembro 2010
Revista de imprensa: destaques do "Diário de Notícias"	Informativo	5 de Setembro 2010
Revista de imprensa: destaques do "PÚBLICO"	Informativo	5 de Setembro 2010
Casa Pia: Ferreira Diniz pode ficar proibido de exercer medicina	Informativo	4 de Setembro 2010
Marinho Pinto critica referências de Carlos Cruz à justiça pré-25 de Abril	Informativo	4 de Setembro 2010
Disseram-lhes que mentiam. Mas o tribunal deu-lhes ontem razão	Emotivo-Interpretativo	4 de Setembro 2010
Recursos vão manter arguidos em liberdade	Informativo	4 de Setembro 2010
Revista de imprensa: destaques do "Jornal de Notícias"	Informativo	4 de Setembro 2010
Revista de imprensa: destaques do "Correio da Manhã"	Informativo	4 de Setembro 2010
Revista de imprensa: destaques do "Diário de Notícias"	Informativo	4 de Setembro 2010
Revista de imprensa: destaques do PÚBLICO	Informativo	4 de Setembro 2010
Ferreira Diniz vai explicar em conferência de imprensa "factos concretos" que levaram à sua condenação	Interpretativo	3 de Setembro 2010
Recurso permite que condenados fiquem em liberdade	Interpretativo-Emotivo	3 de Setembro 2010
Sá Fernandes: "Sentença representa reino das trevas"	Emotivo	3 de Setembro 2010

Carlos Cruz diz-se "vítima de uma monstruosidade jurídica"	Emotivo	3 de Setembro 2010
Sentença foi o ponto final que as vítimas pediam	Emotivo-Interpretativo	3 de Setembro 2010
Penas aplicadas são superiores ao mínimo pedido pelo Ministério Público	Informativo	3 de Setembro 2010
Penas de prisão entre cinco anos e nove meses e 18 anos	Informativo	3 de Setembro 2010
Condenados vão pagar entre 15 e 25 mil euros de indemnizações às vítimas	Informativo	3 de Setembro 2010
Gertrudes Nunes absolvida no processo Casa Pia	Informativo	3 de Setembro 2010
Hugo Marçal condenado a seis anos e dois meses de prisão efectiva	Informativo	3 de Setembro 2010
Tribunal determina pena de sete anos de prisão efectiva para Ferreira Diniz	Informativo	3 de Setembro 2010
Manuel Abrantes condenado a cinco anos e nove meses de prisão	Informativo	3 de Setembro 2010
Carlos Cruz condenado a sete anos de prisão	Informativo	3 de Setembro 2010
Jorge Ritto sentenciado com seis anos e oito meses de prisão	Informativo	3 de Setembro 2010
Carlos Silvino condenado a 18 anos de prisão efectiva	Informativo	3 de Setembro 2010

Todos os arguidos com crimes provados, sentença deverá ser conhecida nas próximas horas	Informativo	3 de Setembro 2010
Hugo Marçal considera que já está condenado e anuncia que vai recorrer	Informativo	3 de Setembro 2010
Advogado de Carlos Cruz lembra que falta ouvir fundamentação dos crimes	Informativo-interpretativo	3 de Setembro 2010
Carlos Cruz: "Sou igual àquilo que vocês conheceram e não deixarei de o ser"	Emotivo	3 de Setembro 2010
Casa Pia: polícia alarga perímetro de segurança no exterior do tribunal	Informativo	3 de Setembro 2010
Pedro Namora defende que "recursos devem ser esperados na cadeia"	Informativo-interpretativo	3 de Setembro 2010
Provados crimes praticados pelos sete arguidos	Informativo	3 de Setembro 2010
Juíza não vai ler acórdão na íntegra	Informativo	3 de Setembro 2010
Sessão da leitura da sentença começou às 10h45	Informativo	3 de Setembro 2010
Arguidos chegam ao Campus de Justiça rodeados por batalhão de jornalistas	Informativo	3 de Setembro 2010
Casa Pia: Cronologia	Informativo	3 de Setembro 2010
Prostituição de menores é o último acto das longas noites do Parque	Emotivo	3 de Setembro 2010
Cerca de 40 recursos podem comprometer decisão final	Interpretativo	3 de Setembro 2010

Segurança especial	Informativo	3 de Setembro 2010
Leitura do acórdão marca o princípio do fim do processo da Casa Pia	Informativo	3 de Setembro 2010
Revista de imprensa: destaques do "Jornal de Notícias"	Informativo	3 de Setembro 2010
Revista de imprensa: destaques do "Correio da Manhã"	Informativo	3 de Setembro 2010
Revista de imprensa: destaques do "Diário de Notícias"	Informativo	3 de Setembro 2010
Revista de imprensa: destaques do PÚBLICO	Informativo	3 de Setembro 2010
Casa Pia: um mega processo em números	Informativo/Interpretativo	2 de Setembro 2010
Carlos Cruz diz que não vai desistir	Emotivo/Interpretativo	2 de Setembro 2010
"Como contar à namorada que eu era uma das vítimas da Casa Pia?"	Emotivo	2 de Setembro 2010
Revista de imprensa: destaques do "Correio da Manhã"	Informativo	2 de Setembro 2010
Livro de Hugo Marçal nas livrarias a partir de segunda-feira	Informativo	1 de Setembro 2010
A perspectiva dos alunos da Casa Pia	Interpretativo-Informativo	1 de Setembro 2010
O que mudou na Casa Pia oito anos após o escândalo	Emotivo	1 de Setembro 2010
Revista de imprensa: destaques do "Correio da Manhã"	Informativo	1 de Setembro 2010
Denúncias de abuso sexual de menores triplicaram desde início do caso Casa Pia	Misto	31 de Agosto 2010

No que respeita ao Jornal de Notícias encontramos uma maior variedade de tendências e um equilíbrio entre os vários tipos de títulos, sendo que os informativos recaem mais para notícias breves cujo objectivo é informar o web-leitor constantemente acerca das sentenças aplicadas, ou por fonte directa da agência noticiosa Lusa. Propomo-nos então analisar os títulos

de tendência emotiva com destaque para os que partem de declarações das próprias vítimas, uma vez que o Jornal de Notícias em relação ao Público faz destaque de notícias e chamadas de títulos com citações de alegadas vítimas.

A alegada vítima apontada como braço direito e Carlos Silvino, no dia cinco de Setembro, serve de destaque numa vídeo-notícia na qual descreve os sentimentos ao longo do processo e as suas emoções relativamente às sentenças. O título como hiperligação para a vídeo-notícia apresenta a fonte, Francisco Guerra e uma afirmação do mesmo. Francisco Guerra: "Senti muito medo", cujo breve texto que acompanha a mesma se trata do seguinte: "Francisco Guerra, uma das vítimas do processo Casa Pia, deu a cara após o julgamento. Em entrevista ao JN, o antigo aluno da instituição confessa-se surpreso com a pena aplicada e revela que durante o julgamento ouviu, pela primeira vez, o que se passou com antigos colegas. Desistir foi coisa que nunca lhe passou pela cabeça, apesar de todo o desgaste que o longo processo lhe causou. Agora, só quer seguir em frente." É importante ainda referir o contexto do próprio vídeo que nos remete para contornos sensacionalistas uma vez que temos uma alegada vítima de violação enquanto menor e interno da Casa Pia a prestar um depoimento que apela à sua experiência, aos seus sentimentos e emoções já adulto em contraste com as vozes de crianças que brincam e destacando alegria. Uma infância infeliz no rosto de um homem contrasta com a audição de uma aparente infância normal. No mesmo dia o mesmo jornal adianta outra notícia com base no jovem Francisco Guerra, desta vez uma entrevista escrita acompanhada de foto. "Não esperava justiça tão pesada"; com o lead "Francisco Guerra conta, ao JN, que o ameaçaram e lhe oferecerem dinheiro para sair do país. Encerrado o processo, oito anos depois, diz que "valeu a pena". A entrevista é baseada nas questões que temos presentes no vídeo mas em forma de entrevista escrita, sendo o título igualmente emotivo mas que nos deixa reticentes uma vez que afirma que a própria vítima não tinha credibilidade nas provas apresentadas contra os arguidos, esta é uma ilação que tiramos daquilo que apesar de não estar explícito nem ser apreensivo por toda a gente chega a alguns dos leitores num segundo sentido.

No dia 3, dia da leitura do acórdão, o Jornal de Notícias apresenta a notícia seguinte com o título como hiperligação: "Não vou ter medo de os olhar na cara"; "Casapiano acredita que provas ditarão a verdade sobre o que se passou e vai estar presente no tribunal" (lead). Referimo-nos a uma entrevista de uma das 32 alegadas vítimas acompanhada por um pequeno texto descritivo: "João, nome fictício, tem 23 anos e mais de metade viveu-os institucionalizado. É uma das 32 alegadas vítimas. Foi abandonado pela mãe aos seis anos e entregue a uma família de acolhimento. "Era muito feliz lá, tratavam-me muito bem". Aos 11 saiu para o colégio da Casa Pia de onde só saiu na maioridade. Tem um sorriso doce, mas quando franze o sobrolho a desconfiança tolhe-lhe o rosto e as palavras. As mãos remexem em cima da mesa, mas as frases saem-lhe fortes e sem dúvidas. Recusa culpar a instituição pelo que lhe sucedeu. Tem orgulho em ser "ganso" e vai estar no tribunal para "olhar nos olhos" os acusados. Hoje, só pensa em terminar o curso de Antropologia e sonha visitar terras distantes, com a namorada, a sua "tábua de salvação". No mesmo dia temos ainda outra notícia que destaca uma suposta vítima e o seu estado de espírito nesse dia. Bernardo Teixeira dá a voz num áudio para o jornal. "Vítima

confessa ansiedade e nervosismo” (título); “Bernardo Teixeira, única vítima do caso Casa Pia que dá a cara publicamente, reforçou a veracidade das acusações e fala na ansiedade e nervosismo das vítimas.”

É interessante perceber que ao longo do dia mais relevante da análise o Jornal de Notícias facultava mais peças que o Público no que diz respeito às vítimas, relacionadas tanto directa como indirectamente com as mesmas. As peças com tendência para o lado da acusação apela sempre à emoção do leitor e drama daqueles que esperam a decisão do tribunal, enquanto que as relacionadas com os arguidos se limitam no geral a prestar informação apresentando também maior variedade de informação.

Tabela 13: Análise dos títulos do jornal *online* Jornal Notícias:

Título	Tendência	Data
"E tu? De que és inocente?"	Emotivo	6 de Setembro 2010
Casa Pia: Ministério Público só decide se recorre depois de "analisar pormenorizadamente" o acórdão - PGR	Interpretativo	6 de Setembro 2010
Casa Pia: Ministério Público ainda não decidiu se recorre	Informativo	6 de Setembro 2010
"Casa Pia" prioritário há quatro anos	Informativo	6 de Setembro 2010
Prisão preventiva reduz penas a condenados do Casa Pia	Emotivo-Informativo	5 de Setembro 2010
Francisco Guerra: "Senti muito medo"	Emotivo	5 de Setembro 2010
Carlos Cruz mostra reconstituições na net	Misto	5 de Setembro 2010
Tem mais confiança na Justiça portuguesa após o julgamento Casa Pia?	Interpretativo	5 de Setembro 2010
Foi longo, terrivelmente longo	Emotivo	5 de Setembro 2010
"Não esperava justiça tão pesada"	Emotivo	5 de Setembro 2010
Ordem dos Médicos reactiva processo disciplinar contra Ferreira Diniz	Informativo	4 de Setembro 2010
Ferreira Diniz diz ter sido acusado de uma coisa e condenado por outra	Misto	4 de Setembro 2010

Marinho Pinto considera "exagerada" referência de Carlos Cruz a tribunais plenários	informativo-Interpretativo	4 de Setembro 2010
Casa Pia: Marinho Pinto considera "exagerada" referência de Carlos Cruz a tribunais plenários lusa	Informativo-Interpretativo	4 de Setembro 2010
Casa Pia: "Ritmo" das decisões judiciais pode levar à prescrição do processo -- Marinho Pinto	Informativo-Interpretativo	4 de Setembro 2010
A Justiça	Interpretativo	4 de Setembro 2010
Caso destacado nos sites internacionais e seguido no Twitter	Informativo	4 de Setembro 2010
"Há todos os riscos de prescrição"	Emotivo	4 de Setembro 2010
Condenados mas ninguém vai preso	Emotivo	4 de Setembro 2010
Casa Pia: Ordem dos Médicos reativa processo disciplinar contra Ferreira Diniz que pode ser impedido de exercer	Informativo-Interpretativo	4 de Setembro 2010
"Cabala" fez tremer PS "	Misto	3 de Setembro 2010
Catalina Pestana: "Eles não são emocionalmente adultos"	Emotivo	3 de Setembro 2010
Áudio: Carlos Cruz diz que não há provas e divulga vídeos	Misto	3 de Setembro 2010
"Há muito que este processo se chama 'processo Carlos Cruz'"	Emotivo	3 de Setembro 2010
Adelino Granja optimista	Emotivo	3 de Setembro 2010
Casa Pia: Começou leitura do acórdão		3 de Setembro 2010
Casa Pia: Factos criminais provados contra cinco arguidos	Informativo	3 de Setembro 2010
Casa Pia: Factos criminais provados contra os sete arguidos	Informativo	3 de Setembro 2010
"Não podemos descansar: o risco existe sempre"	Emotivo	3 de Setembro 2010

Menos alunos e internos problemas mais graves	Misto	3 de Setembro 2010
Casa Pia: Médico Ferreira Diniz condenado a 7 anos de prisão	Informativo	3 de Setembro 2010
Casa Pia: Seis dos arguidos têm que indemnizar as vítimas	Informativo	3 de Setembro 2010
Juízes afastam tese de manipulação das vítimas	Misto	3 de Setembro 2010
Penas de prisão efectiva para seis arguidos	Informativo	3 de Setembro 2010
Casa Pia: Cerca de quatro horas para ler acórdão lusa	Informativo	3 de Setembro 2010
Adelino Granja "vencedor"	Misto	3 de Setembro 2010
Vítima aparece pela primeira vez em público	Emotivo	3 de Setembro 2010
Casa Pia: Interposição de recurso permite que condenados fiquem em liberdade	Misto	3 de Setembro 2010
Alterações penais polémicas	Misto	3 de Setembro 2010
"Não vou ter medo de os olhar na cara"	Emotivo	3 de Setembro 2010
Processo Casa Pia andarà mais três anos em tribunal	Informativo	3 de Setembro 2010
Quem é quem no caso Casa Pia	Informativo	3 de Setembro 2010
Quem é quem no caso Casa Pia	Informativo	3 de Setembro 2010
Vítima confessa ansiedade e nervosismo	Emotivo	3 de Setembro 2010
Casa Pia: Factos criminais provados contra os sete arguidos	Informativo	3 de Setembro 2010
Áudio: "Para as vítimas a sentença é um lavar de alma"	Emotivo	3 de Setembro 2010
Áudio: Arguidos indignados com penas continuam a alegar inocência	Emotivo-Informativo	3 de Setembro 2010
Topo flash casa pia	Interpretativo	3 de Setembro 2010
Casa Pia: Decisão ouvida hoje, após quase seis anos de julgamento	Informativo	2 de Setembro 2010

Casa Pia: Decisão de hoje não será ponto final e caminho dos recursos será “longo”	Emotivo-Interpretativo	2 de Setembro 2010
O megaprocesso em números	Informativo	2 de Setembro 2010
Casa Pia: Gertrudes Nunes absolvida	Informativo	2 de Setembro 2010
Casa Pia: Jorge Ritto condenado a seis anos e oito meses de prisão efetiva	Informativo	2 de Setembro 2010
Casa Pia: Manuel Abrantes condenado a cinco anos e nove meses de prisão efetiva	Informativo	2 de Setembro 2010
Casa Pia: Carlos Silvino condenado a 18 anos de prisão efetiva	Informativo	2 de Setembro 2010
Casa Pia: Carlos Cruz condenado a sete anos de prisão efetiva	Informativo	2 de Setembro 2010
Casa Pia: Hugo Marçal condenado a seis anos e dois meses de prisão efetiva	Informativo	2 de Setembro 2010
Principais datas do processo	Informativo	2 de Setembro 2010
Juizes: Acórdão da Casa Pia pode ajudar a credibilizar a Justiça- Noronha Nascimento e Bravo Serra	Interpretativo	2 de Setembro 2010
Casa Pia: Media mobilizam dezenas de jornalistas e "especiais" para leitura do acórdão	Informativo	2 de Setembro 2010
Vários jovens da Casa Pia tentaram suicídio após denúncia de abusos	Emotivo	31 de Setembro 2010
Reforma penal de 2007 ficou marcada pela investigação Casa Pia e vai marcar eventuais penas	Informativo-Interpretativo	31 de Setembro 2010

Vocabulário utilizado e significado

O vocabulário é o ponto de contacto entre o jornalista e o *web-leitor*, é ele que revela as intenções do jornal e do profissional que escreve para o mesmo. Quando um facto é noticiado são utilizadas as palavras que, para o jornalista, melhor se adaptam aquele facto, melhor o transmitem e mais impacto lhe causam de forma a espelhar a sua visão dos acontecimentos. Na

nossa análise específica centramo-nos, especialmente, nas palavras que remetem para a negatividade, referência a pessoas de elite, notoriedade, dramatização e conflito.

Sendo este um caso que se tornou especialmente mediatizado por envolver personalidades com alguma notoriedade social, bem-postos profissionalmente e com um nível considerado de classe média-alta e alta, remete-nos para o valor-notícia relativo a referências de elite. A dramatização aplica-se na questão mais sensível e emocional especialmente direccionada para as vítimas aliando a negatividade uma vez que o reforço deste tema se centra em questões negativas e com o lado mais obscuro de vidas camufladas pela posição profissional. A questão do conflito, apesar de poder ser equiparada à negatividade, consideramos relevante considera-lo uma vez que o abuso sexual, a pedofilia e a pornografia se associam a um desvio de norma que representa uma ruptura com a ordem social. Esta análise permitir-nos-á entender a forma como os dois jornais transmitiram a informação ao seu público *online*.

- a) **Negatividade:** A negatividade é um dos valores-notícia mais presentes nas notícias, é o valor mais destacado e proeminente e relaciona-se com factores negativos e que alimentam a curiosidade dos leitores. Tendo em conta que a questão da leitura do acórdão da sentença Casa Pia apresenta, por si mesmo, elementos que conferem às notícias um carácter negativo, pretendemos analisar a forma como os dois jornais em análise exploraram esta negatividade com recorrência a palavras que nos destaquem a mesma. Destacamos, deste modo, a palavra “cadeia”, “pornografia”, “pedofilia” e “abusos sexuais”. Fizemos assim o levantamento do número de vezes que essas palavras foram utilizadas pelos dois jornais em análise.

A palavra mais frequente ao longo das notícias é a que remete para a acção cometida, “abusos sexuais”, é frequente vermos a aplicação da mesma na maioria das notícias analisadas uma vez que realça o aspecto fundamental do crime, isto é, que se trata de uma prática contra outra pessoa sem o consentimento e com carácter sexual. Relativamente à palavra “pedofilia” está presente cinco vezes. O uso desta palavra acontece com pouca frequência e nos cinco casos não é uma opção directa do jornalista, encontramos esta palavra em citações: “Gostaria que essas pessoas deixassem de ser médicos, pois a medicina é uma prática que não se compadece com um crime hediondo como é a pedofilia”; num texto de opinião, “Neste processo, conseguiu-se que o hediondo crime de pedofilia deixasse a impunidade e fosse visto como inevitável, numa instituição de menino pobres e marginalizados socialmente”; em duas notícias e em uma reportagem. A referência à pornografia, apesar de aparecer apenas uma vez, confere automaticamente um carácter negativo à notícia. Por último achamos relevante analisar o uso da palavra “cadeia” que se encontra presente em sete notícias em detrimento da palavra “prisão”. O Jornal de Noticias faz o recurso à palavra “cadeia” para se referir a questões de condenação, por exemplo: “O médico foi ontem condenado no Campus de Justiça a sete anos de cadeia e a pagar indemnizações às vítimas do processo Casa Pia.”; “O tempo de cadeia ditado pela juíza

Ana Peres não vai ser, na verdade, aquele que os seis arguidos vão cumprir”; “Não obstante as pesadas penas, associadas ao abuso sexual de menores, nenhum dos arguidos fica na cadeia.”

Tabela 14: Análise das palavras de negatividade no jornal *online* Jornal de Notícias:

Negatividade	Jornal de Notícias
Abusos sexuais	35
Pedofilia	5
Pornografia	1
Cadeia	7

Relativamente ao jornal “Público” emprega “abusos sexuais” cinquenta e cinco vezes. Nesta questão é inevitável fugir ao uso da mesma uma vez que define o cerne do crime em análise. A questão da pornografia é a mesma do Jornal de Notícias onde aparece em ambos os jornais uma única vez e porque parte da agência noticiosa Lusa.

O “Público” faz um maior recurso à questão da “pedofilia”. O uso desta palavra acontece quando o jornalista fala nas condenações e no motivo das mesmas, exemplo: “Durante as audiências foram apurados factos que deram origem a outros processos também relacionados com actos de pedofilia”; em citações, «“Não tinha grandes opções de ensino, porque nesta área não há oferta, mas não pus em causa a escolha. O caso [de pedofilia] nem me passou pela cabeça!”»; «“Gostaria que essas pessoas deixassem de ser médicos, pois a medicina é uma prática que não se compadece com um crime hediondo como é a pedofilia”». Esta última aparece em ambos os jornais porque parte da mesma fonte, da agência Lusa. No que diz respeito à palavra “cadeia”, esta aparece nas “revistas de imprensa” do Jornal de Notícias e quando utilizada pelo próprio jornalista do Público acontece de forma a fugir à repetição da palavra “prisão”.

Acrescentamos ainda que em ambos os jornais a referencia a palavras como “sentença”, “julgamento”, “prisão”, “arguidos” e “crime” acontece com muita frequência uma vez que quando se trata de um alegado crime automaticamente se recorre às mesmas para falar sobre o facto.

Tabela 15: Análise das palavras de negatividade no jornal *online* Público:

Negatividade	Público
Abusos sexuais	55
Pedofilia	11
Pornografia	1
Cadeia	9

- b) **Dramatização:** Este é um dos valores-notícia mais considerados no momento da selecção de uma notícia, apesar de uns meios de comunicação o valorizarem mais que outros. A dramatização reforça os aspectos mais emocionais e mais conflituosos dos factos e neste caso específico em análise, as palavras que mais reforçam o lado emocional estão associadas às vítimas. Destacamos as palavras «medo», «vitima», «sofrimento», «culpado», «suicídio» e «condenado».

Nesse caso a dramatização encontra-se muito mais presente nos Jornal de Noticias uma vez que recorre a palavras como «sofrimento» e «suicídio» chegando mesmo a empregar a segunda num título, “Vários jovens da Casa Pia tentaram suicídio após denúncia de abusos”, é ainda nesta notícia que recorrem ao uso da mesma de modo a dramatizar mais a notícia como podemos confirmar através do exemplo, “Várias vítimas da pedofilia na Casa Pia tentaram o suicídio após denunciarem os abusos.”, “estas tentativas de suicídio resultaram do “desespero” que os jovens sentiram.”, “Um dos casos foi especialmente grave, pois o jovem em causa tentou o suicídio duas vezes e com alguma gravidade”. Relativamente à palavra “sofrimento” não se trata da opção do jornalista mas antes do autor de um texto de opinião que a utiliza de forma a reforçar a dor das vítimas, “Não se consegue imaginar o sofrimento das 32 vítimas”; “O destaque dado em quase exclusivo (ressalva-se a SIC Notícias) foi o absoluto desrespeito pelo sofrimento das vítimas, pelo trabalho do tribunal e uma falta de bom senso que é dificilmente entendível.”

Decidimos analisar e inserir na questão da dramatização a palavra “vitima” e “condenado”, palavras que facilmente são utilizadas em casos criminais no entanto o recurso exaustivo e muitas vezes usado para reforçar algo dramatiza mais os factos. No caso do Jornal de Noticias a utilização da palavra “vitima” acontece quarenta e sete vezes, sendo que a palavra “condenado” se encontra presente cinquenta e sete vezes. Esta última palavra, além do corpo de texto, aparece ainda muito presente em títulos, apresentamos alguns exemplos: “Ferreira Diniz diz ter sido acusado de uma coisa e condenado por outra”; “Condenados mas ninguém vai preso”; “Médico Ferreira Diniz condenado a sete anos de prisão”; “Jorge Ritto condenado a seis anos e oito meses de prisão efectiva”; “Manuela Abrantes condenado a cinco anos e nove meses de prisão efectiva”; “Carlos Cruz condenado a sete anos de prisão efectiva”. Como podemos concluir o recurso à palavra “condenado” nos títulos serve como foco de atenção para atrair o leitor.

No que diz respeito à empregabilidade da palavra “vítimas” temos a sua presença quarenta e sete vezes. A palavra “vítimas” aparece com frequência ao longo das notícias sempre associada aos “condenados” e apesar de ser utilizada em alguns títulos não aparece com tanta frequência como a anterior.

Tabela 16: Análise palavras de dramatização no jornal *online* Jornal de Notícias:

Dramatização	Jornal de Notícias
Medo	5
Vitimas	47
Sufrimento	2
Suicídio	4
Condenado/a	57

No Público o recurso a palavras como «sofrimento» e «suicídio» simplesmente não existe. A palavra “medo” encontra-se presente sete vezes, duas vezes numa notícia acerca de Carlos Cruz, numa citação do mesmo: «“Não sou covarde, luto pela verdade e não tenho medo de me prejudicar. Não tenho medo de ser prejudicado por dizer a verdade”, continuou, assegurando que a sua luta não acabou. “Vou começar uma luta para provar a minha inocência a melhorar a justiça em Portugal”», e em duas reportagens da seguinte forma: “Ou cabeças grisalhas espreitando pelas janelas, olhos semicerrados de avidez, desprezo e medo, procurando a presa como se vasculhassem os despojos e uma catástrofe.”; «“Tinham uma vida boa, estragaram-na por causa disto. Não tenho ódio. Nem tenho medo de nada”».

A palavra “vítimas” e “condenado” são as que aparecem com maior frequência. A palavra “vítima” encontra-se presente num título relativo a Carlos Cruz, “Carlos Cruz diz-se “vítima de uma monstruosidade jurídica”, este título recorre às palavras de Carlos Cruz o único título que usa o termo “vítima” sem ser relativo aos antigos alunos da Casa Pia. O “Público” recorre ainda a esta palavra em títulos: “Sentença foi o ponto final que as vítimas pediam”; “Condenados vão pagar entre 15 a 25 mil euros de indemnizações às vítimas”; “Como contar à namorada que eu era uma das vítimas da Casa Pia”. Ao longo do texto existem numerosas referências a esta palavra como forma de se referirem aos alegados jovens que sofreram com este crime, esta palavra é usada em substituição da personalização, isto é, a maioria dos jovens mantiveram-se em anonimato e esta foi a forma dos jornais para se referirem aos mesmos. São setenta e uma vez que temos a presença da palavra “condenados” utilizada para reforçar as consequências do crime por parte dos arguidos. Destacamos alguns títulos onde se encontra presente: “Hugo Marçal considera que já está condenado e anuncia que vai recorrer”; “Recursos permitem que condenados fiquem em liberdade”; “Manuel Abrantes condenado a cinco anos e nove meses de prisão”; “Carlos Cruz condenado a sete anos de prisão”; “Carlos Silvino condenado a 18 anos de prisão”. Apesar destes exemplos concluímos que o jornal *online* “Público” utiliza com menos frequência esta palavra em títulos relativamente ao Jornal de Notícias.

Tabela 17: Análise de palavras de dramatização no jornal *online* Público:

Dramatização	Publico
Medo	7
Vitimas	63
Sufrimento	0
Suicídio	0
Condenado/a	71

- c) **Referências a pessoas de elite:** As notícias valorizam as personagens de elite e quando personagens com um determinado nível se envolvem em escanda-los a notícia atinge uma mediatização superior, especialmente quando se trata de casos com este nível de gravidade e envolvendo alegados abusos sexuais de menores. Deste modo, analisamos as vezes que o nome dos envolvidos foi referida. Carlos Cruz, Hugo Marçal, Ferreira Diniz, Jorge Ritto e Manuel Abrantes são pessoas consideradas de elite, uns por serem conhecidos do público, como o caso de Carlos Cruz e outros por ocuparem cargos relevantes.

Carlos Cruz, uma das personalidades mais conhecidas da rádio e televisão portuguesa, alegou desde sempre inocência e tentou provar por todos os meios essa inocência, acabou condenado a sete anos de prisão apesar de ter sido activamente defendido pelos seus advogados Sã Fernandes e Serra Lopes que sempre se serviram das contradições das alegadas vítimas. Ao ex-apresentador o Ministério Público imputa três crimes de abuso sexual de menores dependentes.

Hugo Marçal é advogado, começou por se envolver no processo enquanto advogado de defesa de Carlos Silvino e acabou feito arguido acusado, tal como Carlos Silvino, de organizarem a angariação dos menores abusados. Hugo Marçal foi condenado por três crimes a seis anos e nove meses de prisão.

João Ferreira Diniz é médico, foi condenado a sete anos de prisão, chegou a dizer-se envolvido neste processo por ter conhecimento de factos mais obscuros da vida de pessoas influentes e apesar de ter acolhido um jovem da Casa Pia alega inocência e serve-se das incongruências por parte das testemunhas que o apontam como um dos abusadores.

Jorge Ritto é um embaixador reformado, a defesa admitiu que o antigo embaixador manteve relações com menores de idade, mas com idade superior a dezasseis anos. Foi condenado a seis anos e nove meses de prisão.

Manuel Abrantes é o ex-provedor-adjunto da Casa Pia, admite que existam casos de abusos sexuais dentro da instituição mas que os protagonistas não se encontram nos arguidos. Manuel Abrantes foi condenado a cinco anos e nove meses de prisão.

No Jornal de Noticias Carlos Cruz é referenciado quarenta e cinco vezes superando os restantes arguidos uma vez que este foi o nome mais sonante do processo. O médico Ferreira

Diniz é referido vinte e seis vezes, enquanto que Jorge Ritto e Manuel Abrantes aparecem ambos doze vezes.

Tabela 18: Referencia a pessoas de elite no jornal *online* Jornal de Noticias:

Referencia a Pessoas de elite	Jornal Noticias
Carlos Cruz	45
Hugo Marçal	13
Ferreira Diniz	26
Jorge Ritto	12
Manuel Abrantes	12

Em relação ao jornal “Público” Carlos Cruz é igualmente o que aparece mais vezes citado, num total de noventa e quatro vezes. Hugo Marçal e Ferreira Diniz encontram-se quarenta e sete vezes, Jorge Ritto trinta e quatro e Manuel Abrantes trinta e nove.

Tabela 19: Referência a pessoas de elite no jornal *online* Público:

Referencia a Pessoas de elite	Publico
Carlos Cruz	94
Hugo Marçal	47
Ferreira Dinis	47
Jorge Ritto	34
Manuel Abrantes	39

- d) **Verbos e Tempos verbais:** No jornal Publico os verbos mais utilizados referem-se ao estado do julgamento relativamente aos arguidos: “condenar”, “culpar”, “acusar”, “julgar”, “abusar” no particípio passado. Exemplo: “Médico Ferreira Diniz, condenado a sete anos de cadeia, vai pedir a anulação do acórdão.”; “os crimes pelos quais foi condenado”; “é acusado e pelos quais foi condenado foram cometidos servindo-se da sua condição profissional.”; “Ferreira Diniz foi condenado”; “Foi ainda condenado a indemnizar”; “que foi condenado em tribunal”; “Carlos Silvino ser condenado”; “acabou por ser condenado apenas por dois.”; “Carlos Cruz foi condenado”; “Manuel Abrantes foi condenado”; “teria abusado”; “terem abusado sexualmente”; “aos jovens que o acusam de ter abusado”; “sobre a acusação de ter abusado”; “mas nunca foi abusado; começou a ser abusado”; “é acusado e pelos quais foi condenado”; “inicialmente estar

acusado”; “de que fui acusado”; “Cruz foi preso”, “acusado de ter abusado sexualmente”; “acusado de ter cometido abusos sexuais”; “como culpado”; “considerado culpado”; “Jorge Ritto culpado”; “não sou culpado”; “não quer dizer que seja culpado”.

Temos ainda presente no corpo do texto verbos que se destacam no futuro como o verbo “pagar”. Exemplos: “vão ter de pagar indemnizações”; “terá de pagar”; “foi condenado a pagar”; com uma chamada de título “Condenados vão pagar entre 15 e 25 mil euros de indemnizações às vítimas”.

Do mesmo modo também encontramos alguns verbos no pretérito perfeito que se refere a um facto passado concluído. Exemplos: “porque condenou cada crime”; “o tribunal que o condenou”; “que condenou seis dos sete arguidos”; “considerou provado”; “considerou que”; “O tribunal considerou”; “já considerou”; “que julgou o caso”.

Relativamente aos títulos predomina o presente do indicativo que confere maior actualidade à notícia. Exemplos de títulos no presente do indicativo: “Tribunal determina pena de sete anos de prisão efectiva para Ferreira Diniz”; “Hugo Marçal considera que já está condenado e anuncia que vai recorrer”; “Hugo Marçal considera que já está condenado e anuncia que vai recorrer”; “Arguidos chegam ao Campus de Justiça rodeados por batalhão de jornalistas”. Exemplo verbos no futuro: “Ministério Público só tomará medidas sobre julgamento da Casa Pia após conhecimento do acórdão”

O recurso ao pretérito mais que perfeito acontece num título: “Carlos Cruz: “Sou igual àquilo que vocês conheceram e não deixarei de o ser”. Este tempo verbal é utilizado para falar numa acção pretérita concluída antes de outra acção do passado ter sido iniciada. O futuro também aparece conjugado, “Ministério Público só tomará medidas sobre julgamento da Casa Pia após conhecimento do acórdão”; “Todos os arguidos com crimes provados, sentença deverá ser conhecida nas próximas horas”.

O recurso ao participio passado, tal como no corpo de texto, encontra-se igualmente em destaque nos títulos. Exemplos: “Carlos Silvino condenado a 18 anos de prisão efectiva”; “Todos os arguidos com crimes provados, sentença deverá ser conhecida nas próximas horas”; “Provados crimes praticados pelos sete arguidos”; “Manuel Abrantes condenado a cinco anos e nove meses de prisão”; “O que mudou na Casa Pia oito anos após o escândalo”.

O recurso ao pretérito perfeito é utilizado no título «“A justiça não ficou melhor nem pior depois da Casa Pia”». O pretérito imperfeito encontra-se igualmente presente nos títulos, temos a exemplo “Disseram-lhes que mentiam. Mas o tribunal deu-lhes ontem razão”; “Sentença foi o ponto final que as vitimas pediam”; «“Como contar à namorada que eu era uma das vítimas da Casa Pia”»

O Jornal de Noticias destaca igualmente verbos como: condenar, provar, considerar, acusar. Os verbos predominam no participio passado e no presente do indicativo. Exemplo verbos no participio passado: “a ser condenado”; “O processo Casa Pia foi dado”; “onde foi julgado”; “depois de cumprido”; “que foi condenado”; “pelos quais foi condenado”; “estar a ser condenado”; “ter sido detido”. Relativamente ao presente do indicativo temos a título de

exemplo: “por período considera”; “o juiz considera”; “exagera nas comparações”; “considera que a manter-se”;

O pretérito imperfeito também se encontra presente no corpo de texto, temos a título de exemplo: “regressava ao plenário”; “onde prova”; “onde ficava”; “se encontrava”.

O pretérito perfeito salienta-se em algumas notícias. Exemplo: “cerrou fileiras”; “saiu em defesa”; “o processo ganhou”; “divulgou alguns vídeos”.

No pretérito mais que perfeito encontramos exemplos como: “todos estiveram”; “se viram privados”; “os seis arguidos foram”; “jovens que decidiram”; “que revelaram”; “que lhe valeram”. Este tempo verbal é utilizado de forma a conferir a denotação de uma acção anterior a outra já passada, ou enquanto substituição de carácter estilístico, dos verbos no futuro do pretérito do modo indicativo e no pretérito imperfeito do modo subjuntivo.

Relativamente aos tempos verbais presentes nos títulos domina o presente do indicativo e o particípio passado, sendo que temos presente variedade de tempos verbais como pretérito perfeito, Pretérito imperfeito, particípio passado e presente conjuntivo

O presente do indicativo indica a acção no momento e é utilizado de forma a conferir maior actualidade às notícias. O Jornal de Noticias recorre com frequência à utilização deste tempo verbal nos títulos em análise. Exemplos: “Prisão preventiva reduz penas a condenados do Casa Pia”; “Ordem dos Médicos reactiva processo disciplinar contra Ferreira Diniz”; “Marinho Pinto considera “exagerada” referência de Carlos Cruz a tribunais plenários”; “Casa Pia: Ordem dos Médicos reativa processo disciplinar contra Ferreira Diniz que pode ser impedido de exercer”; “Juizes afastam tese de manipulação das vítimas”; “Casa Pia: Interposição de recurso permite que condenados fiquem em liberdade”; “Casa Pia: Media mobilizam dezenas de jornalistas e “especiais” para leitura do acórdão”.

O particípio passado é igualmente preponderante nos títulos deste jornal. Exemplos: “Ferreira Diniz diz ter sido acusado de uma coisa e condenado por outra”; “Caso destacado nos sites internacionais e seguido no Twitter”; “Casa Pia: Factos criminais provados contra cinco arguidos”; “Casa Pia: Médico Ferreira Diniz condenado a 7 anos de prisão”; “Casa Pia: Jorge Ritto condenado a seis anos e oito meses de prisão efectiva”; “Casa Pia: Manuel Abrantes condenado a cinco anos e nove meses de prisão efectiva”; “Casa Pia: Carlos Cruz condenado a sete anos de prisão efectiva”.

O presente do conjuntivo encontra-se presente num título: “Casa Pia: Interposição de recurso permite que condenados fiquem em liberdade presente conjuntivo”. O pretérito perfeito também consta em alguns títulos, como por exemplo: “Casa Pia: Ministério Público ainda não decidiu se recorre”; “Casa Pia: Começou leitura do acórdão”; “Reforma penal de 2007 ficou marcada pela investigação Casa Pia e vai marcar eventuais penas”.

Tanto o jornal online Publico, como o Jornal de Noticias recorrem com maior frequência ao particípio passado, este verbo é considerado uma forma nominal, ou seja, substitui o nome, e apresenta a ideia de uma acção concluída. Neste caso apresenta a ideia de um crime condenado e encerrado. O presente do indicativo é igualmente utilizado, tanto em títulos como em corpo de texto, com frequência, ele confere actualidade à informação e o facto de estar a

ser facultada no momento da ocorrência.

- e) **Adjectivos, advérbios e figuras de estilo:** As notícias relacionadas com crime são mais propícias ao recurso de adjectivos, advérbios e figuras de estilo de modo a enriquecer a notícia e a incrementar mais o seu aspecto dramático, este recurso confere mais emotividade à informação de modo a atrair mais o leitor.

O jornal Público recorre a adjectivos como “condenado”, “provados”, “longo”, “importante”, “jovem”, “principal”, “medo”. Com presença de advérbios: “hoje”, “tarde”, “manhã”, “nunca”; e de substantivos expressivos: “vitimas”; “crime”; “abuso”; “pedofilia”, “fuga”, “prisão”, “sentença”, “julgamento”.

No caso do Jornal de Noticias o panorama estilístico não é muito distinto. Apesar dos dois jornais apresentarem um registo diferente, neste caso específico a forma como predominam advérbios de tempo, substantivos expressivos e adjectivos vai de encontro nos dois. Em relação ao uso de adjectivos destacamos: “condenado”, “provado”, “medo”. Nos advérbios apontamos a presença de advérbios de tempo: “hoje”, “ontem”, “onde”. O Jornal de Noticias é recorre a substantivos mais expressivos e com mais impacto- “esperança”, “liberdade”, “terrivelmente”, “investigação”, “julgado”, “julgamento”, “inocentes”, “pressão”, “vitimas”, “crime”, “abuso”, “pedofilia”, “cadeia”.

- f) **Figuras de estilo:** As figuras de estilo são recursos linguísticos que tornam a linguagem da notícia mais expressiva e sugestiva, deste modo analisamos as notícias dos dois jornais de modo a diferenciar algumas das figuras de estilo encontradas.

No “Público” encontramos o recurso à personificação, a atribuição de comportamentos humanos a coisas que não o são, exemplo «“Quando a justiça se preocupa demasiado com a credibilidade exterior, deixa de ser justiça”», “responsabilizou ainda a Casa Pia pelos abusos sexuais dos seus alunos”. A hipérbole, que consiste no exagero da realidade, também se encontra presente: «“uma gota no oceano”»; «“Sentença representa reino das trevas”»; “rodeados por um batalhão de jornalistas”. A presença da perífrase, que consiste em dizer por muitas palavras o que se pode dizer por uma, acontece no exemplo: «“Eram pessoas levadas lá, com sinais óbvios de tortura, torturadas dias e dias, noites e noites, espancadas”».

Na análise das figuras de estilo deste jornal destacamos o uso, especialmente em reportagens, do eufemismo, que consiste em dizer de forma suave uma ideia ou facto mais desagradável. A título de exemplo temos os seguintes excertos: “As actividades começam ao fim da tarde. Até lá, o Parque Eduardo VII é um lugar insuspeito. Mas ao pôr-do-sol coisas estranhas acontecem. Sentem-se movimentações a noroeste, algumas marcações de posição a sudeste. Funciona como um parque de diversões muito bem gerido. O programa é rico e variado, pelo que a organização é fundamental. Tudo tem de começar a horas, não há lugar para improvisos.”; “A

nordeste e a sudeste, em frente ao abandonado Pavilhão Carlos Lopes, futuro Museu do Desporto, instala-se a loucura. Os profissionais cedem a vez aos amadores. Surgem homens de todos os lados, embrenham-se na vegetação. Uns conhecem-se, outros não, mas ninguém perde tempo em preliminares. As pessoas (de todo o tipo, desde que sejam homens e homossexuais) encontram-se e enfiam-se atrás de um arbusto. Ou à frente dele, quando os melhores lugares estão ocupados. É uma espécie de quarto escuro ao ar livre.”; “É como se tudo isto fosse um festival de Verão, com vários palcos e silêncio em vez de música, e estivesse prestes a começar o último espectáculo. Mas este não é aconselhado a menores.”. Por fim analisamos o recurso estilístico que sugere o contrário do que se está a dizer, ou seja, a ironia: “As profissões mais honestas, por assim dizer.”

No que concerne ao Jornal de Notícias destacamos o recurso à ironia, especialmente nos textos de opinião, “E tu? De que és inocente?”; “engrossar a chorosa lista de inocentes de que, como se sabe, estão cheios tribunais e cadeias de todo o Mundo.”; “condenação (por crimes que, obviamente, nenhum deles cometeu)”;

“para obter a condenação dos juizes que os condenaram e, se não for pedir muito, das vítimas que lhes “fizeram mal”. A personalização também se encontra presente nas notícias deste jornal, “foram todas cirurgicamente seleccionadas”; “deram origem a um “monstro” de papel e registos magnéticos”.

O Jornal de Noticias recorre ainda a figuras de estilo como a antítese, hipérbole, disfemismo e anástrofe. A antítese consiste na apresentação de um contraste entre duas ideias, o disfemismo trata de dizer de forma mais violenta aquilo que podia ser dito de uma forma mais suave, enquanto que a anástrofe consiste na inversão directa da ordem das palavras. “surpresa e desalento.”; “O PS tremeu mas resistiu” (antítese); «“You até ao fim do mundo com os recursos possíveis”»;

“milhares de horas de sessão”, (hipérbole); “são internadas numa casa onde impera a impunidade das mais brutais violências contra crianças abandonadas pela sorte”; “vítimas de vida marcada para sempre pela desgraça que as leva a ter uma instituição como casa”, (disfemismo); “pesadas penas”, (anástrofe).

Através da análise relativa às figuras de estilo, concluímos que estas são mais utilizadas e facilmente distinguidas quando se tratam de reportagens e textos de opinião de forma a enriquecer mais os textos e os tornar mais apelativos.

Conclusão

Os *fait-divers* e as histórias que envolvam aspectos dramáticos despertam cada vez mais o interesse dos meios de comunicação e da própria sociedade uma vez que representam, de certo modo, aquilo em que se traduz a realidade social actual e que levam a comunidade a reflectir sobre os aspectos mais relevantes e importantes da sociedade. Neste sentido importa analisar a relevância que os meios de comunicação possuem na representação social e a forma como os mesmos a influenciam.

Os meios de comunicação, cujo objectivo primordial consiste em informar, começam a desvalorizar temas mais elementares em preferência de informação espectáculo. A vida privada, as questões relacionadas com escândalos e violência, os casos bizarros e dramáticos são valorizados pelos leitores e conseqüentemente pelos meios de comunicação que lhes facultam o que as audiências querem consumir. As estrelas de cinema, os cantores famosos, as figuras de elite, passam a fazer parte do alvo do jornalista que valoriza a vida privada das pessoas e a torna pública envolvendo a esfera pública na esfera privada.

O crime é o ponto forte a favor dos meios de comunicação, é esta temática que mais desperta no público interesse e que despoleta uma caça à informação abusiva. Os temas que envolvam um facto mais violento, sangrento, ou que atrepele os valores sociais são sobrevalorizados por toda a comunidade e apelam à atenção e interesse do leitor mexendo com a sua estabilidade emocional e com os receios subjacentes a essas informações. É este género informativo que confere lucro aos meios de comunicação de massas por explorarem os dramas sociais e a comoção do espectador/leitor. O sensacional, o improvável, o violento, atraem a atenção do público uma vez que além de ser algo que toda a gente gosta de saber, não necessita de um elevado nível de entendimento e se encontra acessível à compreensão de qualquer pessoa e nível cultural.

O sensacionalismo apesar de se encontrar associado ao jornalismo popular encontra-se cada vez mais presente nos meios de comunicação ditos de elite, uma vez que há a necessidade de se adaptarem às exigências do mercado e às preferências do público.

Com a Internet, e com o acesso mais facilitado à informação, os jornais necessitam de se aperfeiçoar às novas tecnologias de informação e passam a apostar no formato *online*, através do qual existe a possibilidade de manter o leitor constantemente informado. Os jornais, com a possibilidade do jornalismo *online*, actualizam a informação constantemente e têm a possibilidade de acompanhar um facto sempre que um pormenor novo se torna do conhecimento do jornalista. A informação pode ser dada segundo a segundo, minuto a minuto, dependendo da quantidade de informação que há para transmitir. O facto do acesso à informação estar mais acessível para o público leva o jornalismo a aproximar-se mais do interesse do público em detrimento dos valores chave da profissão.

O lado negativo da sociedade é um dos temas que mais envolve a comunidade e que mais se encontra de acordo com o interesse do público. A venda de jornais, o sucesso dos canais de televisão, o acesso a jornais *online* está dependente do aspecto melodramático das notícias e

dos casos em voga na sociedade.

Apesar da associação ao formato tablóide no que respeita a notícias que apelam ao lado mais emotivo, não podemos esquecer que ter conhecimento do estado da nossa sociedade e daquilo que hoje em dia acontece, ou pode acontecer, confere um aspecto pedagógico a este tipo de informação uma vez que proporciona ao leitor uma tenção redobrada com determinados factores.

No contexto criminal existem temas mais sensíveis que outros. Dependendo das variáveis o jornalista tem de ter uma maior sensibilidade no tratamento da informação de forma a não invadir ou não interferir demasiado com a dor das pessoas envolvidas. No que respeita ao crime nem sempre é fácil conciliar a forma como podemos transmitir a informação de modo a não prejudicar ainda mais as vítimas dos casos.

No que respeita ao caso em análise na nossa dissertação o mesmo poderia ser noticiado de diversas formas pelos meios de comunicação, especialmente na distinção que existe entre jornalismo popular e de referência, no entanto foi explorada a fundo por todos os meios de comunicação, fazendo parte exagerada do quotidiano. A elevada mediatização em volta do caso, a forma como foi noticiado, causou contrariedades e desvalorizou alguns aspectos importantes como o tratamento dado às vítimas. O Processo Casa Pia, que envolve personagens de elite e crianças, durante anos foi o cerne da comunicação, sendo valorizada sempre que novos pormenores, ou antigos, eram referidos.

O caso da leitura do acórdão da sentença Casa Pia, levanta questões relacionadas com a temática do crime e da negatividade que se torna interessante aprofundar uma vez que lida com aspectos imorais incompatíveis com as normas sociais vigentes e com os valores morais estipulados. Este crime envolve aspectos sensíveis e que não passam impunes na opinião pública uma vez que envolve alegadas violações e abusos sexuais a crianças e jovens de uma instituição com figuras públicas e conhecidas da comunidade.

Este caso tornou-se ainda mais mediático uma vez que envolveu a figura do ex-apresentador de televisão Carlos Cruz apontado como alegado pedófilo. As vítimas foram postas em segundo plano e a maioria optou pelo anonimato de modo a proteger-se dos meios de comunicação e de possíveis represálias conferindo espaço mediático aos alegados culpados.

A nossa análise empírica permitiu perceber que tanto o Jornal de Notícias como o Público deram mais espaço noticioso aos arguidos do que às alegadas vítimas. A análise quantitativa e qualitativa teve como principal objectivo estudar a forma como estes dois jornais, na sua vertente *online*, fizeram a cobertura da leitura do acórdão da sentença do Processo Casa Pia e como foram acompanhados os dias que a antecederam e que a procederam.

Os dois jornais deram elevada cobertura ao caso, especialmente no dia três e quatro de Setembro de 2010. O caso foi acompanhado de perto com notícias a serem actualizadas constantemente e com o web-leitor a ter a possibilidade de adquirir conhecimento directo do que se passava no momento da sentença, das reacções dos envolvidos e das penas aplicadas logo no momento da decisão. Ambos os jornais recorrem com frequência a fontes oficiais, sendo as não oficiais mínimas em função do número de notícias analisadas, os arguidos foram também

eles fontes de informação e destaque noticioso. O maior destaque dado às vítimas relaciona-se com as reportagens mais emotivas e descritivas que mexem com os sentimentos do receptor da informação. Os próprios elementos multimédia, mais utilizados e melhor aproveitados pelo Jornal de Notícias conferiam maior destaque aos arguidos, no entanto o mesmo jornal é o que maior referência concede às vítimas, facultando áudio e vídeos, entrevistas e reportagens sobre as mesmas e conferindo destaque aos sentimentos relativamente às decisões do tribunal e envolvendo o leitor no sofrimento dos alegados abusados. Os jornais *online* possibilitam ao web-leitor uma actualização constante e um maior envolvimento com o jornal, conferindo a possibilidade de comentar, uma ferramenta aproveitada e utilizada pelos leitores das notícias em análise.

Relativamente à análise qualitativa as diferenças não são tão extremas quanto pensávamos encontrar. Ambos os jornais se utilizam de adjectivos idênticos e de uma linguagem que reforça o aspecto criminal, de julgamento, de transgressão, de prisão e condenação por um crime cometido e que acaba por ser sentenciado e julgado. Nesta etapa fizemos um estudo do vocabulário utilizado pelos jornalistas dos dois jornais, onde nos centramos especialmente na questão das referências de elite, dramatização e conflito.

Deste modo, podemos concluir que as diferenças entre o jornalismo *online* de referência e popular não são tão salientes quanto esperávamos, adiantamos ainda que o Jornal de Notícias faz um recurso muito mais aproveitado das potencialidades dos elementos multimédia do que o próprio Público, usufruindo de áudios, vídeos, entrevistas e fotografias actuais e não repetidas como temos no segundo jornal.

Bibliografia

Agrimani, Danilo; *Espreme que sai sangue: um estudo de sensacionalismo na imprensa*, Summus, São Paulo, 1995

Alves, José; *O poder da Comunicação*, Casa das Letras, Cruz Quebrada, 2005

Arendt, Hannah; *A condição Humana*, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 2001

Baudrillard, Jean; *A Sociedade de Consumo*, Edições 70, Lisboa, 1991

Bauman, Zygmunt; *Comunidade: a busca por segurança no mundo actual*, Jorge Zahar, Editor, Rio de Janeiro, 2003

Brandão, Nuno; *O Espectáculo das Notícias - A televisão generalista e a cobertura dos telejornais*, Editorial Notícias, Lisboa, 2002

Cádima, Francisco Rui, *Os Desafios dos Novos Media - A nova ordem política e comunicacional*, Lisboa, Editorial Noticias, col «Media & Sociedade», 1999

Cardoso, Gustavo; Espanha, Rita; *Comunicação e Jornalismo na Era da Informação*, Campo das Letras, 2006

Carvalho, Alberto; *Legislação Anotada da Comunicação Social*, Casa das Letras, Lisboa, 2005

Castells, Manuela; *The Rise of the Network Society - The information Age: Economy, Society and culture*, Blackwell Publishers Ltd, Oxford, 1996

Correia, João Carlos; *Comunicação e Cidadania - Os Media e a Fragmentação do Espaço Público nas Sociedades Pluralistas*, Livros Horizonte, Lisboa, 2004

Correia, João Carlos; *Jornalismo e Espaço Público*, Estudos em Comunicação, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 1998

Correia, João Carlos; *Teoria e Critica do Discurso Noticioso: Notas sobre Jornalismo e Representações Sociais*, LabCom, Covilhã, 2009

Cruz, Carlos; *Preso 374*, Oficina do Livro, s/d

Dias, Jorge de Figueiredo; Andrade, Manuel da Costa; *Criminologia - O Homem Delinquente e a Sociedade Crimógena*, Coimbra Editora, 1997, 2ª reimpressão

Durkheim, Emile; *A divisão do Trabalho Social*, Volume II, 2ª edição, Lisboa, Editorial Presença, s/d

Durkheim, Emile, *As regras do método sociológico*, 9ª Edição, Queluz, Editorial Presença, s/d

Esteves, João Pissarra; *A ética da comunicação e os media modernos: legitimidade e poder nas sociedades complexas*, Lisboa, Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica,

Esteves, João Pissarra; *Espaço Público e Democracia*, Edições Colibri, Lisboa, 2003

Figueiredo, Ana; *Comunidade e Crime: O Discurso dos Media*, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2010

Fontecuberta, Mar de; *La noticia- Pistas para percibir el mundo, Paidós Papeles de Comunicación*, Barcelona, 1993

Galtung, Johan; Ruge, Mari; “A estrutura do noticiário estrangeiro. A apresentação das crises no Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros”, in Traquina, Nelson(org); *Jornalismo, Questões, Teorias e “Estórias”*, Veja, Lisboa, 1993

Goffman, Erving; *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, (4ª edição), LTC Editora, Rio de Janeiro, 1988

Habermas, Junger; *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Edições Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984

Hall, Stuart, et al; “A produção das notícias: o megging nos media”, in Traquina, Nelson (org); *Jornalismo, Questões, Teorias e “Estórias”*

Lopes, Rita; *Representação da Violência Quotidiana e do Crime nos Media Regionais*, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2006

McQuail, Denis; *Teoria da Comunicação de Massas*, Fundação Calouse Gulbenkian, Lisboa, 2003

Molotoch, Harvey; Lester, Marilyn; “As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos” in Traquina, Nelson(org); *Jornalismo, Questões, Teorias e “Estórias”*, Vega, Lisboa, 1993

Penedo, Cristina; *O crime nos Media: o que nos dizem as noticia quando nos falam de crime*, Livros Horizonte, Lisboa, 2003

Ponte, Cristina; *Crianças e Jovens em Notícias*, Livros Horizonte, Lisboa, 2009

Ponte, Cristina; *Leitura das Noticias: Contributos para uma análise do discurso jornalístico*, Livros Horizonte, Lisboa, 2004

Rodrigues, Adriano; “O acontecimento” in Traquina, Nelson (org); *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Veja, Lisboa, 1993

Silva; António José Lopes da; *Os Diários Generalistas Portugueses em papel e online*;

Saperas, Eric; *Os efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*, Edições Asa, Porto, 1993

Sousa, Jorge; *Introdução à Analise do Discurso Jornalístico Impresso- um guia para estudantes de graduação*, Letras Contemporâneas, Florianópolis, 2004

Traquina, Nelson (org); *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Veja, Lisboa, 1993

Traquina, Nelson; *A Tribo Jornalística: uma comunidade transnacional*, Editorial Noticias, Lisboa, 2004

Traquina, Nelson; *Jornalismo*, (1ª ed.), Quimera, Lisboa, 2002

Traquina, Nelson; “As notícias” in Traquina, Nelson (org); *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*

Tuchman, Gaye; “A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas” in Traquina, Nelson (org); *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Veja, Lisboa,1993

Wolf, Mauro; *Teorias da Comunicação*, Editorial Presença, Lisboa, 1987

Webgrafia

Amaral, Inês Albuquerque; *A interactividade na esfera do Ciberjornalismo*, Instituto Superior Miguel Torga, s/d in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/amaral-ines-interactividade-esfera-ciberjornalismo.pdf>, consultado a 5/3/2011

Aroso, Inês; *A Internet e o novo papel do jornalista*, 2011, in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/aroso-ines-internet-jornalista.pdf>, consultado a 12/3/2010

Bastos, Helder; Da implementação à estagnação, os primeiros quinze anos de ciberjornalismo em Portugal, Conferência “15 anos de Jornalismo online em Portugal”, UBI, 2010, in <http://www.slideshare.net/bactoc/15-anos-de-ciberjornalismo-em-portugal-3359834>, consultado a 19/3/2011

Brixius, Leandro José; Objectividade Jornalística: Um estudo a partir das rotinas de produção das editoras de política de Zero Hora e Correio do Povo, Unisinos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, s/d, in http://bdtd.unisinos.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=95, consultado a 27/12/2010

Canavilhas, João; Da pirâmide invertida à pirâmide deitada, Universidade da Beira Interior, s/d, in <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/files/others/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf>, consultado a 13/3/2011

Canavilhas, João; O domínio da informação-espectáculo na televisão; Universidade da Beira Interior, s/d, in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-televisao-espectaculo.html>, consultado a 17/4/2011

Canavilhas, João; Os Jornalistas online em Portugal, Universidade da Beira Interior, s/d, in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-jornalistas-online.pdf>, consultado a 19/4/2010

Canavilhas, João; WEBJORNALISMO Considerações gerais sobre o jornalismo na web, Universidade da Beira Interior, s/d in <http://www.bocc.uff.br/pag/canavilhas-joao-webjornal.pdf>,s/d, consultado a 16/3/2011

Correia, João Carlos; Os administradores de ilusões: espectáculo, subjectividade e ideologia na cultura mediática contemporânea, Universidade da Beira Interior, s/d, in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-os-administradores-de-ilusoes.pdf>, consultado a 16/4/2011

Correia, João Carlos; O Admirável Mundo das Notícias, Labcom, 2011 in http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110524-correia_manual_noticial.pdf, consultado a 18/6/2011

Correia, João Carlos; “Novo Jornalismo, CMC e esfera pública”, s/d in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-cmc-esfera-publica.pdf>, ed. Universidade da Beira Interior, consultado a 10/11/2010

Fidalgo, António; “O consumo de informação. Interesse e Curiosidade”, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2006, in <http://www.bocc.uff.br/pag/fidalgo-antonio-interesse-curiosidade-informacao.pdf>, consultado a 14/12/2010

Gradim, Anabela; Manual de Jornalismo, Universidade da Beira Interior, 2000, in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/gradim-anabela-manual-jornalismo-3.html#b57>, consultado a 23/3/2011

Machado, Helena; Santos, Filipe; Justiça e a imprensa- construção de dramas públicos e projecção de julgamentos mediáticos, s/d, in http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/352/334, consultado a 15/5/2011

Padilha, Sônia; A Internet, o Jornalismo e as Inquietações, Universidade da Beira Interior, Universidade Metodista de São Paulo, s/d, in <http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-padilha-internet.pdf>, consultado a: 8/3/2011

Ramonet, Ignacio; Tirania da Comunicação, Campo das Letras, 1999, versão digital, 2002, in http://jornalismouninove.com.br/livros/ignacio_ramonet_tirania_da_comunicacao.pdf consultado, a 16/4/2011

Resende, Isabel; Estudo encomendado pela Associação para o Desenvolvimento Economico(SEDES), Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, in <http://www.soj.pt/comunicacaosocial/jornais/200.pdf>, consultado 24/5/2011

Seligman, Laura; Cozer, Karis; “Jornais Populares de qualidade: Ética e sensacionalismo em um novo padrão do jornalismo de interior catarinense”, in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-jornais-seligman.pdf>, 2007,

in

http://jpn.icicom.up.pt/2007/05/03/informar_com_respeito_pelos_direitos_das_crianças_e_jovens_em_risco.html, consultado a 4/1/2011

Surette, Ray; Media, Crime, and Criminal Justice: Images and Realities, Belmont, CA: Thomson/Wadsworth, 1998, in <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/333.pdf>, consultado a 22/5/2011

Sites Online

Links de notícias consultados entre 16/5/2011 e 28/5/2008

http://www.publico.pt/Sociedade/ministerio-publico-so-tomara-medidas-sobre-julgamento-da-casa-pia-apos-conhecimento-do-acordao_1454566

http://www.publico.pt/Sociedade/pinto-monteiro-valoriza-especializacao-de-magistrados-para-ocupar-lugares-no-ministerio-publico_1454543

http://www.publico.pt/Media/revista-de-imprensa-destaques-do-correio-da-manha_1454464

http://www.publico.pt/Media/revista-de-imprensa-destaques-do-diario-de-noticias_1454460

http://www.publico.pt/Sociedade/passos-coelho-critica-duracao-do-processo-casa-pia-para-defender-mudancas-no-papel-do-estado_1454418

http://www.publico.pt/Sociedade/a-justica-nao-ficou-melhor-nem-pior-depois-da-casa-pia_1454393

http://www.publico.pt/Media/revista-de-imprensa-destaques-do-jornal-de-noticias_1454388

http://www.publico.pt/Media/revista-de-imprensa-destaques-do-correio-da-manha_1454387

http://www.publico.pt/Media/revista-de-imprensa-destaques-do-diario-de-noticias_1454386

http://www.publico.pt/Media/revista-de-imprensa-destaques-do-publico_1454385

http://www.publico.pt/Sociedade/casa-pia-ferreira-diniz-pode-ficar-proibido-de-exercer-medicina_1454335

http://www.publico.pt/Sociedade/marinho-pinto-critica-referencias-de-carlos-cruz-a-justica-pre25-de-abril_1454322

http://www.publico.pt/Sociedade/disseramlhes-que-mentiam-mas-o-tribunal-deulhes-ontem-razao_1454314

http://www.publico.pt/Sociedade/recursos-vao-manter-arguidos-em-liberdade_1454313

http://www.publico.pt/Media/revista-de-imprensa-destaques-do-jornal-de-noticias_1454308

http://www.publico.pt/Media/revista-de-imprensa-destaques-do-correio-da-manha_1454309

http://www.publico.pt/Media/revista-de-imprensa--destaques-do-diario-de-noticias_1454307

http://www.publico.pt/Media/revista-de-imprensa-destaques-do-publico_1454306

http://www.publico.pt/Sociedade/ferreira-diniz-vai-explicar-em-conferencia-de-imprensa-factos-concretos-que-levaram-a-sua-condenacao_1454283

http://www.publico.pt/Sociedade/recurso-permite-que-condenados-fiquem-em-liberdade_1454280

http://www.publico.pt/Sociedade/sa-fernandes-sentenca-representa-reino-das-trevas_1454273

http://www.publico.pt/Sociedade/carlos-cruz-dizse-vitima-de-uma-monstruosidade-juridica_1454271

http://www.publico.pt/Sociedade/sentenca-foi-o-ponto-final-que-as-vitimas-pediam_1454269

http://www.publico.pt/Sociedade/penas-aplicadas-sao-superiores-ao-minimo-pedido-pelo-ministerio-publico_1454265

http://www.publico.pt/Sociedade/penas-de-prisao-entre-cinco-anos-e-nove-meses-e-18-anos_1454260

http://www.publico.pt/Sociedade/condenados-vao-pagar-entre-15-e-25-mil-euros-de-indemnizacoes-as-vitimas_1454259

http://www.publico.pt/Sociedade/gertrudes-nunes-absolvida-no-processo-casa-pia_1454256

http://www.publico.pt/Sociedade/hugo-marcas-condenado-a-seis-anos-e-dois-meses-de-prisao-effectiva_1454257

http://www.publico.pt/Sociedade/tribunal-determina-pena-de-sete-anos-de-prisao-effectiva-para-ferreira-diniz_1454254

http://www.publico.pt/Sociedade/manuel-abrantes-condenado-a-cinco-anos-e-nove-meses-de-prisao_1454252

http://www.publico.pt/Sociedade/carlos-cruz-condenado-a-sete-anos-de-prisao_1454255

http://www.publico.pt/Sociedade/jorge-ritto-sentenciado-com-seis-anos-e-oito-meses-de-prisao_1454253

http://www.publico.pt/Sociedade/carlos-silvino-condenado-a-18-anos-de-prisao-effectiva_1454250

http://www.publico.pt/Sociedade/todos-os-arguidos-com-crimes-provados-sentenca-devera-ser-conhecida-nas-proximas-horas_1454244

http://www.publico.pt/Sociedade/hugo-marcas-considera-que-ja-esta-condenado-e-anuncia-que-vai-recorrer_1454234

http://www.publico.pt/Sociedade/advogado-de-carlos-cruz-lembra-que-falta-ouvir-fundamentacao-dos-crimes_1454231

http://www.publico.pt/Sociedade/carlos-cruz-sou-igual-aquilo-que-voces-conheceram-e-nao-deixarei-de-o-ser_1454227

http://www.publico.pt/Sociedade/casa-pia-policia-alarga-perimetro-de-seguranca-no-exterior-do-tribunal_1454226

http://www.publico.pt/Sociedade/pedro-namora-defende-que-recursos-devem-ser-esperados-na-cadeia_1454209

http://www.publico.pt/Sociedade/provados-crimes-praticados-pelos-sete-arguidos_1454198

http://www.publico.pt/Sociedade/juiza-nao-vai-ler-acordao-na-integra_1454189

http://www.publico.pt/Sociedade/sessao-da-leitura-da-sentenca-comecou-as-10h45_1454187

http://www.publico.pt/Sociedade/arguidos-chegam-ao-campus-de-justica-rodeados-por-batalhao-de-jornalistas_1454179

http://www.publico.pt/Sociedade/casa-pia-cronologia_1454159

http://www.publico.pt/Sociedade/prostituicao-de-menores-e-o-ultimo-acto-das-longas-noites-do-parque_1454158

http://www.publico.pt/Sociedade/cerca-de-40-recursos-podem-comprometer-decisao-final_1454156

http://www.publico.pt/Sociedade/seguranca-especial_1454155

http://www.publico.pt/Sociedade/leitura-do-acordao-marca-o-principio-do-fim-do-processo-da-casa-pia_1454152

http://www.publico.pt/Media/revista-de-imprensa-destaques-do-jornal-de-noticias_1454145

http://www.publico.pt/Media/revista-de-imprensa-destaques-do-correio-da-manha_1454144

http://www.publico.pt/Media/revista-de-imprensa-destaques-do-diario-de-noticias_1454143

http://www.publico.pt/Media/revista-de-imprensa-destaques-do-publico_1454142

http://www.publico.pt/Sociedade/casa-pia-um-mega-processo-em-numeros_1454046

http://www.publico.pt/Sociedade/carlos-cruz-diz-que-nao-vai-desistir_1453971

http://www.publico.pt/Sociedade/como-contar-a-namorada-que-eu-era-uma-das-vitimas-da-casa-pia_1453970

http://www.publico.pt/Media/revista-de-imprensa-destaques-do-correio-da-manha_1453962

http://www.publico.pt/Sociedade/livro-de-hugo-marcas-nas-livrarias-a-partir-de-segunda-feira_1453912

http://www.publico.pt/Sociedade/a-perspectiva-dos-alunos-da-casa-pia_1453812

http://www.publico.pt/Sociedade/o-que-mudou-na-casa-pia-oito-anos-apos-o-escandalo_1453811

http://www.publico.pt/Media/revista-de-imprensa-destaques-do-correio-da-manha_1453788

http://www.publico.pt/Sociedade/denuncias-de-abuso-sexual-de-menores-triplicaram--desde-inicio-do-caso-casa-pia_1453637

http://www.publico.pt/Media/revista-de-imprensa-destaques-do-publico_1453622

http://www.publico.pt/Media/revista-de-imprensa-destaques-do-diario-de-noticias_1452603

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1656013

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1656481

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1656488

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1655934

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1655698

http://www.jn.pt/multimedia/video.aspx?content_id=1655594

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1655782

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1655696

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1655610

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1655699

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1655306

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1655412

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1655281

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1655254

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1655202

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1655145

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654838

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1655101

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1655100

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1655299

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1655299

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654259

http://www.jn.pt/multimedia/audio.aspx?content_id=1654468

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654751

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654487

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654528

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654532

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654258

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654702

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654705

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654594

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654448

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654748

http://www.jn.pt/multimedia/audio.aspx?content_id=1654765

http://www.jn.pt/multimedia/audio.aspx?content_id=1654796

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654818

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654257

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654256

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654234

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654233

http://www.jn.pt/Paginainicial/Policia/interior.aspx?content_id=1654010

http://www.jn.pt/multimedia/infografia.aspx?content_id=1654001

http://www.jn.pt/multimedia/audio.aspx?content_id=1654592

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654736

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654719

http://www.jn.pt/multimedia/video.aspx?content_id=1655023

http://www.jn.pt/multimedia/audio.aspx?content_id=1654472

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1653927

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654374

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654369

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1653859

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654698

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654693

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654692

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654690

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654679

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1654687

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1653852

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1653895

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1653848

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1652063

http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=1652049

<http://www.processocarloscruz.com/>, consultado a 1/5/2011

<http://www.facebook.com/#!/pages/Processo-Carlos-Cruz-p%C3%A1gina/180387458671344>,
consultado a 1/5/2011

<http://www.google.com/intl/en/press/zeitgeist2010/regions/pt.html>, consultado a 1/5/2011

<http://www.google.com/insights/search/#q=vitimas%20casa%20pia%2C%20casa%20pia%2Ccarlos%20cruz%2Cpedofilia&geo=PT&cmpt=q>, consultado a 1/5/2011

<http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=24&idselect=369&idCanal=369&p=368>,
consultado a 9-03-2011

http://www.lawrei.eu/MRA_Alliance/?p=1708, consultado a 4/3/2011

<http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/portugal/juiza-da-casa-pia-avalia-mediatismo>, consultado a 22/3/2011

[http://www.infopedia.pt/\\$normas-sociais](http://www.infopedia.pt/$normas-sociais), consultado a 15/5/2011

http://jpn.icicom.up.pt/2007/05/03/informar_com_respeito_pelos_direitos_das_crianças_e_jovens_em_risco.html, consultado a 4/3/2011